

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O DESENVOLVIMENTO E AS PERCEPÇÕES DOS MORADORES DA REGIÃO
DO RIO CUIABÁ: CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Luceni Grassi de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. José Manuel Carvalho Marta

CUIABÁ-MT

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUCENI GRASSI DE OLIVEIRA

**O DESENVOLVIMENTO E AS PERCEPÇÕES DOS MORADORES DA REGIÃO
DO RIO CUIABÁ: CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. José Manuel Carvalho Marta

CUIABÁ-MT

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

O48d Oliveira, Luceni Grassi de
O desenvolvimento e as percepções dos moradores da região do Rio Cuiabá: contribuições para a política de desenvolvimento regional / Luceni Grassi de Oliveira. – 2008.
134p. : il. ; color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Economia, Pós-graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional, 2008.
“Orientador: Prof. Dr. José Manuel Carvalho Marta”.

CDU – 332.1(817.2)

Índice para Catálogo Sistemático

1. Municípios – Rio Cuiabá – Desenvolvimento regional
2. Rio Cuiabá (MT) – Desenvolvimento regional
3. Rio Cuiabá (MT)
4. Municípios – Rio Cuiabá – Política regional
5. Desenvolvimento regional – Rio Cuiabá (MT)

Dedicatória

Dedico este trabalho, com gratidão, aos meus pais, José e Rosa, *in memoriam*, que possibilitaram todas as condições para que seus filhos estudassem.

AGRADECIMENTOS

Sabe-se que para alcançar objetivos na vida precisa-se de muito trabalho, e quando, para atingir um objetivo, é necessário produzir uma “dissertação”, vê-se diante de um trabalho árduo e um caminho longo de descobertas. Durante essa trajetória, pude constatar que não seria possível a realização desta jornada de trabalho sozinha. Como são inúmeras as pessoas que contribuíram de diversas formas para a construção desse conhecimento, deparei-me também com a necessidade de vários agradecimentos.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, professor José Manuel Carvalho Marta, por ter me orientado nos últimos dois anos com dedicação e apoio constantes; obrigada pela confiança depositada em mim e em meu trabalho; e obrigada pela amizade, carinho e compreensão que sempre demonstrou.

A toda a equipe de professores do programa de Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional, particularmente ao professor Benedito Pereira, pela dedicação dispensada.

Especialmente ao professor Fernando Tadeu de Miranda Borges, que sempre esteve presente, desde o início desta minha trajetória, contribuindo com o grande conhecimento que tem sobre a economia de Mato Grosso.

Ao professor Arturo Zavala, pela orientação dada quando precisei definir a amostra para esta pesquisa, e ao professor Adriano M. Rodrigues Figueiredo, pela atenção dispensada quando leu com cuidado todas as partes do trabalho fazendo um melhor direcionamento dos tópicos abordados.

Aos senhores Yenes Jesus de Magalhães, Osceário Forte Daltro, Arnaldo Alves de Souza Neto e Valdísio Juliano Viriato, por terem entendido minha necessidade e permitido minha liberação das atividades profissionais para conclusão deste trabalho.

Um agradecimento muito especial à Enildes, pela dedicação, preocupação e atenção com todos os alunos do Mestrado.

Agradeço também aos meus colegas Paulo César de Souza, Paulo Henrique Guimarães, Vitoriano Ferrero Martin, Regiane Bertielli, Edmar Augusto Vieira, Suzan Dignart, pelas discussões informais de muita valia para este trabalho.

Ao major Jonas Duarte Araújo, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e à sua equipe de agentes ambientais, por terem viabilizado o acesso pelo Rio Cuiabá nos municípios

de Barão de Melgaço e Poconé, pois, sem essa ajuda, não seria possível conhecer os ribeirinhos.

Agradeço ao Rogério de Oliveira e Sá e à Ermizia Soares da Silva por terem me acompanhado durante a aplicação das entrevistas, foi de grande valia suas presenças.

Agradeço ao Carlos e à Maria, técnicos da biblioteca do IBGE, que não mediram esforços para que pudesse ter acesso aos dados necessários para minha pesquisa.

Muito obrigada à Lenir Francisca de Souza e ao Roserval Rodrigues dos Santos, moradores de Jangada, que me acompanharam durante a realização das entrevistas na zona rural.

RESUMO

Este estudo busca entender o desenvolvimento nos municípios situados à margem do Rio Cuiabá. A intenção é investigar os contrastes e paradoxos da região considerando as percepções dos moradores em relação ao processo de desenvolvimento em andamento. A idéia de atraso vivenciada nos municípios desta região pode ser explicada pela provável divergência entre o conhecimento empírico, as teorias do desenvolvimento e essas percepções. Assim estabeleceu-se como objetivo geral do estudo a investigação de uma tríade de fatores, tais como: a) as concepções teóricas de desenvolvimento; b) as percepções relativas ao desenvolvimento dos moradores nos municípios; e c) as possíveis políticas sugeridas para que se afirme o desenvolvimento regional. Devido às características do estudo, apresentou-se a necessidade de dados primários junto à comunidade. Para tanto, optou-se pela pesquisa de campo utilizando instrumentos como entrevistas junto aos moradores nos municípios de Acorizal, Barão de Melgaço, Jangada e Poconé. Os resultados levaram a conhecer as contradições inerentes ao processo e a busca de novos estudos que resultaram em reflexão sobre os caminhos da política de desenvolvimento. Revelaram mais, a pesquisa possibilitou verificar que os entraves não estão nas contradições entre as percepções dos moradores e as concepções teóricas, mas na execução da política ao longo do tempo.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Rio Cuiabá. Política regional.

ABSTRACT

This study aims at understanding the development in the districts near the Cuiabá River. The intention is to investigate the contrasts and paradoxes of the region regarding the residents' perceptions in relation to the development process in course. The idea of a slowness lived in the districts of this region can be explained by the possible divergence among the empirical knowledge, the theories of development and these perceptions that we have of the dwellers. Thus, it was established as the main objective of the study, the investigation of that triad of factors. Investigating: a) which the theoretical perceptions of development are b) the perceptions related to the development of the residents in the districts; and, c) which are the possible policies suggested so that the regional development can be affirmed. Due to the study characteristics the necessity for primary data with the community appeared, choosing the field research, using instruments such as interviews with the local people in the municipalities of Acorizal, Barão de Melgaço, Jangada and Poconé. Their results showed the contradictions inherent to the process and the search for new studies that resulted in reflection about the developed policies. More was revealed, the research helped to check that the obstacles are not in the contradictions between the residents' perceptions and the theoretical perceptions but in the accomplishment of the policy over time.

Key words: Development, Cuiabá River, Regional policy

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE QUADROS	13
1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 As questões norteadoras	16
1.1.1 Caracterização das desigualdades regionais	16
1.2 Contextualização do problema	33
1.2.1 Caracterização da região do Rio Cuiabá.....	33
1.2.3 Caracterização dos municípios objetos da pesquisa.....	35
1.2.4 Acorizal	36
1.2.5 Barão de Melgaço.....	38
1.2.6 Jangada	41
1.2.7 Poconé	43
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	46
2.1 Crescimento e progresso.....	46
2.1.1 Enfoque histórico.....	46
2.1.2 Concepções teóricas	48
2.1.3 Conceito.....	54
2.2 Concepções de região	57
2.2.1 A construção das regiões no espaço mato-grossense	60
3 A PESQUISA E SEUS RESULTADOS	64
3.3.1 O desenho amostral	65
3.3.2 Condições de trabalho	66
3.4 Definição das variáveis.....	67
3.5 Perfil dos moradores entrevistados.....	69
3.5.1 Jangada	70
3.5.2 Acorizal	74
3.5.3 Barão de Melgaço.....	78
3.5.4 Poconé	82
3.6 Os moradores e o desenvolvimento.....	86
3.7 Necessidades locais apontadas pelos moradores	89

3.8 Condições básicas de bem-estar	95
4 CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO RIO CUIABÁ.....	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	127
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA

COFD – INDICE DE CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA DA DESPESA

DSEE – DIAGNÓSTICO SÓCIOECONÔMICO ECOLÓGICO

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

LOA – LEI DE ORÇAMENTO ANUAL

PCBAP – PLANO DE CONSERVAÇÃO DA BACIA DO ALTO PARAGUAI

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

PIN – PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

POLONOROSTE – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO NOROESTE DO BRASIL

PPA – PLANO PLURIANUAL

PPD – INDICE DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA DESPESA

RAG – RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

SEPLAN – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

VAB – VALOR AGREGADO BRUTO

ZSEE – ZONEAMENTO SÓCIOECONOMICO E ECOLÓGICO

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área geográfica e população, segundo as regiões do Estado de Mato Grosso.....	23
Tabela 2 – Evolução do produto interno bruto a preços constantes do Brasil, Grande Regiões e Mato Grosso, no período de 2002 a 2005, em R\$	24
Tabela 3 Evolução do produto interno bruto das Regiões de Mato Grosso no período de 2001 a 2004 (média ponderada pela população)	25
Tabela 4 – Produção de grãos do Estado de Mato Grosso e sua participação na produção da região Centro-Oeste e da brasileira, no período de 1997 a 2006.....	26
Tabela 5 – Maiores produtores de bovinos do Brasil – 1997-2005.....	27
Tabela 6 – Participação das regiões de Mato Grosso no PIB estadual.....	27
Tabela 7 – Evolução da renda per capita segundo as regiões do Estado de Mato Grosso, período de 2002-2004 (média ponderada pela população) em R\$	28
Tabela 8 – Incidência de pobreza nos municípios de Mato Grosso, 1991 e 2000 (%)......	30
Tabela 9 – Evolução do índice de Gini e da intensidade de pobreza das regiões de Mato Grosso entre 1991 e 2000 (média ponderada pela população).....	31
Tabela 10 – Números de estabelecimentos, médicos e leitos hospitalares no município de Acorizal	36
Tabela 11 – Evolução do PIB a preços constantes do município de Acorizal e Região do Rio Cuiabá, período de 2002-2004	37
Tabela 12 – Valor agregado bruto no município por setor de atividade, 2005	38
Tabela 13 – Números de estabelecimentos, médicos e leitos hospitalares no município de Barão de Melgaço.....	39
Tabela 14 – Evolução do PIB a preços constantes do município de Barão de Melgaço e Região do Rio Cuiabá, período de 2002- 2004	40
Tabela 15 – Valor agregado bruto no município por setor de atividade, 2005	40
Tabela 16 – Números de estabelecimentos, médicos e leitos hospitalares no município de Jangada	41
Tabela 17 – Evolução do PIB a preços constantes do município de Jangada e Região do Rio Cuiabá, período de 2002- 2004.....	42
Tabela 18 – Valor agregado bruto no município por setor de atividade, 2005	42
Tabela 19 – Números de estabelecimentos, médicos e leitos hospitalares no município de Poconé	43

Tabela 20 – Evolução do PIB a preços constantes do município de Poconé e Região do Rio Cuiabá, período de 2002- 2004.....	44
Tabela 21 – Valor agregado bruto no município por setor de atividade, 2005	44
Tabela 22 – Elementos apontados pelos moradores como essenciais para viver bem	100
Tabela 23 – Número de estabelecimentos, médicos e leitos para internação nos estabelecimentos de saúde no Estado e nos municípios da Região do Rio Cuiabá, 2005	103
Tabela 24 – Domicílios com acesso ao saneamento básico no Estado e nos municípios da Região do Rio Cuiabá, 2000, em %	105
Tabela 25 – Número de unidades escolares do Ensino Fundamental e Médio, por dependência administrativa, 2005	107
Tabela 26 – Evolução da população economicamente ativa e ocupada na Região do Rio Cuiabá.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução do IDH total nos municípios da Região Sul	64
Quadro 2 – Total de domicílios urbanos e rurais e número de entrevistas aplicadas nos municípios amostrais	65
Quadro 3 – Características dos moradores pesquisados no município de Jangada, segundo sexo e faixa etária, em (%)	71
Quadro 4 – Nível da renda dos moradores pesquisados no município de Jangada, em (%)	72
Quadro 5 – Número de pessoas residentes nos domicílios pesquisados no município de Jangada, em (%)	73
Quadro 6 – Grau de escolaridade dos moradores pesquisados no município de Jangada, em (%)	74
Quadro 7 – Características dos moradores pesquisados no município de Acorizal, segundo sexo e faixa etária, em %	75
Quadro 8 – Número de pessoas nos domicílios pesquisados no município de Acorizal, em (%)	76
Quadro 9 – Nível de renda dos moradores pesquisados no município de Acorizal, em (%)	77
Quadro 10 – Escolaridade dos moradores pesquisados no município de Acorizal, em (%)	77
Quadro 11 – Características dos moradores pesquisados no município de Barão de Melgaço, segundo sexo e faixa etária, em (%)	79
Quadro 12 – Grau de escolaridade dos moradores pesquisados no município de Barão de Melgaço, em (%).....	80
Quadro 13 – Número de pessoas residentes nos domicílios pesquisados no município de Barão de Melgaço, em (%).....	81
Quadro 14 – Nível de renda dos moradores pesquisados no município de Barão de Melgaço, em (%)	81
Quadro 15 – Características dos moradores pesquisados no município de Poconé, segundo sexo e faixa etária, em (%)	83
Quadro 16 – Grau de escolaridade dos moradores pesquisados no município de Poconé, em (%)	84

Quadro 17 – Número de pessoas residentes nos domicílios pesquisados no município de Poconé, em (%)	85
Quadro 18 – Nível da renda dos moradores pesquisados no município de Poconé, em (%)	86

1 INTRODUÇÃO

A riqueza é pouco compreendida em um mundo castigado pela miséria, mas, com um “olhar” sobre Mato Grosso, essa compreensão torna-se possível, uma vez que, através desse “olhar”, podem-se observar as riquezas exuberantes do lugar. Mato Grosso é “gigante pela própria natureza”, pois o Estado, antes de ser criado o Estado de Mato Grosso do Sul, tinha uma área de aproximadamente 1.477.041 km², o que o fez ocupar a posição de maior Estado em extensão territorial do país. Atualmente, mesmo após a divisão, continua gigante com uma área de 903.386,1 km². Apesar da vasta extensão territorial, o mapa político-administrativo mostra que Mato Grosso é pouco povoado, com uma densidade demográfica de 2,77 habitantes por km². Hoje o Estado de Mato Grosso é constituído por 141 municípios e uma população de aproximadamente 2,8 milhões de habitantes (IBGE, 2007).

De forma privilegiada, o Estado é banhado por três bacias hidrográficas: a Bacia Amazônica, a Bacia Platina e a Bacia do Araguaia-Tocantins, sendo as duas primeiras as maiores bacias hidrográficas do país. Mas as dádivas da natureza vão além, proporcionaram à região a importância de ser a área dispersora de água da rede hidrográfica do Brasil. É nesta área também que se originam os principais afluentes destas três grandes bacias. Os principais rios de Mato Grosso que contribuem para a formação das bacias são os rios Xingu, Teles Pires, Juruena, Paraguai, Cuiabá, entre outros. Mato Grosso foi contemplado ainda por possuir três ecossistemas bem-definidos: a Floresta Amazônica, o Cerrado e o Pantanal.

Uma vez que a pesquisa foi realizada nos municípios situados à margem do Rio Cuiabá, este estudo considerou relevante a caracterização da Região banhada por este Rio. Esta região corresponde à porção sul do Estado de Mato Grosso, ocupando uma área total de 75.527,07 km², onde estão situados os municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Rosário Oeste, Jangada, Acorizal, Chapada dos Guimarães, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço e Poconé. Por ser a sede do maior aglomerado urbano do Estado (Cuiabá e Várzea Grande), onde estão concentrados mais de 31% da população do Estado representando 899,3 mil habitantes, tornou-se o espaço regional mais populoso.

Atualmente o Estado é: 1º. produtor nacional de soja, com 15,6 milhões de toneladas por ano, e de algodão, com 1,5 milhão de toneladas por ano; 2º. produtor de arroz, com uma produção anual de 720,8 mil toneladas; e 1º. em rebanho bovino, com 26,6 milhões de cabeças. Uma análise sobre Mato Grosso mostra que há grandes contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento e, para que isso não se torne ameaça à própria

riqueza, faz-se necessário buscar caminhos que transformem essas riquezas em benefícios para a sociedade.

Neste trabalho, parte-se da premissa de que o desenvolvimento tem de estar relacionado com a melhoria das condições de vida que as pessoas levam. Desta forma entende-se que o aumento da riqueza, avaliado pelo produto interno bruto ou pela renda per capita, permite uma visão restrita de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento é um fenômeno que apresenta diversas facetas e não pode ser compreendido apenas pela sua dimensão econômica.

Assim, Mato Grosso é considerado Estado afluente, termo usado aqui para que se possa “olhar” o Estado pelo lado da abundância, da riqueza e da prosperidade. Porém ressalta-se que a concepção de desenvolvimento adotada aqui vai além do aumento da riqueza econômica, por isso buscam-se evidenciar os contrastes diante dessa abundância. Esses contrastes ficam bem-evidenciados quando produzimos milhões de toneladas de alimentos e temos tantas pessoas sem condições de ter acesso a eles. Contrastes entre sua extensão territorial e a quantidade de pessoas que não tem sequer um pedaço de terra para plantar ou morar. Contrastes diante de tanta riqueza gerada e tantos sem poder compartilhar dela. Para isso, o Estado de Mato Grosso precisa buscar caminhos para incluir os cidadãos que foram excluídos desse processo de acumulação de riquezas. Dessa maneira, um dos caminhos é conciliar prosperidade econômica e social.

Para que o Estado continue sendo afluente, esse caminho passa pela elaboração e implementação de políticas públicas que valorizem aquilo que as pessoas realmente consideram importantes para melhorar suas condições de vida, e isso é possível quando há ampla participação da sociedade, através de fóruns, conferências, enfim, de toda forma que venha privilegiar a efetiva participação e controle da sociedade nas ações dos gestores públicos. Por meio da participação da sociedade em qualquer forma de debate, os governantes podem ouvir seus anseios, transformá-los em políticas e serem coerentes na promoção do bem-estar social.

Na tentativa de refletir sobre os elementos que fazem de Mato Grosso e, em particular, a Região do Rio Cuiabá espaços propícios para a imaginação daqueles que sempre sonharam em estudar as peculiaridades deste território, faz-se necessário buscar respostas para perguntas como: Por que nessa Região concentra-se essa população tão pobre? Quais as expectativas desses mato-grossenses? De que desenvolvimento se trata nas políticas públicas? A partir desses questionamentos, estabeleceu-se o objetivo geral deste estudo que consiste em investigar como as percepções dos moradores acerca do desenvolvimento se relacionam com

as concepções teóricas de desenvolvimento. Assim, atendendo aos objetivos específicos, é preciso investigar: a) as concepções teóricas de desenvolvimento; b) as percepções relativas ao desenvolvimento dos moradores nos municípios; e c) as possíveis políticas sugeridas, acreditando que existem contradições entre as teorias de desenvolvimento e as percepções dos moradores acerca do desenvolvimento. Supõe-se, ademais, haver outras contradições na elaboração e intervenção das políticas públicas relacionadas aos excluídos.

Dessa forma, o trabalho estrutura-se em quatro capítulos, sendo o primeiro dedicado à Introdução, que trata da exposição do tema da pesquisa da área em estudo. Neste capítulo são apresentados alguns aspectos gerais, os objetivos e a formulação da hipótese que norteiam este trabalho. O segundo capítulo apresenta a Fundamentação Teórica, abordando temas associados aos estudos e conceitos de desenvolvimento econômico e às diferentes formas de análise do espaço geográfico.

No terceiro capítulo destacam-se os procedimentos adotados na execução dos trabalhos, desde o levantamento de dados até a apresentação das propostas e faz-se a sistematização e as análises referentes aos dados da pesquisa de campo. No quarto capítulo apresentam-se as sugestões de políticas para o desenvolvimento da Região do Rio Cuiabá. O capítulo cinco apresenta as considerações finais e, por último, a lista de referências.

1.1 As questões norteadoras

A área considerada como Região do Rio Cuiabá apresenta contrastes relativos aos indicadores sociais de Mato Grosso. Nesse aspecto, os municípios dessa Região têm os piores índices de pobreza, e aqueles que têm essas características escondem, em suas médias, importantes bolsões de pobreza absoluta. Isto remete à reflexão sobre questões como: Por que nessa Região se concentra essa população tão pobre? Quais são as expectativas desses mato-grossenses? De que desenvolvimento se trata nas políticas públicas?

1.1.1 Caracterização das desigualdades regionais

1.1.1.1 O Território

Diante dos diversos paradigmas de desenvolvimento apresentados neste capítulo, as modificações estruturais nas sociedades contemporâneas mostraram que as desigualdades econômicas e sociais estão presentes em todas as partes do mundo. No território onde está situado o Estado de Mato Grosso, as transformações mais efetivas de ocupação e povoamento

datam do século XVIII. Neste item, tratar-se-á de apresentar o contexto no qual estão presentes essas mudanças, o que permitirá entender os elementos do desenvolvimento desigual considerado como o principal problema neste estudo.

As terras de Mato Grosso são alcançadas quando os bandeirantes paulistas, na captura de índios, descobrem as minas de ouro. A descoberta das jazidas auríferas despertam o interesse de pessoas de todas as partes da Colônia e da Coroa portuguesa sobre o território. Dessa forma, tem início a organização político-administrativa do território das minas do Cuiabá, primeiramente denominado Arraial da Forquilha (1719), depois Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá (1727). Nesta região, devido às formas rudimentares de exploração do ouro, a atividade mineradora se exauria rapidamente. Com isso os mineiros deslocavam-se para outras localidades, o que provocou a expansão da fronteira geográfica. Considerando também a distância entre a Capitania de São Paulo e as minas descobertas no extremo oeste, a Coroa portuguesa decidiu criar a Capitania de Mato Grosso em 1748 (SIQUEIRA, 2002, p. 30- 40).

Antes da fundação da Capitania de Mato Grosso, esta área recebeu um considerável fluxo migratório atraído pelas minas de ouro, o que tornou a Vila Real uma das nucleações mais populosas do Brasil. A expansão da atividade mineradora, além de povoar áreas circunvizinhas, criou a necessidade de abastecimento de diversos produtos nos povoados que se formavam em torno das lavras de ouro, o que atraía as monções para comerciar e abastecer os locais de exploração, dinamizando a região. Entretanto o ciclo de expansão da mineração que eleva em 1727 o povoado da Forquilha à condição de Vila foi curto, uma vez que entra em declínio dois anos depois. (RIVERA, 2006, p. 35).

Com a fundação da Capital Vila Bela, a fronteira do território da capitania foi ampliada, uma vez que o extremo oeste estava situado fora dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Assim, visando garantir a posse das áreas do oeste, os lusitanos desencadearam outro processo de povoamento. Isto levou à construção do Forte de Coimbra (1775), no Rio Paraguai, e do Príncipe da Beira (1776), na margem direita do Guaporé. Entre o Forte do Príncipe da Beira e Vila Bela da Santíssima Trindade, foi fundado o povoamento de Viseu. Com o objetivo de estabelecer efetiva conexão entre Cuiabá e a Capital, o governador Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres mandou fundar Vila Maria (hoje Cáceres), em 1778. Ainda decorrente da descoberta do ouro, tiveram origem os povoados de Diamantino (1728), de Rosário Oeste situado no caminho entre Cuiabá e as minas de Diamantino (1861), Nossa Senhora do Livramento (1883) e Santo Antônio do Leverger (1899).

Com o esgotamento da atividade mineradora, houve um esvaziamento dos principais povoados, porém o declínio da mineração proporcionou novas atividades econômicas como agricultura e pecuária, o que deu maior estabilidade aos povoados de Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço. A partir desse momento, essas atividades passam a fixar o homem na terra garantindo a ocupação e maior sustentação ao processo de formação do território regional.

Primeiramente, o sistema de abastecimento da Capitania era feito por rotas fluviais, mas, com a criação de novos povoados, foram abertas também rotas terrestres. Nesse sentido, os caminhos terrestres que estabeleciam ligações entre esses povoados, deram origem aos seguintes eixos viários: BR 070 que liga Cuiabá – Nossa Senhora do Livramento – Cáceres; BR 060, Cuiabá – Poconé; MT 040, Cuiabá – Santo Antônio do Leverger; BR 163 e BR 364, Cuiabá – Rosário – Diamantino; e a BR 070, Barra do Garças – Cuiabá.

Nos séculos XVIII e XIX as mudanças ocorridas nesse território foram decorrentes das descobertas e exploração das minas de ouro e diamante. No último quarto do século XIX, com o fim da Guerra com o Paraguai, Mato Grosso abre-se ao comércio internacional e promove uma onda de progresso na província. Nesse período merecem destaque os produtos de exportação como a poaia, a borracha e a erva-mate e a importação de produtos industrializados como tecidos, adornos pessoais, alimentos (bacalhau, azeitona, vinhos etc.), máquinas a vapor, ferramentas, remédios, entre outros produtos. A abertura comercial estimulou a entrada de capital internacional e os investimentos dos moradores da Província. Isto atraiu imigrantes para as cidades portuárias de Corumbá (hoje Mato Grosso do Sul), Cáceres e Cuiabá, onde importantes casas comerciais foram construídas¹ e que, além de ponto comercial, desempenhavam atividades bancárias.

A abertura comercial possibilitou a chegada da modernidade a Cuiabá, por meio do uso da máquina a vapor, da imprensa escrita, do telégrafo, da locomotiva, água encanada e luz elétrica. Assim Cuiabá recebe investimentos em obras de infra-estrutura urbana, avança na

¹ As principais casas comerciais fundadas no século XIX, em Cuiabá: Almeida & Cia. – proprietária de seringais; empresa exportadora de borracha para Londres e Hamburgo; representante do Banco do Brasil e do London & River Plate Bank – importadora de produtos diversos; Orlando Irmãos & Cia. – empresa exportadora de borracha e importadora e transações bancárias; Alexandre Addor – proprietária de seringais e exportadora de borracha, couro e poaia; Nicola Verlangieri & Filhos – Casa comissária e consignatária na compra de terras e extração de títulos provisórios e serviços forenses em geral; Paulo Schmidt & Jorge Anndreas – Comissões e consignações, exportadora de todos os produtos do país e importadora de tecidos da Inglaterra; Gabriel Francisco de Matos – importação de fazendas, ferragens, amarelinhos, secos e molhados; atacadista e varejista. Em Cáceres: José Dulce & Cia. – proprietário de fazendas (agricultura e pecuária), exportação/importação de produtos diversos; Armazém Mercantil de João de Campos Vidal – exportação de couro, peles de onça, penas de garça, poaia e importadora de produtos de uso pessoal, máquinas e ferramentas; entre outras localizadas em Corumbá, Aquidauana e Miranda (RIVERA, 2006, p. 41).

construção de jardins públicos, escolas, e melhora as vias públicas e os serviços de transportes etc. Diante da facilidade de importações de máquinas e equipamentos modernos, os proprietários de engenhos se sentiram estimulados em transformá-los em usinas de açúcar² (RIVERA, 2006, p. 39).

O enfraquecimento da economia no século XIX proporcionou o desenvolvimento do comércio e a abertura da província ao capital internacional, e com isso novos núcleos populacionais foram criados. No início do século XX, período entre 1900 e 1906, o processo de povoamento passou a ser objetivo do governo nacional e teve por base dois projetos principais: a instalação de linhas telegráficas realizada pela Missão Rondon³ e a construção de linhas ferroviárias, o que originou novas aglomerações urbanas que são atualmente as cidades de Rondonópolis, General Carneiro, Acorizal e Porto Esperidião. A despeito disso, foram abertos vários outros eixos viários que dariam origem às seguintes rodovias federais: a BR 174 que liga Cáceres a Porto Esperidião e a Vila Bela da Santíssima Trindade; a BR 163, Cuiabá a Jangada (Acorizal); a BR 163 ligando Cuiabá a Rondonópolis; a BR 364, de Rondonópolis passando por Alto Garças, Alto Araguaia e Alto Taquari; a BR 163, de Rondonópolis a Campo Grande (MS); e a BR 158 ligando Barra do Garças a Nova Xavantina. E também as rodovias estaduais: MT 246 de Jangada (Acorizal) a Barra do Bugres; MT 240 de Diamantino a Arenópolis; MT 100 de Ato Araguaia a Barra do Garças e Cocalinho; e MT 270 de Rondonópolis, Guiratinga e Ribeirãozinho.

Na primeira metade do século XX, além do desenvolvimento das atividades agropecuárias, extrativas vegetais e de indústria tradicional, o Estado viu-se diante de novo surto de extração mineral com a descoberta de jazidas diamantíferas no sudeste do seu território, especificamente nos vales de São Lourenço, Araguaia e Garças atraindo novos contingentes migratórios. Vinculado a esse processo está o surgimento do povoado denominado Mutum (hoje Diamantino), Itiquira, Tesouro, Torixoréu e Ponte Branca.

Nesse movimento gerado pela exploração das jazidas de diamante, também acontece o desenvolvimento da pecuária no vale do Araguaia, nos extensos campos naturais, dando origem a vários outros povoados como São Félix do Araguaia e Cocalinho, à época localidades difíceis de serem atendidas por Cuiabá. Com isso, ligações da porção leste com Goiás, Maranhão e Piauí, pelo Rio Araguaia, promoveriam a comunicação desses municípios

² A Usina Itaiçi de propriedade de Antonio Paes de Barros, o Totó Paes, situada rio Cuiabá abaixo (Santo Antônio do Leverger) tornou-se a pioneira quando instalou as máquinas e começou a funcionar ainda no final do século XIX.

³ O objetivo do Projeto Rondon era estabelecer as ligações telegráficas no interior do extenso território mato-grossense. Foi designado para executar tal tarefa o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon que nos anos de 1900 e 1906 ergueu 17 estações telegráficas (SIQUEIRA, 2002, p. 166).

com Barra do Garças. Com a expansão dos eixos de ligação com São Félix do Araguaia, nasceriam, na década de 80, os municípios de Porto Alegre do Norte e Canabrava do Norte. Ainda ligados às atividades de extração mineral, novos povoados foram surgindo no entorno de Diamantino. Dentre eles, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenápolis, Nova Marilândia e Santo Afonso.

Entretanto, no século XX em suas primeiras décadas, o desenvolvimento regional volta a enfrentar dificuldades. Isso deveu-se ao fato de que seus principais produtos tinham perdido competitividade externa e interna. A borracha perdeu mercado para o produto asiático, o açúcar não conseguiu competir com o produzido no Nordeste e a pecuária sofria com a concorrência das indústrias frigoríficas paulistas e platinas. Além disso, Mato Grosso sofria com problemas de infra-estrutura de transportes, insuficiência técnica e de maquinários e da política de combate às oligarquias do Governo Vargas.

A política de cunho nacionalista do Governo Vargas, além do objetivo de desarticular as forças regionais consideradas como ameaça à integridade do território nacional, visava também à manutenção das fronteiras com os países vizinho, e nesse sentido Mato Grosso, com uma extensa fronteira internacional, necessitava de ações para legitimar os limites estabelecidos através de ocupações efetivas. Com isso, durante esse período, o processo de ocupação de Mato Grosso deu-se segundo as estratégias orientadas por questões geopolíticas de soberania nacional, que tinha como foco, além do controle dos poderes políticos regionais, a garantia das fronteiras com os países vizinhos.

Nesse contexto, Mato Grosso foi contemplado com ações do programa denominado “Marcha para o Oeste”, através da criação de colônias agrícolas e da Expedição Roncador-Xingu que tinha como objetivo a penetração do Brasil Central e da Amazônia, para que regiões desconhecidas fossem desbravadas. Como resultado da implementação dessa política, acontece a criação do município de Nova Xavantina, que funcionava como posto-base da expedição localizado às margens do Rio das Mortes. Outro resultado dessa política foi o desmantelamento da Companhia Mate-Laranjeira que monopolizou a exploração e comercialização da erva-mate a partir da segunda metade do século XIX.

Ainda sob a orientação das políticas federais, a ocupação e a colonização de Mato Grosso e de todo o Centro-Oeste brasileiro foram orientadas para atrair o contingente da população de outras regiões do país que estavam sofrendo com pressões sociais decorrentes do fim de suas fronteiras agrícolas, sem que houvesse projetos voltados às especificidades das ações de colonização e de promoção do desenvolvimento da região. Além desse fatores, registrou-se ainda a facilidade da migração de colonos entre os projetos de colonização (por

exemplo, colonos de Dourados eram os mesmos em Rondonópolis) fazendo com que essa iniciativa redundasse em ínfimos resultados sobre o processo de ocupação e de efetivo desenvolvimento.

Na perspectiva dessa política, deve ser observado o fato de que as ações, ao contrário de promover a ocupação, criavam condições para a abertura de estradas, reservas de mão-de-obra, propriedade privada da terra como reserva de valor etc., para a apropriação da terra pelo capital agrário, comercial e financeiro, fundamental para desencadear o processo a partir da década de 60 e que se intensificaria na década de 70 do século XX.

A década de 70 caracteriza o marco das transformações ocorridas no território mato-grossense, uma vez que a instalação da Capital Federal na região Centro-Oeste levou o projeto de integração nacional a desdobrar-se em múltiplos planos setoriais e regionais de desenvolvimento. Agora a intervenção estatal, como uma política mais elaborada, dotou o Estado Nacional de uma máquina administrativa centralizada, criando capacidade institucional para garantir mecanismos fiscais e financeiros para que se abrissem fronteiras de acumulação que foram ocupadas por meio de ajustes negociados entre empresas estatais, estrangeiras e nacionais.

No bojo dessa política estavam ações para acelerar a descentralização industrial no território nacional e para aumentar a produção primária exportadora. Nesse processo a região Centro-Oeste foi contemplada com infra-estrutura viária, com políticas de incentivos à ocupação de terras e com ações de estímulo ao desenvolvimento regional, via incentivos fiscais. Isso provocaria mudanças sem precedentes na história econômica de Mato Grosso, pois, a partir delas, houve uma ruptura com os velhos padrões da estrutura econômica. A partir daí, ocorre uma revolução no campo quando a produção agrícola torna-se agroindustrial voltada para atendimento da demanda no mercado internacional. A nova estrutura produtiva, intensiva em capital, só poderia ser acessada por investidores de perfil empresarial.

Para acelerar essas transformações de Mato Grosso nos anos 70, foi fundamental o Programa de Integração Nacional – PIN, cuja finalidade era promover a ocupação da Amazônia Legal. A estratégia desse programa era o fortalecimento do capital criando base para que o espaço fosse apropriado por ele. Para isso, tornou-se seu principal mecanismo. Os principais instrumentos de seletividade espacial do programa eram: a concessão de incentivos fiscais a investimentos na região e a distribuição de terras públicas ao longo das rodovias federais. Para que os objetivos desse programa fossem alcançados, duas obras fundamentais para a região foram construídas: a BR 364 (que liga Cuiabá a Porto velho) e a BR 163 (que liga Cuiabá a Santarém). A construção dessas rodovias proporcionou a expansão da

agropecuária na porção norte do Estado e delimitou novos e importantes eixos de desenvolvimento regional.

A década de 70 marca também o desmembramento do Estado com a criação de Mato Grosso do Sul, momento que se constituiu num marco histórico para Mato Grosso que, contrariando os prognósticos feitos pela falta de projetos para orientar suas ações e de recursos para arcar com o ônus da divisão, passou a vivenciar um crescimento econômico sem precedentes.

Na década de 80, mesmo diante de um cenário econômico desfavorável devido à forte recessão interna, interrupção dos investimentos externos, queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, a ocupação de Mato Grosso não sofreu interrupções graças aos recursos do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil, o POLONOROESTE, que tinha como premissa o reordenamento da ocupação territorial visando corrigir os problemas decorrentes da intensidade dos processos ocorridos na década anterior. As metas do programa ficaram comprometidas diante da atração de um contingente populacional superior ao volume de recursos necessário para implementação das ações.

Porém é necessário observar a importância dos eixos brasileiros de integração das políticas desenvolvimentistas, devido às conseqüências positivas no crescimento econômico de Mato Grosso: o eixo da BR 163 em todo seu percurso (tanto ao sul quanto ao norte do Estado), pois, por meio desse eixo, foi possível interiorizar a produção agrícola para distâncias cada vez maiores e foi no entorno dessa rodovia que a produção de grãos, principalmente a cultura da soja, foi implantada, desenvolvendo-se num ritmo frenético e com resultados extraordinários, provocando transformações nos aspectos rurais e multiplicando nucleações urbanas.

O espaço territorial do Estado de Mato Grosso, conforme mostram dados da Tabela 1, está dividido em doze regiões de planejamento⁴, cuja maioria da população está concentrada nas regiões polarizadas pelos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Cáceres, respectivamente situadas ao sul, sudeste e sudoeste do Estado.

O espaço onde se situa Mato Grosso, já discutido nos parágrafos acima, teve sua origem no período colonial com Cuiabá e depois Capitania de Mato Grosso. Esse espaço, mesmo dividido pelo Governo Federal ao longo do século XX, dando origem aos Estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul, continua com uma vasta extensão territorial e baixa densidade demográfica (2,77 habitantes por km²). É um dos maiores estados brasileiros em

⁴ Esta regionalização é produto do estudos do projeto de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico desenvolvido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

extensão territorial, com uma área de 903.386,1 km². O Estado tem uma população de aproximadamente 2,8 milhões de habitantes, o que representa mais de 21% da população da Região Centro-Oeste e 1,5% do total da população brasileira que, em 2007, era de 183,9 milhões de habitantes.

Em 1991 os dados do censo ainda registraram alta taxa de crescimento relativo (78,0%), porém evidenciaram o fim do ciclo dessas altas taxas. Com a contagem da população, realizada em 1996, percebe-se uma desaceleração desse processo, ao registrar uma queda acentuada da taxa de crescimento relativo (8,9%) em relação a 1991. A população cresceu, de acordo com o último censo, de aproximadamente 2,2 milhões de habitantes para 2,5 milhões. Isso mostra que a taxa de crescimento retomou o ritmo de ascensão, porém bem abaixo dos patamares registrados até o início dos anos 90. Em 2007, na contagem da população, constata-se um crescimento estável em torno de 13,9%, valor considerado alto se comparado à média nacional que no mesmo período era de 8,7%.

A tabela 1, mostra a área geográfica e a população das diversas regiões do Estado de Mato Grosso, considerando como elemento básico aqueles constituintes do Zoneamento Sócio econômico ecológico, cujo estudo seminal identificou a homogeneidade de 12 regiões. Na tabela destaca-se a região de estudo, cuja participação no território mato-grossense representa 8,4% e a população 31,8%. Desse modo, mesmo sendo uma região mediana do ponto de vista territorial é a maior população dentre aquelas do Estado como um todo.

Tabela 1 – Área geográfica e população, segundo as regiões do Estado de Mato Grosso

Regiões	Área geográfica (mil km ²)		Regiões	População (mil hab.)	
	Absoluta	rel.(%)		2007	rel.(%)
Sudoeste	117.691,68	13,0	Sudeste	416.355	14,7
Leste	111.364,57	12,3	Sudoeste	293.506	10,4
Noroeste	108.164,50	12,0	Norte	247.325	8,7
Sudeste	105.375,11	11,7	Oeste	185.764	6,6
Norte	97.680,04	10,8	Leste	178.422	6,3
Nordeste	73.559,87	8,1	Centro-Norte	170.705	6,0
Centro-Norte	60.215,72	6,7	Centro	132.177	4,7
Oeste	48.282,27	5,3	Nordeste	95.045	3,4
Centro	38.016,31	4,2	Noroeste	91.285	3,2
Noroeste II	37.562,66	4,2	Centro-Oeste	70.113	2,5
Centro-Oeste	29.961,33	3,3	Noroeste II	52.383	1,8
MATO GROSSO	903.401,10	100,0	MATO GROSSO	2.832.389	100,0
REGIÃO SUL (OU RIO CUIABÁ)	75.527,07	8,4	REGIÃO SUL (OU RIO CUIABÁ)	899.309	31,8
REGIÃO SUL (OU RIO CUIABÁ) SEM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE	71.051	7,9	REGIÃO SUL (OU RIO CUIABÁ) SEM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE	141.130	4,98

Fonte: IBGE, 2007; MATO GROSSO, 2006.

1.1.1.2 A Riqueza

O ponto central que norteia este estudo é o crescimento desigual inter e intra-regiões do Estado. Mato Grosso é um Estado com crescimento importante no país, conforme mostra a Tabela 2. Em 2005 o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado era de R\$ 23,6 bilhões, o que representou um crescimento médio anual de 7,95% no período entre 2002 e 2005. Enquanto o PIB nacional cresceu 2,48%, nas regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste este crescimento foi respectivamente de 2,72%, 3,93%, 2,68%, 2,02% e 2,41% no mesmo período.

Tabela 2 – Evolução do produto interno bruto a preços constantes do Brasil, Grande Regiões e Mato Grosso, no período de 2002 a 2005, em R\$

Brasil, Grande Regiões e Estado	2002	2003	2004	2005	Taxa média de crescimento geométrico (%)
Brasil	1.226.733.235	1.240.799.172	1.311.677.727	1.353.122.396	2,48
Centro-oeste	107.620.711	111.751.001	119.453.882	119.833.250	2,72
Norte	57.533.885	59.267.925	64.866.008	67.126.948	3,93
Nordeste	159.039.332	158.416.556	166.902.104	176.764.924	2,68
Sul	207.213.222	219.598.049	228.121.592	224.504.702	2,02
Sudeste	695.326.085	691.765.641	732.334.140	764.892.572	2,41
Mato Grosso	17.383.080	20.356.052	24.970.962	23.609.976	7,95

Fonte: IPEA, 2002.

Quanto ao crescimento econômico do Estado, as regiões Centro-Oeste, Sudeste, Centro, Oeste, Sudoeste, Centro-Norte, Noroeste, Nordeste e Noroeste II tiveram crescimento acima da média estadual, enquanto as regiões Norte, Sul e Leste apresentaram taxas médias de crescimento inferiores à estadual (Tabela 3).

Tabela 3 Evolução do produto interno bruto das Regiões de Mato Grosso no período de 2001 a 2004 (média ponderada pela população)

Estado e Regiões	Produto Interno Bruto a preços constantes				Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
	2002	2003	2004	2005	
Sudeste	3.833.774	4.657.254	5.522.355	5.566.672	9,77
Centro-Oeste	516.996	610.628	823.117	795.857	11,39
Centro	1.447.391	1.899.512	2.426.121	2.002.824	8,46
Oeste	1.241.269	1.488.880	1.785.225	1.748.911	8,95
Sudoeste	1.699.165	1.953.211	2.353.322	2.365.574	8,62
Centro-Norte	816.732	1.086.231	1.521.482	1.198.004	10,05
Noroeste II	200.355	234.233	340.837	324.978	12,85
Nordeste	349.671	330.619	417.827	504.177	9,58
Leste	986.676	1.098.982	1.396.946	1.271.753	6,55
Noroeste	325.208	373.437	495.822	482.534	10,37
Norte	836.636	921.499	1.033.432	1.053.669	5,94
MATO GROSSO	17.383.080	20.356.052	24.970.962	23.609.976	7,95
REGIÃO SUL (OU RIO CUIABÁ)	5.039.363	5.574.135	6.612.103	5.982.305	4,38
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO RIO CUIABÁ SEM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE	493.900	589.971	587.954	562.648	3,31

Fonte: IPEA, 2002.

Certamente essa razão deriva da crescente produção de soja, cuja taxa de crescimento médio anual foi de 11%; do algodão, com crescimento de 10,2 %; do arroz, com crescimento de 17,6 % e do rebanho bovino, com crescimento de 4,7% no mesmo período, conforme mostram os dados das Tabelas 4 e 5.

Observa-se que, conforme as informações da Tabela 4, há uma liderança na produção agrícola proporcionada pelo crescimento impulsionado pela produção de grãos decorrente do processo de modernização da agricultura no Estado. Sobre esse aspecto, Pereira (2007) ratifica a modernização da agricultura por meio da análise de indicadores convencionais como o incremento no uso de tecnologia, medido pelo número de tratores de maior potência e o extraordinário aumento na produção de sementes de soja “[...] de 1.933% entre as safras 1980/81 e 2002/03”, e ressalta que esses indicadores confirmam a supremacia da produção da soja sobre as outras culturas no Estado (PEREIRA, 2007, p. 42).

Tabela 4 – Produção de grãos do Estado de Mato Grosso e sua participação na produção da região Centro-Oeste e da brasileira, no período de 1997 a 2006

Anos	Mato Grosso (t)	Brasil (t)	Centro-Oeste (t)	Participação Mato Grosso/Centro-Oeste (%)	Participação Mato Grosso/Brasil (%)
1997	8.506.947	77.071.276	20.244.331	42,0	11,0
1998	9.334.225	78.434.109	20.871.615	44,7	11,9
1999	11.073.038	85.811.856	24.471.105	45,2	12,9
2000	13.265.642	87.879.756	26.391.702	50,3	15,1
2001	14.233.651	103.413.789	29.675.254	48,0	13,8
2002	16.520.717	100.526.303	31.881.914	51,8	16,4
2003	18.866.237	126.463.257	38.704.394	48,7	14,9
2004	22.447.027	122.282.948	40.887.604	54,9	18,4
2005	25.465.548	115.020.276	43.221.557	58,9	22,1
2006	22.290.835	120.078.260	40.429.242	55,1	18,6

Fonte: IBGE, 1997-2006.

O Estado que, em meados da década de 1990, conforme dados da tabela 4, produzia 8,5 milhões de toneladas de grãos, em 2005 ultrapassou os 25 milhões de toneladas. Isto representou um crescimento de aproximadamente 300% na produção em relação a 1997. Quanto à importância mais secundária dos demais produtos (algodão e arroz), Marta (2005) esclarece que, apesar de o arroz não ser considerado uma novidade no Estado por estar na base da alimentação da população, sua produção se apresentava em volumes bastante baixos na primeira metade do século XX, porém só registra crescimento vertiginoso a partir da década de 70. Nesse sentido, os números-índice de elos elaborados por Pereira (2007) confirmam que, no final da década de 90, foram registrados aumentos mais significativos na produção de arroz e algodão. Em 2006, este ciclo de crescimento sofreu uma redução de 12,5% diminuindo a quantidade produzida de 25,5 milhões de toneladas para aproximadamente 22,3 milhões, mas esta queda não diminui a importância do Estado nos contextos regional e nacional, pois continua com participação significativa de 55,1% na Região Centro-Oeste e com 18,6% na produção brasileira (MARTA, 2005, p. 62-65; PEREIRA, 2007, p. 38).

Além da produção de grãos, a pecuária, atividade que começou a ser explorada em Mato Grosso na primeira metade do século XVIII com a chegada dos primeiros rebanhos, é impulsionada no século XIX com o aumento das exportações de gado vacum, carne seca e de subprodutos (crinas e chifres). Porém, somente no início do século XX, a pecuária mato-grossense se desenvolveu de forma mais intensa e permanente, quando, em 1920, Mato Grosso possuía o quarto rebanho bovino do país (BORGES, 1991).

Tabela 5 – Maiores produtores de bovinos do Brasil – 1997-2005

Estados	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Mato Grosso	16.338	16.752	17.243	18.925	19.922	22.184	24.614	25.919	26.652
Mato Grosso do Sul	20.983	21.422	21.576	22.205	22.620	23.168	24.984	24.715	24.504
Minas Gerais	20.378	20.501	20.082	19.975	20.219	20.559	20.852	21.623	21.404
Goiás	17.182	18.118	18.297	18.399	19.132	20.102	20.179	20.420	20.727
Pará	7.539	8.337	8.863	10.271	11.047	12.191	13.377	17.430	18.064

Fonte: IBGE, 1997-2005.

A intensidade e permanência da atividade pecuária observada por Borges (1991, p. 86), que centrou seu estudo no período de 1870 a 1930, são constatadas na atualidade, conforme dados da Tabela 5, uma vez que o Estado manteve o quarto maior rebanho no fim do século XX. Porém cabe ressaltar que o número de cabeças era quase nove vezes maior que o registrado na década de 20. Nos anos de 2000 e 2001 passou a ter o terceiro maior rebanho e, em 2002, o segundo, com 22,1 milhões de cabeças. A partir de 2004, o Estado passa a ser o maior produtor bovino do país.

Tabela 6 – Participação das regiões de Mato Grosso no PIB estadual

Estado e Regiões	PIB a preços constantes	Participação do PIB das regiões/ Mato Grosso (%)
	2005	
Sudeste	5.566.672	23,6
Centro-Oeste	795.857	3,4
Centro	2.002.824	8,5
Oeste	1.748.911	7,4
Sudoeste	2.365.574	10,0
Centro-Norte	1.198.004	5,1
Noroeste II	324.978	1,4
Nordeste	504.177	2,1
Leste	1.271.753	5,4
Noroeste	482.534	2,0
Norte	1.053.669	4,5
MATO GROSSO	23.609.976	100,0
REGIÃO SUL (OU RIO CUIABÁ)	5.982.305	25,3
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO RIO CUIABÁ SEM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE	562.648	2,4

Fonte: IPEA, 2002.

A despeito das diferenças regionais, é possível observar na Tabela 6 como a participação das regiões⁵ do Estado para o PIB é desigual, pois aproximadamente 50% da produção está concentrada em dois pólos: um na região Sul, espaço onde estão situados os municípios objeto deste estudo que é responsável pela geração de 25,3% do produto estadual;

⁵ Para este trabalho são consideradas as Regiões de Planejamento estabelecidas pela SEPLAN-MT/ZSEE (MATO GROSSO, 2000).

e outro, na Sudeste, cujo pólo tem como sede o município de Rondonópolis, com uma participação de 23,2% sobre o PIB.

Tabela 7 – Evolução da renda per capita segundo as regiões do Estado de Mato Grosso, período de 2002-2004 (média ponderada pela população) em R\$

Estado e Regiões	PIB per capita a preços constantes				Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
	2002	2003	2004	2005	
Centro	14.741,9	18.237,5	21.459,5	17.883,7	4,9
Sudeste	10.143,8	12.097,6	13.815,4	13.671,7	7,7
Centro-Oeste	8.022,0	9.487,6	12.916,1	12.557,3	11,9
Oeste	8.081,5	9.411,0	10.612,4	10.061,3	5,6
Centro-Norte	5.945,5	7.592,2	9.813,4	9.928,0	13,7
Sudoeste	5.992,7	6.817,1	8.034,6	7.982,1	7,4
Leste	5.880,1	6.477,5	8.050,3	7.204,5	5,2
Norte	3.774,2	4.166,5	4.695,0	6.198,5	13,2
Noroeste	4.084,2	3.733,7	4.552,0	5.293,7	6,7
Noroeste II	3.699,7	4.203,2	5.501,7	5.096,0	8,3
Nordeste	3.531,8	3.578,1	4.999,5	4.751,3	7,7
MATO GROSSO	6.673,6	7.677,7	9.104,7	8.441,4	6,1
REGIÃO SUL (OU RIO CUIABÁ)	5.778,0	6.347,1	7.295,0	6.488,3	2,9
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO RIO CUIABÁ SEM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE	4.385,3	4.265,3	4.228,5	4.033,8	-2,1

Fonte: IPEA, 2002.

O desempenho econômico significativo, evidenciado pela altas taxas de crescimento do produto interno bruto e pela renda *per capita* mato-grossense que apresentaram um crescimento médio anual de 7,95% e 6,1%, respectivamente, no período de 2002 a 2005 (Tabelas 2 e 7), não está beneficiando parcelas da população que se encontram em situação de pobreza, pois, segundo o indicador de intensidade de pobreza que mede o quanto um indivíduo está afastado na linha de pobreza, para a maioria das Regiões do Estado este distanciamento aumentou (Tabela 9). Tal fato decorre de que os elevados índices de crescimento da renda *per capita* da população mato-grossense foram acompanhados de um aumento no índice de Gini, indicador que mede o grau de concentração de renda, confirmando, assim, expectativas negativas quanto à distribuição de renda no Estado, que apresentou taxa de crescimento positivo para todas as regiões (Tabela 9).

1.1.1.3 A Pobreza

A figura 1 mostra a incidência da pobreza nos municípios de Mato Grosso, apresentados no Atlas de Desenvolvimento, no ano 2000. Esses dados, com quase dez anos, mostram a região sul onde a incidência da pobreza é bastante visível. No entanto não existem

dados mais recentes, dessa maneira, utilizaram-se diversos outros buscando mostrar que a situação não tem se alterado ao longo do tempo.

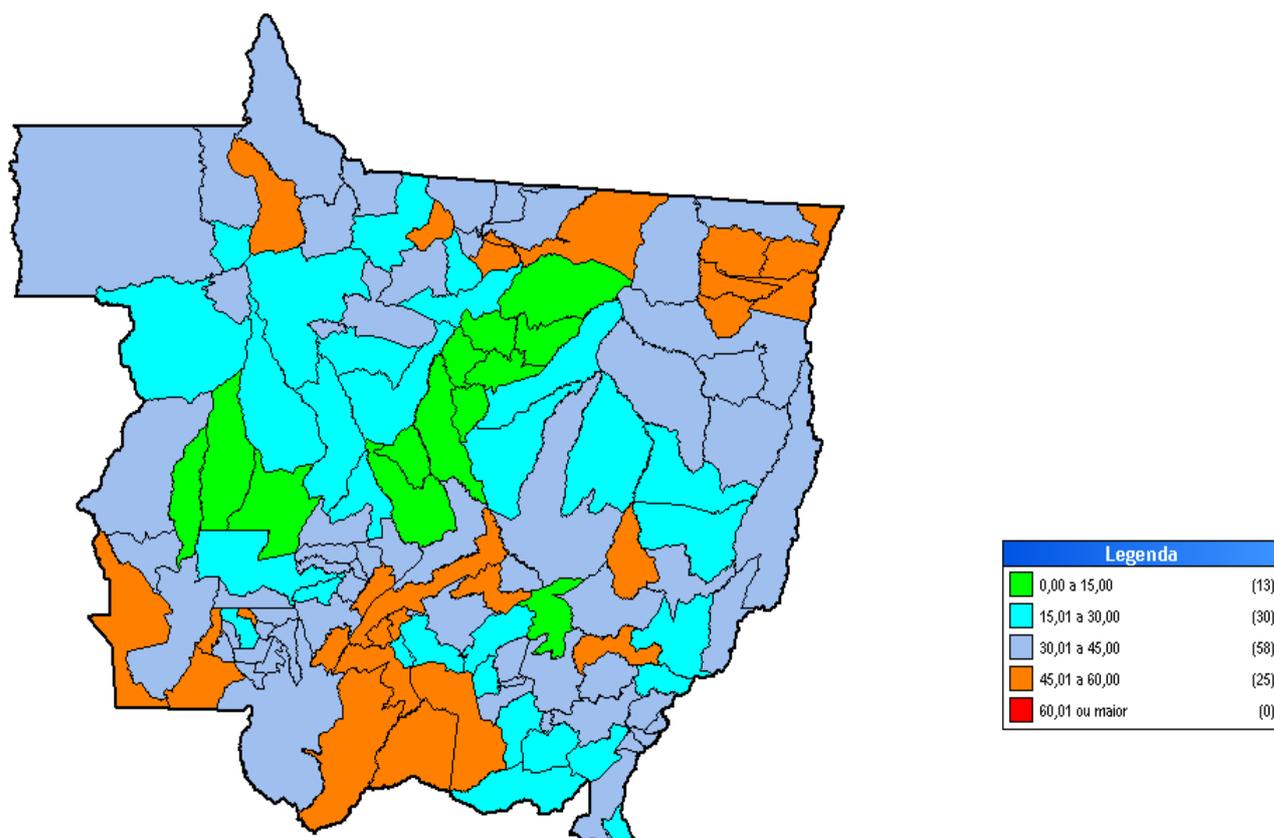


Figura 1 – Incidência de pobreza nos municípios de Mato Grosso, 2000 (%)
Fonte: PNUD, 2000.

Os dados da Tabela 8 apresentam a incidência de pobreza por intervalo de classe. Assim é possível observar que, em 2000, 34,1% dos municípios, nos quais vivem 62,9% da população do Estado, tinham incidência de pobreza abaixo de 30%. Sem deixar de considerar isso importante, cabe destacar que, dos vinte e cinco (25) municípios onde a proporção de pessoas pobres está acima de 45% , sete (7) estão localizados na Região do Rio Cuiabá. Entre eles (Figura 2) estão Nossa Senhora do Livramento, com 57,8%, Poconé, com 56,1%, Barão de Melgaço, com 55,4%, Acorizal, com 55%, Jangada, com 53,6%, Santo Antônio do Leverger, com 50,3%, e Rosário Oeste, com 49,7% de incidência de pobreza.

Tabela 8 – Incidência de pobreza nos municípios de Mato Grosso, 1991 e 2000 (%)

Incidência de Pobreza (%)	1991		2000	
	Municípios	População	Municípios	População
0,00 a 15,0	4	2,5	13	10,2
15,0 a 30,0	20	27,2	30	52,7
30,0 a 45,0	39	37	58	26,4
45,0 a 60,0	43	26,7	25	10,8
60,0 ou mais	20	6,5	0	0
Total	126	100	126	100

Fonte: PNUD, 2000.

Dessa forma, dentre as regiões do Estado, a Região do Rio Cuiabá é a que melhor representa esses contrastes, uma vez que, além da concentração econômica, esta região abriga o maior aglomerado urbano (a Capital e Várzea Grande) e os municípios com os piores indicadores socioeconômicos do Estado.

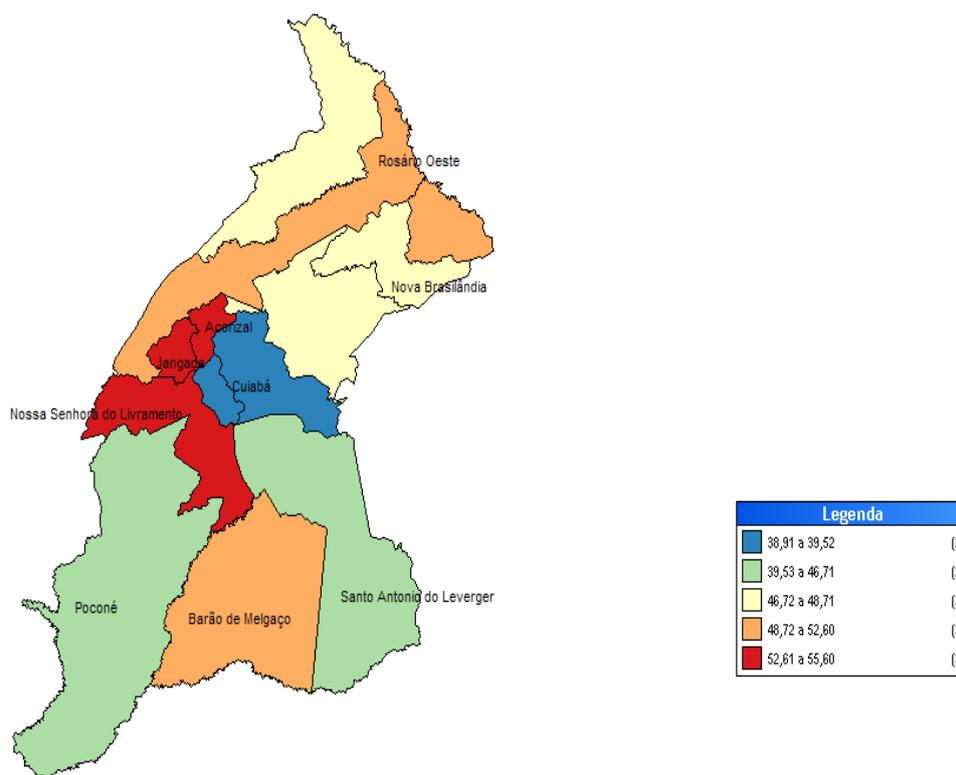


Figura 2 – Intensidades da pobreza na Região do Rio Cuiabá, 1991.
Fonte: PNUD, 2000.

O fenômeno da concentração de renda se reflete no agravamento das situações de indigência e pobreza entre o período dos dois últimos censos (Tabela 9). A intensidade da pobreza, que mede a distância em que se encontra a renda dos pobres na linha de pobreza,

conforme consta nas figuras 3 e 4, mostra que houve deslocamentos de municípios para níveis mais elevados de pobreza.

Tabela 9 – Evolução do índice de Gini e da intensidade de pobreza das regiões de Mato Grosso entre 1991 e 2000 (média ponderada pela população)

Região	Índice de Gini 91	Índice de Gini 00	Taxa Anual de Crescimento %	Intensidade Pobreza 91	Intensidade Pobreza 00	Taxa Anual de crescimento %
Noroeste I	0,58	0,59	0,26	44,69	49,27	1,09
Norte	0,59	0,61	0,45	46,23	42,09	-1,04
Nordeste	0,59	0,61	0,32	54,04	52,78	-0,26
Leste	0,58	0,61	0,70	44,21	44,03	-0,05
Sudeste	0,56	0,59	0,54	41,71	41,96	0,07
Sul	0,57	0,61	0,85	40,78	42,31	0,41
Sudoeste	0,55	0,60	0,93	42,58	44,57	0,51
Oeste	0,56	0,60	0,64	40,43	47,00	1,69
Centro-Oeste	0,56	0,58	0,51	41,61	46,54	1,25
Centro	0,57	0,62	0,95	35,71	37,48	0,54
Noroeste II	0,52	0,60	1,57	43,50	41,86	-0,43
Centro-Norte	0,55	0,57	0,46	29,77	37,80	2,69

Fonte: PNUD, 2000.

Conforme se pode ver nos mapas, os municípios de Poconé e Santo Antônio do Leverger foram os que registraram maior agravamento da situação de pobreza, pois evoluíram para faixas onde o índice de intensidade é maior.

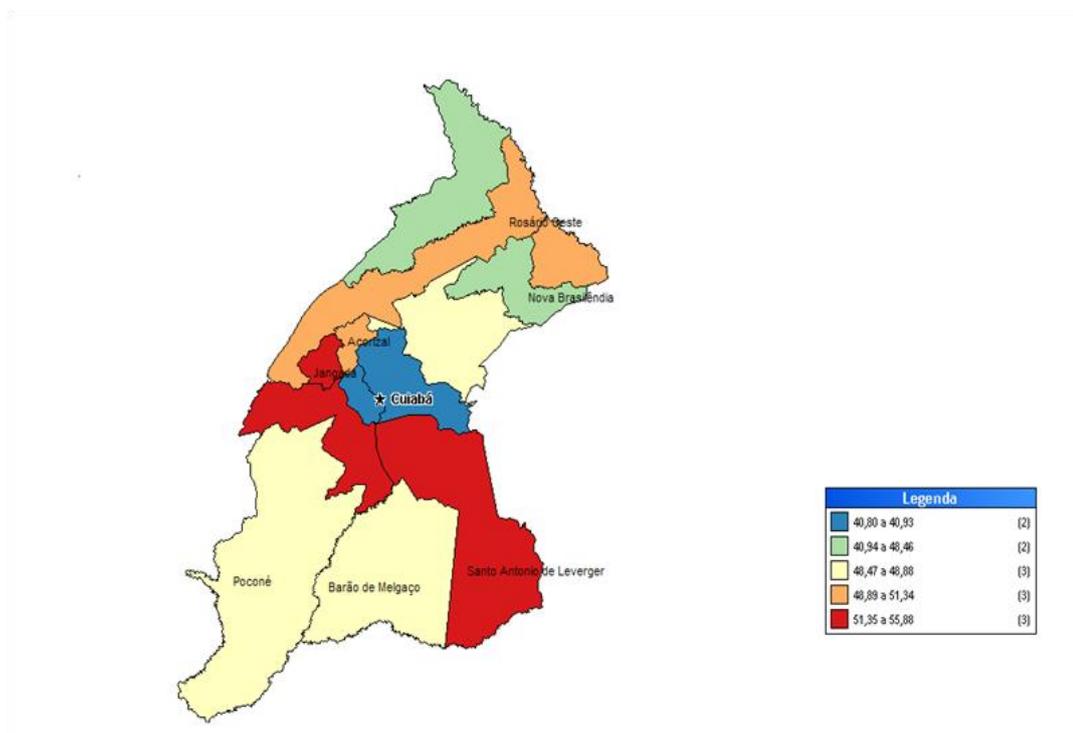


Figura 3 – Intensidades da pobreza na Região do Rio Cuiabá, 2000. Fonte: PNUD, 2000.

Considerando que a Região do Rio Cuiabá constitui-se no espaço onde estão localizados os municípios mais pobres do Estado, cabe questionar se a explicação para desenvolvimento econômico está no conhecimento das especificidades locais de um povo ou de uma região. Para entender o porquê desta Região concentrar os municípios mais pobres, faz-se necessário caracterizar o “desenvolvimento” nos diferentes municípios de Mato Grosso, especialmente os situados às margens do Rio Cuiabá, para a proposição de políticas regionais adequadas ao desenvolvimento.

Entretanto, por outro lado, diante de tanta riqueza gerada e tantos sem poder compartilhar dela (Tabelas 2, 3, 4 e 5), são visíveis os contrastes, isto é, produzem-se milhões de toneladas de grão e milhares de pessoas sem ter acesso à comida.

Isto seria o mesmo que para Galeano (2007) tratando de tema semelhante no Nordeste brasileiro “[...] a terra de contradições, a região eleita pela natureza para produzir todos os alimentos, nega-os todos [...]”. Na atualidade, os produtores não se negam à produção de todos os alimentos, pois os dados analisados por Pereira (2005) esclarecem que a base da atividade produtiva está na agropecuária mas, confirmam que expressiva quantidade dos produtos gerados no Estado é destinada ao mercado externo ou para outras unidades da federação. Além disso, retornando a Galeano (2007) quando retrata as contradições vividas no Nordeste brasileiro atribuídas à monocultura da cana-de-açúcar, o Estado pode estar padecendo hoje da herança da monocultura. Neste sentido, aparece a soja, como já foi citado acima, que tem a supremacia da produção sobre as outras culturas no Estado.

Contudo é possível entender a relação contraditória entre crescimento econômico e pobreza quando se observa em concomitância indicadores que medem o grau de pobreza no Estado. Primeiramente, pode-se verificar a distribuição desigual da população pobre entre as regiões do Estado, de acordo com a Figura 1. A maior concentração de indivíduos que vivem na linha de pobreza⁶ está nos municípios do entorno de Cuiabá e Várzea Grande na porção sul, área onde se realiza esta pesquisa, responsável por 25,3% do PIB estadual, além de municípios do extremos norte, nordeste e sudoeste do Estado.

⁶ Linha de pobreza é definida como aquela onde se encontram os indivíduos com renda familiar per capita de meio (½) salário mínimo oficial (R\$75,50 em 2000).

1.2 Contextualização do problema

Este tópico trata de caracterizar Mato Grosso e a Região objeto de estudo. Dessa maneira procura-se apresentar aspectos físicos e sociais. Nos demais, delimita-se a discussão que se pretende fazer. Na primeira parte, o capítulo trata dos aspectos gerais de caracterização do Estado de Mato Grosso. Na segunda parte, apresentam-se os municípios nos quais se desenvolve a aplicação da pesquisa.

1.2.1 Caracterização da região do Rio Cuiabá



Figura 4 – Região de Planejamento Sul

Fonte: MATO GROSSO, 2000.

Por constituir parte de interesse desta pesquisa, apenas os municípios pesquisados serão caracterizados. A região banhada pelo Rio Cuiabá corresponde à porção sul do Estado de Mato Grosso, ocupando uma área total de 75.527,07 km². Esta região é constituída pelos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Rosário Oeste, Jangada, Acorizal, Chapada dos Guimarães, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço e Poconé. Limita-se ao Sudeste com os municípios de Campo Verde, Jaciara,

Juscimeira, Rondonópolis, Itiquira e Paranatinga; ao Sul com o Estado de Mato Grosso do Sul; ao Centro com Nova Mutum e Santa Rita do Trivelato; a Sudoeste com Cáceres; a Oeste com Barra do Bugres e Porto Estrela; e ao Centro-Oeste com Alto Paraguai e Diamantino (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 2005).

A denominação “Região do Rio Cuiabá” decorre do fato de ser o principal Rio que drena a parte Sul do Estado e, historicamente, ter sido fundamental para a formação dos lugares que ele atravessa. As características biofísicas dão uma dimensão da imponência do Rio que nasce na Serra Azul em Rosário Oeste e flui 828 km até desaguar no Rio Paraguai recebendo, neste percurso, o volume d’água dos rios Manso, Coxipó, Jangada, da Casca e do Pari, tidos como seus principais afluentes. O fluxo médio das águas do Cuiabá é de 291,73 m³/s, tendo como volume mínimo 189,71 m³/s e máximo 509,63 m³/s. O Rio alcança a velocidade máxima do fluxo (de 938 m³/s) na parte que desce da cidade de Cuiabá até Barão de Melgaço. Em Barão de Melgaço, o Rio se espalha pela parte alagada do Pantanal e perde sua velocidade, caindo para 100 m³/s (SAFFORD, 2001).

Esta porção do território estadual apresenta clima tropical seco-úmido com duas estações bem-definidas: uma seca, de abril a setembro, e uma chuvosa, de outubro a março, com predomínio de temperaturas elevadas, cuja média situa-se entre 20 e 28°C (MORENO; HIGA, 2005). Outra característica do ambiente natural desta região está nas suas diferentes formas de relevo. De forma privilegiada, sua paisagem é formada pelo Planalto dos Guimarães, pelas Serras Residuais do Alto Paraguai, pela Depressão Cuiabana e pela Planície e Pantanal (PIAIA, 2003).

O Planalto dos Guimarães corresponde a uma área com altitudes que variam entre 600 a 800 metros. As Serras Residuais do Alto Paraguai são constituídas por rochas muito antigas e com alturas elevadas, chegando a 800 metros de altitude; é também o conjunto de relevo que separa a Depressão do Alto Paraguai da Depressão Cuiabana. Esta última, segundo Piaia (2003, p. 160), “Compreende uma área rebaixada situada entre o Planalto dos Guimarães e a Província Serrana”.

A depressão possui forma rampeada com inclinação de norte para o sul e altitude variando entre 200 metros, na parte mais baixa, a 450 metros no topo da rampa, no Alto Vale dos rios Cuiabá e Manso. Para completar as diferentes formas de terreno que a região abriga, as planícies e o pantanal apresentam unidades de relevo com topografia muito plana e altitudes que variam entre 80 e 150 metros (MORENO; HIGA, 2005).

Além do relevo, o solo é outro elemento natural estruturante de grande importância para a região, uma vez que o solo, de acordo com Guerra (2003, p. 582-583), é a “Camada superficial de terra arável possuidora de vida microbiana”. A importância deste elemento natural está no fato de ser nesta camada do solo que se desenvolvem as atividades econômicas como a agropecuária.

Uma característica importante desta Região é o fato de estarem localizados aqui os dois maiores municípios de Mato Grosso, a Capital, Cuiabá, e Várzea Grande, que são servidos pelos principais eixos viários, as rodovias federais BR 163, 364 e BR 070, que se articulam com todas as regiões do Estado. Desta forma, o Sul é a área mais populosa do Estado, com 899,3 mil habitantes, representando cerca de 1/3 do total de habitantes de Mato Grosso. Mas, por ser um espaço polarizado por Cuiabá e Várzea Grande, continua tendo um peso significativo, representando 31,5% da população do Estado por regiões em 2007, seguida das regiões Sudeste, com 14,6% e da Sudoeste, com 10,3%, regiões que abrigam os municípios de Rondonópolis e Cáceres, respectivamente.

Para autores como Rivera (2006), a “Baixada Cuiabana” engloba diversas porções das mais antigas ocupações de Mato Grosso. Pode ser subdividida em três partes, correspondentes: 1) ao aglomerado urbano de Cuiabá e Várzea Grande; 2) à parte mais elevada da “Baixada Cuiabana”; e 3) ao seu prolongamento pantaneiro. Das três regiões, cabe destacar o aglomerado urbano, sendo ele indicado como o grande centro comercial e de serviços do Estado. Nele é apontada a presença de um grande número de produtores e a agricultura tradicional coexistindo com um processo de modernização tanto por meio de capitalização de grandes e médios estabelecimentos quanto pela integração localizada de médios e pequenos produtores às estruturas agroindustriais. Ainda no aglomerado, do ponto de vista econômico, a produção primária é pouco significativa, destacando-se por sua estrutura agroindustrial onde está concentrada grande parte da capacidade de armazenamento da região e as principais unidades processadoras.

A expressão econômica dessa região é constatada ao registrar o primeiro lugar no ranking estadual com um produto interno bruto na ordem de R\$9 bilhões, o que significa 25,3% do PIB estadual.

1.2.3 Caracterização dos municípios objetos da pesquisa

Neste tópico, procurar-se-á apresentar uma breve caracterização dos quatro municípios que compõem este estudo. Para esta pesquisa, estabeleceu-se como marco de estudo a Região de

Planejamento denominada Região Sul do Estado. Desta forma, os municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Nobres, Rosário Oeste, Acorizal, Jangada, Planalto da Serra, Nova Brasilândia, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Barão do Melgaço e Poconé constituem o universo desta pesquisa.

Decidiu-se escolher os municípios de Acorizal, Jangada, Barão do Melgaço e Poconé como municípios amostrais para a coleta dos dados. A opção por estes municípios foi devido ao fato de eles registrarem os mais baixos índices de desenvolvimento humano e estarem ao mesmo tempo no entorno do aglomerado urbano de Cuiabá e Várzea Grande, que abriga o núcleo polarizador em nível estadual. Com o intuito de mostrar as grandes disparidades existentes entre esse pólo e seu entorno, ele será tomado com referência para estabelecer comparações com os quatro municípios da pesquisa.

1.2.4 Acorizal

Mesmo existindo indícios de organização social desde a descoberta das minas de ouro em Cuiabá, o embrião do município de Acorizal surge com a instalação da rede telegráfica realizada pelo Comissão Rondon no início do século XX, quando este povoado tornou-se posto telegráfico. Contudo o município só foi criado na década de 50 mediante a Lei nº. 691, de 12 de dezembro de 1953, de autoria do então deputado estadual Lenine Povoas (FERREIRA, 2001, p. 360).

Com uma população de pouco mais de seis mil habitantes registrados em 2007, ocupando uma área de 841,1 km² remanescente do município de Cuiabá e com uma densidade demográfica de noventa habitantes por km², segundo a classificação dada pelo relatório sobre a hierarquização do espaço regional da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso, Acorizal desempenha funções urbanas de caráter local, caracterizado pela capacidade de atendimento apenas das necessidades básicas da população. Isto subordina o município à influência de centros mais equipados.

Tabela 10 – Números de estabelecimentos, médicos e leitos hospitalares no município de Acorizal

Discriminação	Estabelecimentos, médicos, leitos p/internação nos estabelecimentos de saúde					
	2000	2005				
	Médicos residentes/1000 hab.	nº estabel.	leitos/1000 hab.	Capacidade Ambulatorial.		
				Posto de Saúde	Centro de Saúde	Pronto Socorro
Mato Grosso	0,62	165	2,58	262	578	8
Acorizal	-	-	-	3	1	-

Fonte: IPEA, 2002; MATO GROSSO, 2006.

De acordo com dados de 2005, a infra-estrutura para prestação de serviços básicos de saúde e educação apresenta-se com pouca capacidade de atendimento das necessidades básicas da população, pois apenas são disponibilizados três postos de saúde com dois médicos credenciados pela Secretaria de Estado de Saúde. Não há no município nenhum leito hospitalar, quando o recomendado pela Organização Mundial da Saúde é de quatro leitos por mil habitantes (Tabela 10). Quanto à estrutura educacional, existem treze unidades escolares voltadas para o Ensino Fundamental, sendo duas (2) na área urbana e onze (11) localizadas na zona rural do município com um total de cento e três (103) salas de aulas e trinta e quatro (34) professores do Ensino Médio, cabendo destacar que o Ensino Médio é responsabilidade do poder público estadual.

Tabela 11 – Evolução do PIB a preços constantes do município de Acorizal e Região do Rio Cuiabá, período de 2002-2004

Estado, Regiões e municípios	Produto Interno Bruto a preços constantes					Taxa média geométrica de crescimento anual (%)	
	2002	2003	2004	2005			
					Rank		
MATO GROSSO	17.383.080	20.356.052	24.970.962	23.609.976	Estadual	Região	7,95
REGIAO DO RIO CUIABA	5.039.363	5.574.135	6.612.103	5.982.305	1º	-	4,38
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO RIO CUIABÁ SEM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE	493.900	589.971	587.954	562.648	10º	-	3,31
Acorizal	15 384	19 255	25 119	32.511	98º	9º	20,6

Fonte: IPEA, 2002.

Para se ter uma dimensão da capacidade econômica do município, tomou-se como base o comportamento do produto interno bruto – PIB, uma vez que esse indicador expressa o valor monetário de toda a riqueza gerada numa região. Com relação ao PIB de Acorizal, o primeiro aspecto a ser considerado é a posição ocupada pelo município no ranking: 98º. lugar no Estado e 9º. na Região do Rio Cuiabá (Tabela 11). Outro aspecto importante a ser considerado é a composição do valor adicionado bruto – VAB no município onde a agropecuária foi responsável por 59,5%, o setor de serviços, 23,7% do valor agregado e a administração pública, 13,1%. Isso confirma que a base econômica do município é sustentada pela agricultura, pecuária de corte e leiteira e comércio. Quanto ao valor adicionado no setor de serviços, é importante ressaltar que esse impacto é decorrente apenas do serviço público municipal e da descentralização dos serviços públicos estaduais, uma vez que o setor de comércio é constituído por vinte e um estabelecimentos varejistas e um atacadista (Tabela 12). Os demais serviços (bancos, serviços postais, consultórios médicos etc.) são bastante incipientes ou inexistentes.

Tabela 12 – Valor agregado bruto no município por setor de atividade, 2005

Estado, região e município	Valor Adicionado a preços constantes							
	2005							
	Absoluto (1 000 R\$)		Absoluto (1 000 R\$)		Absoluto (1 000 R\$)		Absoluto (1 000 R\$)	
	AGROPECUÁRIA	rel.(%)	INDUSTRIA	rel.(%)	SERVIÇOS	rel.(%)	ADM PÚBLICA	rel.(%)
MATO GROSSO	6.556.750	100	3.860.468	100	10.110.496	100	2.555.522	100
REGIÃO DO RIO CUIABÁ	282.337	4,31	1.362.780	35,30	3.460.359	34,23	802.655	31,41
ACORIZAL EM RELAÇÃO AO ESTADO	21.398	0,33	1.326	0,03	8.542	0,08	4.725	0,18
ACORIZAL EM RELAÇÃO AO TOTAL AGREGADO NO MUNICÍPIO	21.398	59,50	1.326	3,70	8.542	23,70	4.725	13,10

Fonte: IPEA, 2002.

Ainda quanto à agricultura, neste município, conforme registro do censo agropecuário de 2005, 35,5 % dos estabelecimentos rurais têm menos de dez hectares (41), 3% têm entre dez e menos que cem hectares. Outra característica importante da região é o consumo de energia elétrica que, em 2004, de acordo com o Anuário Estatístico da Seplan-MT (MATO GROSSO, 2005), foi de 2,2 milhões de kwh, e desse total a zona rural consumiu 16,1% enquanto os setores do comércio e da indústria juntos consumiram 10,8% e o setor residencial, 51%. Diante disso, pode-se observar o baixo dinamismo da indústria e comércio na região, que contribuíram com apenas 6,6% do VAB, e também o baixo impacto do comércio no município.

Ao focar no contexto do Estado, pode-se perceber que a riqueza gerada por esse município, expressa pelo PIB, confere-lhe o centésimo lugar num ranking com cento e quarenta e um municípios. Entretanto, quando se observa o PIB *per capita*, há uma melhora no posicionamento do município no período de 2002 a 2004, que sobe da 131ª. posição, em 2002, para a 83ª., em 2005. De fato, sendo o PIB *per capita* a razão entre o valor do PIB total e a população total, o crescimento elevado da renda pode ser explicado também em função de, neste município, o crescimento demográfico ser bem inferior ao crescimento do PIB *per capita*.

O município é atendido por rodovias pavimentadas e pelo sistema de energia elétrica.

1.2.5 Barão de Melgaço

Barão de Melgaço, emancipado politicamente na década de 1950, está localizado numa região de ocupação antiga pelos primeiros movimentos populacionais que aconteceram com a chegada dos bandeirantes paulistas. O espaço onde se localiza o município é remanescente do território de Santo Antonio do Rio Abaixo, hoje Santo Antonio do Leverger. É o maior em extensão territorial, com uma área de aproximadamente 11.182,82 km², localizada na parte

inferior do Rio Cuiabá, na planície do Pantanal, onde grande parte de seu território fica submerso durante o período das águas. É o segundo município em tamanho populacional, entre os quatro pesquisados, com sete mil, seiscentos e vinte e cinco habitantes registrados em 2007. Barão de Melgaço vem apresentando nos últimos anos perdas populacionais decorrentes da baixa dinâmica da economia local – apresentados no parágrafo abaixo. Tem 55,9% da população concentrados na área rural, 22,9% das propriedades rurais têm menos de dez hectares e 50,6% têm entre dez e menos de cem hectares.

Na hierarquia do espaço regional, a tipologia do município o qualifica como um centro urbano com predomínio de uma única função de caráter regional. Tem-se no município baixa densidade de equipamentos urbanos e estabelecimentos socioeconômicos. Foi possível observar *in loco* que o município não dispõe de nenhuma agência bancária, tem apenas um posto do Banco do Brasil e um caixa eletrônico da Caixa Econômica Federal instalados dentro de estabelecimentos comerciais. Outros dados confirmam a falta de infra-estrutura urbana para atendimento das necessidades básicas dos serviços de saúde e educação, entre outros.

Tabela 13 – Números de estabelecimentos, médicos e leitos hospitalares no município de Barão de Melgaço

Discriminação	Estabelecimentos, médicos, leitos p/internação nos estabelecimentos de saúde						
	2000		2005				
	Médicos residentes/1000 hab.	nº estabel.	leitos/1000 hab.	Capacidade Ambulatorial.			
				Posto de Saúde	Centro de Saúde	Pronto Socorro	
Mato Grosso	0,62	165	2,58	262	578	8	
Barão de Melgaço	0,58	1	1,74	9	1	-	

Fonte: IPEA, 2002; MATO GROSSO, 2006.

O atendimento médico-hospitalar é oferecido apenas para patologias simples, quando o quadro clínico do paciente é considerado mais grave e exige internação por tempo superior a vinte quatro horas é preciso fazer a remoção do doente para centro mais preparado como os da Capital e Várzea Grande. O município dispõe de um centro de saúde com estrutura física para atendimentos ambulatoriais e nove postos de saúde. A rede escolar é composta por cinco unidades escolares do Ensino Fundamental na zona urbana e vinte e três na rural; três unidades para atender a alunos do Ensino Médio, duas situadas na área urbana e uma no campo totalizando cento e cinquenta e oito salas de aula (158), das quais estavam sendo utilizadas setenta e oito (78) em 2005, com noventa e seis (96) professores para o Ensino Fundamental e quatorze para atender às demandas educacionais do Ensino Médio.

Tabela 14 – Evolução do PIB a preços constantes do município de Barão de Melgaço e Região do Rio Cuiabá, período de 2002- 2004

Estado, Regiões e municípios	Produto Interno Bruto a preços constantes						Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
	2002	2003	2004	2005		Rank	
				Estadual	Região		
MATO GROSSO	17.383.080	20.356.052	24.970.962	23.609.976			7,95
REGIÃO DO RIO CUIABÁ	5.039.363	5.574.135	6.612.103	5.982.305	1º	-	4,38
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO RIO CUIABÁ SEM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE	493.900	589.971	587.954	562.648	10º	-	3,31
Barão de Melgaço	21 134	23 030	21 602	23.101	107º	11º	2,2

Fonte: IPEA, 2002.

Quanto às potencialidades econômicas do local, cabe destacar a importância da pesca, do turismo, da fruticultura, da agricultura e pecuária. Tomando como base o PIB, é possível analisar o tamanho da economia municipal e sua importância no contexto estadual. Nesse sentido, Barão de Melgaço tem menor expressão econômica que Acorizal, pois ocupava, em 2005, a 107ª. posição no ranking estadual e o 11º. lugar no ranking da região do Rio do Cuiabá (Tabela 14). Os dados do IBGE mostram que o município vem ganhando posições desde 2002 quando ocupava o 113º. lugar no contexto estadual, porém é o município, entre os pesquisados, com menor taxa de crescimento do PIB no período analisado.

Tabela 15 – Valor agregado bruto no município por setor de atividade, 2005

Estado, região e município	Valor Adicionado a preços constantes							
	2005							
	Absoluto (1 000 R\$)		rel.(%)		Absoluto (1 000 R\$)		rel.(%)	
	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		ADM PÚBLICA	
MATO GROSSO	6.556.750	100	3.860.468	100	10.110.496	100	2.555.522	100
REGIÃO DO RIO CUIABÁ	282.337	4,31	1.362.780	35,30	3.460.359	34,23	802.655	31,41
BARÃO DE MELGAÇO EM RELAÇÃO AO ESTADO	11.744	0,18	1.402	0,04	9.037	0,09	5.580	0,22
BARÃO DE MELGAÇO EM RELAÇÃO AO TOTAL AGREGADO NO MUNICÍPIO	11.744	42,30	1.402	5,10	9.037	32,50	5.580	20,10

Fonte: IPEA, 2002.

Ainda nessa linha de comparações, outro aspecto importante que pode ser observado, quando se analisa o valor adicionado bruto na agropecuária, é que ele indica forte característica rural na economia do município, uma vez que 42,3% do VAB é do setor primário. O setor industrial também é pouco desenvolvido, com uma participação de apenas 5,1% do valor adicionado, o setor de serviços representa 32,5% e a administração pública contribui com 20,1%, porém, como foi salientado anteriormente, o maior responsável por esse valor são os serviços

públicos, pois, como já apresentado, o município tem baixa densidade de estabelecimentos econômicos, registrando vinte e sete (27) estabelecimentos de comércio varejista e apenas um atacadista, conforme mostram os dados do Anuário Estatístico de 2005 da Seplan (MATO GROSSO, 2005).

1.2.6 Jangada

Outro município escolhido foi o de Jangada, também em função de estar localizado no entorno do aglomerado de Cuiabá e Várzea Grande e apresentar grandes diferenças socioeconômicas e infra-estruturais. O espaço desmembrado de Acorizal, na década de 1980, situado na parte superior do Rio Cuiabá (ou Rio acima), deu origem ao município de Jangada. Tem hoje uma área de pouco mais de mil quilômetros quadrados, o que o coloca como o terceiro maior município da pesquisa em extensão territorial. Com uma população de aproximadamente oito mil habitantes registrada em 2007, apresenta alta densidade demográfica (95 hab./km²). A maioria da população (55,8%) vive no campo em propriedades de pequeno porte, como mostram os dados da pesquisa agropecuária de 2005. Existem no município trezentos e cinquenta e oito propriedades com menos de dez hectares, o que representa 56,9% do total de estabelecimentos rurais. Outro aspecto que mostra a predominância da zona rural é o consumo de energia. Em 2004, segundo o Anuário Estatístico da Seplan (MATO GROSSO, 2005), o campo registrou um consumo de energia de mais de 1,2 milhão de kwh enquanto o consumo na residência dos moradores da cidade ficou em 1,4 milhão.

Tabela 16 – Números de estabelecimentos, médicos e leitos hospitalares no município de Jangada

Discriminação	Estabelecimentos, médicos, leitos p/internação nos estabelecimentos de saúde					
	2000		2005			
	Médicos residentes/1000 hab.	nº estabel.	leitos/1000 hab.	Capacidade Ambulatorial.		
			Posto de Saúde	Centro de Saúde	Pronto Socorro	
Mato Grosso	0,62	165	2,58	262	578	8
Jangada	-	-	-	-	3	-

Fonte: IPEA, 2002; MATO GROSSO, 2006.

Neste município, observou-se também uma baixa capacidade de infra-estrutura urbana para atendimento das necessidades essenciais da população que, como os demais municípios da Região, está subordinada à influência de centros mais equipados (Cuiabá e Várzea Grande). O município tem a seguinte infra-estrutura urbana: na área da saúde - tem três unidades básicas de saúde; não tem hospitais, portanto nenhum leito hospitalar disponível; quatro médicos, sendo três da equipe do programa saúde da família e um médico generalista, ou seja, quanto aos serviços de

saúde, o município desenvolve apenas ações de atenção básica (Tabela 16) ; no setor educacional – tem cento e vinte (120) salas de aula, e apenas a metade é utilizada; estas salas estão distribuídas por noventa e três (93) unidades do Ensino Fundamental e trinta e uma (31) unidades do Ensino Médio. Para o atendimento da demanda escolar, o município dispõe de noventa e três professores para o Ensino Fundamental distribuídos nas zonas urbana e rural do município e trinta e um professores para o Ensino Médio; desse total, treze atendem à zona urbana e dezoito, à rural.

Tabela 17 – Evolução do PIB a preços constantes do município de Jangada e Região do Rio Cuiabá, período de 2002- 2004

Estado, Regiões e municípios	Produto Interno Bruto a preços constantes						Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
	2002	2003	2004	2005		Rank	
				Estadual	Região		
MATO GROSSO	17.383.080	20.356.052	24.970.962	23.609.976			7,95
REGIÃO DO RIO CUIABÁ	5.039.363	5.574.135	6.612.103	5.982.305	1º	-	4,38
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO RIO CUIABÁ SEM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE	493.900	589.971	587.954	562.648	10º	-	3,31
Jangada	24 300	26 373	33 447	30.237	101º	10º	5,6

Fonte: IPEA, 2002.

Economicamente, de acordo com o produto interno bruto de 2005, Jangada ocupa o 103º. lugar no ranking estadual e o 10º. dentro da Região do Vale do Cuiabá. Entretanto registra um PIB menor que Acorizal e superior ao de Barão de Melgaço, o que coloca os três municípios entre os menores PIBs do Estado (Tabela 17). As características econômicas desses municípios são bastante semelhantes, pois, além de apresentarem um PIB com valores próximos, são semelhantes também quando analisados os valores adicionados em cada setor de atividade econômica, isto é, em todos eles a agropecuária desempenha um papel significativo.

Tabela 18 – Valor agregado bruto no município por setor de atividade, 2005

Estado, região e município	Valor Adicionado a preços constantes							
	2005							
	Absoluto (1 000 R\$)		Absoluto (1 000 R\$)		Absoluto (1 000 R\$)		Absoluto (1 000 R\$)	
AGROPECUÁRIA	rel.(%)	INDUSTRIA	rel.(%)	SERVIÇOS	rel.(%)	ADM PÚBLICA	rel.(%)	
MATO GROSSO	6.556.750	100	3.860.468	100	10.110.496	100	2.555.522	100
REGIÃO DO RIO CUIABÁ	282.337	4,31	1.362.780	35,30	3.460.359	34,23	802.655	31,41
JANGADA EM RELAÇÃO AO ESTADO	14.631	0,22	2.057	0,05	11.992	0,12	7.001	0,27
JANGADA EM RELAÇÃO AO TOTAL AGREGADO NO MUNICÍPIO	14.631	46,20	2.057	6,50	11.992	37,80	7.001	22,10

Fonte: IPEA, 2002.

Em Jangada, considerando que a maior parte da contribuição de 59,9% do setor de serviços são dos serviços públicos, fica registrada a importância da agropecuária com 46,2%. O setor industrial é pouco desenvolvido e contribui com o VAB de apenas 6,5%, adicionando nesse setor indústrias de extrativismo mineral, uma de álcool, outra de bebida (produção de pinga) e um curtume (couro bovino). (MATO GROSSO, 2006) . O setor de comércio do município é um pouco mais aquecido com trinta e seis estabelecimentos varejistas, cabendo ressaltar aqui a produção e comercialização de pastéis nos bares situados à margem da BR 163.

1.2.7 Poconé

O município de Poconé é o mais antigo, sua data de fundação ocorreu no século XIX, no ciclo da mineração. É o município com maior peso na amostra, por possuir a maior população com mais de trinta e um mil habitantes. Está também localizado na parte inferior do Rio Cuiabá em uma área de aproximadamente 17.260,7 km² dentro do Pantanal e é o maior município em extensão territorial dentre os pesquisados. Dos quatro municípios pesquisados, Poconé é o que tem o maior número de pessoas vivendo na cidade. Segundo a contagem da população de 2007, os cidadãos são 72,3%, e apenas 27,6% vivem no campo. Outra diferença observada foi quanto ao tamanho das propriedades rurais, uma vez que só 9,9% dos estabelecimentos têm menos de dez hectares. Observou-se, a partir da região de Porto Jofre, que não há população vivendo às margens do Rio Cuiabá, e sim em grandes fazendas, como ocorre em Barão de Melgaço, onde muitas famílias têm suas propriedades localizadas às margens do Rio.

Tabela 19 – Números de estabelecimentos, médicos e leitos hospitalares no município de Poconé

Discriminação	Estabelecimentos, médicos, leitos p/internação nos estabelecimentos de saúde						
	2000		2005				
	Médicos residentes/1000 hab.	nº estabel.	leitos/1000 hab.	Capacidade Ambulatorial.			
			Posto de Saúde	Centro de Saúde	Pronto Socorro		
Mato Grosso	0,62	165	2,58	262	578	8	
Poconé	-	2	2,62	-	8	1	

Fonte: IPEA, 2002; MATO GROSSO, 2006.

Poconé, dentro da estrutura regional, é qualificado como centro, com a presença da maioria das funções urbanas associada a baixas densidades de equipamentos urbanos e estabelecimento econômicos. Os serviços de saúde estão mais bem-estruturados e oferecem oito unidades básicas de saúde, um pronto socorro, duas clínicas especializadas e um hospital com oitenta e dois (82) leitos hospitalares, o que ainda não atende às recomendações da Organização

Mundial de Saúde. Disponibiliza um número maior de especialidades médicas, dentre elas cardiologia, cirurgia, ginecologia, pediatria etc. É atendido também por profissionais do programa de saúde da família, totalizando quarenta e um (41) médicos credenciados (Tabela 19). Considerando as devidas proporções, a rede educacional tem um número maior de salas de aula – quinhentos e trinta e cinco (535) no total, conseqüentemente tem um número maior de estabelecimentos de ensino, sendo setenta e quatro (74) para o Ensino Fundamental e quatro (4) para o Ensino Secundário ou Médio. Com relação à distribuição espacial dessas escolas, um aspecto importante foi observado, pois, diante de população eminentemente urbana, o maior número de escolas do Ensino Fundamental está na zona rural.

Tabela 20 – Evolução do PIB a preços constantes do município de Poconé e Região do Rio Cuiabá, período de 2002- 2004

Estado, Regiões e municípios	Produto Interno Bruto a preços constantes						Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
	2002	2003	2004	2005		Rank	
MATO GROSSO	17.383.080	20.356.052	24.970.962	23.609.976	Estadual	Região	7,95
REGIÃO DO RIO CUIABA	5.039.363	5.574.135	6.612.103	5.982.305	1º	-	4,38
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO RIO CUIABÁ SEM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE	493.900	589.971	587.954	562.648	10º	-	3,31
Poconé	75 810	88 244	96 696	97.998	51º	3º	6,6

Fonte: IPEA, 2002.

Quanto aos aspectos econômicos do município, numa região que concentra os municípios de Cuiabá e Várzea Grande, Poconé é a terceira maior economia da Região do Cuiabá e a 51ª. do Estado (Tabela 20). Ressalta-se que, mesmo sendo economicamente bem maior que os demais municípios da região, apresenta relativa estagnação econômica e baixas taxas de crescimento da população. Este fato pode ser observado quando se analisa a evolução da renda per capita que ocupava em 2002, pois, do 133º. lugar no *ranking* estadual, caiu em 2005 para o 138º. lugar (MATO GROSSO, 2006).

Tabela 21 – Valor agregado bruto no município por setor de atividade, 2005

Estado, região e município	Valor Adicionado a preços constantes							
	2005							
	Absoluto (1 000 R\$)		rel.(%)		Absoluto (1 000 R\$)		rel.(%)	
AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		ADM PÚBLICA		
MATO GROSSO	6.556.750	100	3.860.468	100	10.110.496	100	2.555.522	100
REGIÃO DO RIO CUIABÁ	282.337	4,31	1.362.780	35,30	3.460.359	34,23	802.655	31,41
POCONÉ EM RELAÇÃO AO ESTADO	29.669	0,45	13.839	0,36	48.067	0,48	24.368	0,95
POCONÉ EM RELAÇÃO AO TOTAL AGREGADO NO MUNICÍPIO	29.669	25,60	13.839	11,90	48.067	41,50	24.368	21,00

Fonte: IPEA, 2002.

Setorialmente o valor adicionado no município mostrou um equilíbrio maior entre os valores adicionados pela agropecuária e administração pública, com 25,6% e 21,0% respectivamente. O setor industrial é mais representativo e diversificado nesse município, com 11,9% do valor adicionado, tendo destaque a indústria de minerais metálicos, de produtos alimentícios e bebidas, produtos de minerais não-metálicos, madeira, entre outros. O setor de comércio é bem mais representativo em 2005, com cento e noventa e duas (192) lojas de comércio varejista e nove (9) atacadistas. Os impactos desse setores são sentidos no consumo de energia elétrica do município que, em 2004, consumiu mais de 40 milhões de kwh, e o maior responsável por esse consumo foi a indústria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao propor a realização deste trabalho, primeiramente sentiu-se a necessidade de entender o fenômeno do desenvolvimento como objeto de pesquisa. Isso decorre da ausência de consenso relativo a uma definição aceita universalmente sobre o desenvolvimento econômico. Da mesma forma, deparou-se com a diversidade de entendimentos quando das discussões sobre a delimitação do espaço objeto do estudo considerando os aspectos do desenvolvimento regional. Assim, diante das dúvidas geradas, em função das controvérsias inerentes ao tema deste trabalho, optou-se por chamar a atenção para as questões que envolvem a abordagem conceitual em estudos científicos, uma vez que teve como princípio a idéia de que as concepções teóricas são instrumentos necessários e essenciais quando se deseja avançar na construção do conhecimento. A discussão da abordagem conceitual, isto é, o resgate e o aprimoramento dos conceitos, considerando os aspectos regionais relativos ao tema, foi o caminho escolhido neste estudo para explorar as concepções teóricas dos principais termos que o norteiam.

2.1 Crescimento e progresso

A complexidade inicia-se pelo entendimento possível dos conceitos sobre desenvolvimento. Assim a “teoria do desenvolvimento econômico” é a etapa da Ciência Econômica que se propõe a discutir o fenômeno fundamental do desenvolvimento, sendo apontada como objeto da história econômica e estando na dependência da economia das coisas, em relação com todos os outros aspectos da vida social, política e cultural. Não pode, assim, ser explicada apenas pelas condições econômicas previamente estabelecidas, para isso é preciso entender a evolução das formas históricas, das teorias e dos conceitos de desenvolvimento.

2.1.1 Enfoque histórico

Primeiramente, o processo de desenvolvimento foi marcado por uma seqüência de fases. Na concepção faseológica de List (1844 apud Furtado, 2000, p. 148), o desenvolvimento das nações se dava pela “[...] passagem da escravidão à atividade agropastoril, à agricultura, à agricultura e manufatura e às atividades mercantis”. Furtado afirma que a evolução histórica fundada em uma seqüência de fases teve mais êxito na tentativa de Marx em formular uma teoria da evolução histórica. Na idéia de Marx (1986), a forma de apropriação dos fatores de produção

comanda a forma de organização do sistema econômico. Assim estabelece quatro fases distintas para explicar a evolução histórica dos sistemas econômicos. Na primeira forma histórica, a do comunismo primitivo, não teria havido apropriação privada dos fatores de produção. Numa segunda fase, a da escravidão, prevaleceu a apropriação privada do fator humano. Na terceira fase, a organização econômica foi comandada pelo apropriação privada da terra, período denominado feudal. Na quarta, o fator decisivo passa a ser o controle do capital, ou seja, a etapa do capitalismo.

Com o avanço da industrialização, além da Inglaterra, a partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento passou a ser considerado como um processo natural. Porém só o “[...] historiador econômico continuou a reunir informações sobre a evolução das formas de produção”. Aos economistas interessavam apenas as descobertas das regras de funcionamento da economia de mercado. O interesse pelos estudos de base histórica que procuravam relacionar as causas da riqueza e pobreza das nações só é retomado em tempos mais recentes quando são suscitados os problemas criados pelos países subdesenvolvidos (FURTADO, 2000, p. 149).

As diferentes estruturas dos sistemas de produção, pouco antes da Segunda Guerra, são destacadas através dos estudos estatísticos de Colin Clark. Esses estudos mostraram “[...] uma elevada correlação entre a composição da população ativa e o nível da renda real *per capita*”. A análise estatística de Clark constata que, nas atividades primárias, “[...] a proporção da população ocupada surge como uma função inversa do nível de renda *per capita*. No setor secundário, a ocupação da mão-de-obra aumenta mais rapidamente durante certa fase que eleva o nível de renda *per capita*, tendendo a estabilizar-se”. É o setor de serviços que mais cresce como fonte de emprego, onde se dá a fase superior do desenvolvimento (FURTADO, 2000, p. 149-150).

A partir da análise estatística de Colin Clark, retomou-se a idéia de que o desenvolvimento se concretiza por uma série de fases. Nesse sentido, destaca-se a reformulação feita por Rostow (1974). A reformulação sistemática de Rostow enfocou o processo de desenvolvimento em cinco diferentes etapas: na primeira, as transformações na estrutura populacional e nas formas de produção seriam extremamente lentas com pouca mobilidade social, e o poder político seria controlado pelos proprietários de terra; a segunda seria a etapa de transição quando passaria a ter expansão os mercados mundiais e a concorrência internacional nesse mercados. No plano político, a transição daria origem ao Estado-Nação centralizador, e uma nova classe dirigente começaria a tomar forma, aquela portadora de espírito empreendedor; na terceira etapa, transformações cruciais ocorreriam tanto nas estruturas econômicas como nas formas de comportamento. Nesta fase, dá-se início à decolagem que Rostow chamou de *take-off*,

atribuindo isso a um impulso mais ou menos exógeno ao sistema econômico. Esse impulso pode ter origem nos planos político e técnico; na quarta, dá-se continuação ao processo de decolagem, no qual as economias aplicam a gama de técnicas modernas e caminham para a maturidade; e daria início à quinta, que instalaria o consumo de massa (ROSTOW, 1979, p.16-30).

Outro trabalho de base histórica que aborda o desenvolvimento da economia moderna foi apresentado por Raul Prebisch. A análise de Prebisch tem como ponto de partida o esquema clássico da divisão internacional do trabalho, dentro do qual caberia à América Latina o papel de produzir alimentos e matérias-primas para os centros industrializados. Diante disso, tinha-se a idéia de que os países periféricos não precisariam industrializar-se para atingir o desenvolvimento econômico, uma vez que a propagação da tecnologia moderna e a repartição dos frutos do progresso técnico gerados nos países centrais ocorreriam por meio das relações de trocas internacionais (PREBISCH, 2000, p. 71).

O estudo de Prebisch observou que isso não ocorreria, pois uma característica da economia contemporânea é a coexistência do “centro cíclico” que comanda o desenvolvimento tecnológico e uma “periferia”. Até a Primeira Guerra Mundial, esse papel coube à Grã-Bretanha, após foi desempenhado pelos Estados Unidos da América que, diante da importância secundária dada ao comércio exterior, instalaria a maior instabilidade na economia mundial no século XX. No tipo de relações existente entre centro e periferia, estaria a base do fenômeno de concentração de renda em escala mundial que se dá por meio da deterioração persistente dos termos de trocas.

Os diversos enfoques históricos sobre desenvolvimento apresentados acima constituem um esforço interpretativo da história moderna com base em certos elementos da análise econômica.

2.1.2 Concepções teóricas

A preocupação da teoria de desenvolvimento econômico é explicar, numa perspectiva macroeconômica, “[...] as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social”. Essa explicação projeta-se em duas dimensões: na primeira, compreende a análise do processo de crescimento, onde predominam as formulações abstratas que exigem a construção de modelos ou esquemas que permitem uma simplificação dos sistemas econômicos existentes; na segunda, num plano histórico, abarca a análise crítica, onde se

confrontam as categorias definidas nos modelos abstratos com uma realidade dada. Diante disso, uma teoria de desenvolvimento tem que ir além da construção de modelos abstratos e elaborar a explicação de seu funcionamento, ou seja, tem que ser capaz de explicar o confronto entre as bases do modelo com uma realidade histórica (FURTADO, 2000, p. 15).

A escola clássica da economia⁷ tratou o desenvolvimento na dimensão abstrata, pois a preocupação de seus principais expoentes era explicar o crescimento econômico e a repartição do produto social. Os modelos teóricos da economia clássica, como a teoria da produção, permitiam analisar, no plano microeconômico, como estabelecer uma melhor combinação de fatores de produção. De maneira geral, a visão clássica não se preocupou de forma sistemática com os problemas relacionados com o processo produtivo. Para seus adeptos, explicar esses problemas escapava aos objetivos da ciência econômica (FURTADO, 2000, p. 19-20).

Entre os clássicos ingleses, Adam Smith havia se preocupado com as causas do crescimento do produto social. A explicação de Smith estava nos progressos da divisão do trabalho e atribuía o “aumento da quantidade de trabalho”, decorrente dessa divisão, a três circunstâncias distintas: à destreza dos trabalhadores; à poupança do tempo que é proporcionada quando passa de um tipo de trabalho para outro; e à possibilidade de uso de um grande número de máquinas. Em seguida, afirma que a origem da divisão do trabalho está na “[...] propensão a intercambiar, ou permutar ou trocar uma coisa pela outra” existente na natureza humana, e que a divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado (SMITH, 1996, p. 65-77).

Depois de Smith, essa preocupação desaparece do pensamento clássico inglês. Assim, na primeira metade do século XIX, os estudos sobre a acumulação de capital tinham apenas o objetivo de justificar a forma como se repartia a renda e não explicar o desenvolvimento. Ricardo (1996) e Mill (1996) mostraram-se desinteressados em explicar os problemas ligados à produção. Ricardo, com o esquema da renda da terra, entendia que o progresso técnico seria o meio de defesa da classe capitalista contra a elevação dos salários, enquanto para Mill o progresso retardaria a vinda do estado estacionário, ou seja, para esses clássicos, o progresso técnico era mais um meio de substituir a mão-de-obra.

A corrente neoclássica enfoca mais fortemente a questão distributiva e, para isso, elabora modelos estritamente microeconômicos (função produção) que admitem todas as combinações possíveis dos fatores de produção. O pensamento neoclássico parte da idéia de que todos os agentes econômicos tendem à otimização de suas posições, ou seja, o consumidor otimiza sua

⁷ Linha de pensamento econômico desenvolvido na Inglaterra, a partir dos estudos de Adam Smith, John Stuart Mill, David Ricardo, Thomas Malthus, entre outros, no século XVIII.

posição maximizando sua função utilidade, e o produtor o faz quando maximiza sua função produção (FURTADO, 2000, p. 53).

A teoria schumpeteriana do desenvolvimento econômico é desprovida de conteúdo histórico, parte do fluxo circular e observa que a “[...] vida econômica também experimenta tais mudanças”, mas, ao contrário do que ocorre nesse fluxo, são mudanças descontínuas que mudam o curso natural do fluxo. A partir dessa constatação, conclui que o processo econômico não é circular e procura explicar como tais mudanças acontecem e quais os fenômenos econômicos que as ocasionam (SCHUMPTER, 1997, p. 73).

Dessa maneira, um dos elementos fundamentais do pensamento de Schumpeter são “as novas combinações e o crédito”. Nesse sentido, a figura central do processo de desenvolvimento econômico, para Schumpeter, é o empresário criador, aquele cuja função é realizar as novas combinações dos meios de produção (SCHUMPTER, 1997, p. 83).

Outras concepções sobre o desenvolvimento surgiram quando as Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, criaram a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Para a CEPAL, a propagação universal do progresso técnico aconteceu de forma lenta e irregular. Assim foram se formando os grandes centros industriais do mundo e, no seu entorno, uma vasta e heterogênea periferia. Dentro dessa “periferia”, o progresso técnico só chega para alguns setores, particularmente para aqueles produtores de matérias-primas, cujo destino seriam os grandes centros industrializados. A linha de pensamento cepalina entende que o processo de desenvolvimento das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas precisa ser tratado de forma distinta. Nesse sentido destacam-se os estudos de Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, entre outros que apresentaram uma nova abordagem analítica para o desenvolvimento econômico (CEPAL, 2000, p. 139).

O trabalho de Celso Furtado mostra que o aparecimento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, além de provocar uma ruptura na economia mundial, também passou a condicionar o desenvolvimento econômico em todas as partes do mundo. Para ele, a ação desse núcleo dinâmico ocorreu em três direções distintas: a primeira marca o desenvolvimento dentro da própria Europa; a segunda foi caracterizada pelo avanço além das fronteiras européias; e, na terceira, “[...] a expansão da economia industrial européia foi em direção às áreas já ocupadas, com seus sistemas econômicos seculares de vários tipos, mas todos de natureza pré-capitalistas”. Furtado afirma que a expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas ocorreu de diferentes formas dependendo das circunstâncias locais. Isso levou à constituição de estruturas híbridas,

onde uma parte se comportava como capitalistas e a outra mantinha a estrutura preexistente (FURTADO, 2000, p. 252).

Assim, para Furtado (2000), essas estruturas duais são resultantes da maneira pela qual se deu a expansão industrial nas regiões periféricas. A dualidade dessas economias constitui, para Furtado, o fenômeno do “subdesenvolvimento contemporâneo”. A contribuição de Celso Furtado é no sentido de mostrar que o subdesenvolvimento “[...] é um processo histórico autônomo” e não uma etapa pela qual, necessariamente, uma nação tenha que passar para atingir o nível mais elevado de desenvolvimento. Portanto, para entender os problemas das economias subdesenvolvidas, é preciso levar em consideração essa peculiaridade.

O subdesenvolvimento, segundo Furtado, apresenta-se em várias formas e estágios: o caso mais simples é da existência de empresas estrangeiras produtoras de mercadorias de exportação. Num caso mais complexo, as economias apresentam três setores: um de subsistência; outro voltado para a exportação; e um terceiro que se constitui num núcleo industrial diversificado para a produção de bens de capital, voltado para o mercado interno. Dessa maneira, entendido como fenômeno específico, o subdesenvolvimento deve ser tratado com formulações teóricas diferentes daquelas que explicam o desenvolvimento econômico nos núcleos industriais.

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento também são entendidos como estruturas diferentes no trabalho de Osvaldo Sunkel (1970 *apud* BIELSCHOWSKY, 2000). Para ele, o subdesenvolvimento não pode ser analisado sob o enfoque das teorias tradicionais, uma vez que ele “[...] não é uma situação prévia e imperfeita no caminho para esse modelo ideal”. Assim propõe um esquema analítico no qual entende que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são estruturas parciais, mas interdependentes, que configuram um único sistema. A diferença estrutural básica entre essas duas estruturas “[...] é que a desenvolvida é a dominante, e a subdesenvolvida, em função do caráter induzido de sua dinâmica, é dependente”. A preocupação de Sunkel é com a dinâmica dentro do sistema, pois, para ele, é incorreto tratar o subdesenvolvimento como um processo no qual as nações têm que passar para atingir a situação “ideal” dos países centrais. Em seu esquema analítico, ele procura descobrir a inter-relação que existe entre “[...] desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desequilíbrios espaciais”, afirmando que a inter-relação não só existe como também constitui-se em diferentes manifestações de um processo que engloba a todos (SUNKEL, 1970 *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p. 529-553).

Isso pode ser observado nos estudos de Aníbal Pinto, que traz também a preocupação com a dinâmica dentro do sistema. Para mostrar os diferentes traços nas estruturas de desenvolvidos e

subdesenvolvidos, o autor faz uma análise geral da América Latina e enfoca mais particularmente os casos da Argentina e da Venezuela, onde constata que, dentro de cada estrutura, fluem diversos “estilos de desenvolvimento”. Os “estilos” são tidos como as ações concretas e dinâmicas que cada um pode adotar para mudar ou transformar a estrutura ou o sistema vigente. (PINTO, 1976 *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p. 617).

O tema do subdesenvolvimento foi tratado por cientista de fora da América Latina. Nesse sentido cabe destacar o trabalho de Ragnar Nurkse e Albert O. Hirschman. No cerne da discussão teórica de Nurkse está o problema da formação de capitais nas estruturas econômicas subdesenvolvidas. O esquema teórico analisa os aspectos relacionados à capacidade de formação de capitais dessas estruturas e se preocupa em apresentar os obstáculos ao desenvolvimento econômico enfrentados pelos países atrasados. Para Nurkse, o problema para a formação desse estoque de capital está no tamanho limitado do mercado. O pequeno mercado das economias subdesenvolvidas cria um círculo vicioso de estagnação econômica, uma vez que o mercado é pequeno porque o nível de produtividade é baixa; o baixo nível de produtividade é devido à pequena quantidade de capital usada na produção que, por sua vez, é pequena devido ao tamanho do mercado (NURKSE, 2000, p. 25).

Outra contribuição que aborda alguns processos básicos que configuram o desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento, dada por estudiosos de fora da América Latina, foi o trabalho de Hirschman (1983) que dá ênfase à idéia de crescimento desequilibrado e com soluções seqüenciais. O modelo de Hirschman, ao invés de enfatizar os obstáculos ao progresso econômico, escolheu enfatizar a capacidade de indução, e para isso parte da idéia de que o estabelecimento de indústrias com fortes encadeamentos para frente e para trás (*linkage*) seria a estratégia para promover o desenvolvimento econômico nesses países (HIRSCHMAN, 1983, p. 15).

Como visto acima, para diversas concepções sobre desenvolvimento, a evolução e propagação da técnica ocorreram de maneira desigual, pois parte da economia mundial usufrui dos resultados desse progresso deixando parte à margem dos benefícios gerados pela introdução das novas técnicas. Porém nem todas as abordagens mostraram-se preocupadas com a distribuição das atividades econômicas no espaço geográfico.

Isto se torna evidente no pós II Guerra, quando as desigualdades entre e dentro dos países ficaram mais acentuadas. Tais fatos e a necessidade de promover o desenvolvimento com justiça e equidade induziram à “[...] generalização do planejamento regional”. Nos Estados Unidos e na Europa, desencadeou-se, diante das “[...] várias manifestações relacionadas com o

desenvolvimento econômico e com as desigualdades territorial e social”, a criação de instituições e de instrumentos de política regional. Na América Latina, o modelo de substituição de importações e a constatação do atraso relativo dos países do continente sul-americano diante das análises empírica e teórica realizadas pela CEPAL enfatizaram a importância das questões regionais para a promoção do desenvolvimento econômico (DINIZ, 2001, p. 1).

Além disso, a intensificação da abertura das economias, a partir dos anos 80 do século XX, impulsionada pelo processo de globalização, provocaria profundas transformações nos processos produtivos industriais comandados pela descentralização das empresas transnacionais. Os estados nacionais viram-se diante da necessidade de conduzir suas políticas nacionais visando diminuir o impacto da nova organização espacial das corporações internacionais. Com isso, ganha força a concepção de desenvolvimento endógeno.

Neste sentido, para Lisboa (2004), “[...] o desenvolvimento é concebido como um paradigma que se realiza a partir da potencialidade que cada lugar tem de desenvolver suas capacidades para absorver capital ou para oferecer trabalho”. Assim está no espaço local as possibilidades para progresso da região (LISBOA, 2004, p. 72-72).

A importância do aspecto local, segundo Amaral Filho (1996), é o que faz emergir o novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, pois esse modelo “[...] passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais e não mais pelo planejamento centralizado”. Outra característica desse modelo “[...] associa-se ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local”. O arranjo produtivo tem “[...] coerência interna, aderência ao local e sintonia com o movimento mundial dos fatores” , ou seja, constroem-se inter-relações entre os atores locais (AMARAL FILHO, 1996, p. 37-38).

A despeito disso, Boisier (1989) entende não ser possível um processo de desenvolvimento regional sem que haja um aumento da capacidade regional para controlar as forças que determinam seu crescimento dentro de um quadro de dependência entre regiões e entre estas e a nação. Por isso, ao definir a estruturação acima referida de “organização social regional”, coloca como traço marcante a ampliação da capacidade de decisão local (BOISIER, 1989, p. 646).

Sobre esse aspecto, “[...] o destino dos territórios deixa de se concentrar numa autoridade ou numa agência central encarregada de distribuir recursos e passa a depender da capacidade de criação de riquezas que a própria interação entre atores é capaz de criar”. A estrutura centralizada de poder é substituída por outra onde há múltiplas instâncias de decisão (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003, p. 6).

Da mesma maneira que as correntes teóricas que trataram do tema foram evoluindo ao longo da história, encontram-se muitas definições para o termo desenvolvimento.

2.1.3 Conceito

Como já foi tratado no início deste capítulo, não existe um único conceito para o desenvolvimento econômico. Em princípio são atribuídos ao termo definições e enfoques que variam de acordo com os contextos histórico, político e social. Assim, no momento em que Schumpeter teorizava sobre o fenômeno do desenvolvimento econômico, ele compreendia por desenvolvimento “[...] apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro por sua própria iniciativa”. Isto é, para Schumpeter, o processo de adaptação da economia às mudanças que ocorreram fora da esfera econômica não se constituiria em nenhum desenvolvimento econômico (SCHUMPTER, 1997, p. 74).

De fato, Schumpeter (1982, p. 74) queria dizer que:

[...] o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma, sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica.

Outros dois sentidos são dados ao conceito de desenvolvimento, quando o tema é tratado por Furtado: o primeiro relaciona-se ao aumento da produtividade da força de trabalho; e o segundo, ao grau de satisfação das necessidades humanas.

O primeiro ponto citado por Furtado trata do aumento da produtividade do trabalho, tido como o principal indicador do desenvolvimento. Todavia não se constitui em “[...] condição suficiente para que as necessidades humanas elementares da população sejam melhores atendidas”. Pelo contrário, diz o autor, “[...] tem-se verificado uma degradação das condições de vida da população em função do aumento da eficácia do sistema de produção”. Por outro lado, ele afirma que pode haver “[...] elevação dos padrões de vida sem que ocorram mudanças nos processos produtivos”. A explicação do autor para isto é a de que “[...] para aumentar a eficácia do sistema produtivo, a ação humana torna-se uma ação crescentemente predatória, e isto proporciona uma redução da qualidade de vida, considerando as demandas ambientais” (FURTADO, 2000, p. 22).

A concepção na qual o desenvolvimento está relacionado com melhorias do bem-estar social é tratada em Caio Prado Jr. (1989). Para o autor, desenvolvimento é a “[...] condição

primeira para assegurar ao país e à população em geral conforto e bem-estar material que as civilizações modernas são capazes de proporcionar”. Assim se explica o crescimento econômico alicerçando o desenvolvimento, porém ambos constituem temas essencialmente históricos, pois, tratados ao longo do tempo, como tal não podem ser tratados ou explicados por meios de modelos analíticos e abstratos. Esclarece ainda que o desenvolvimento “[...] deve ser tratado na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada país ou povo a ser considerado”, na perspectiva regional, local e territorial (PRADO JR., 1989, p. 15-16).

Entender o desenvolvimento, portanto, como crescimento do produto nacional bruto – PNB, aumento das rendas pessoais, industrialização, avanços tecnológicos ou modernização social, é ter uma visão restrita do termo desenvolvimento, e este pode ser visto “[...] como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000).

Assim não se desconsidera a importância do aumento do PNB – Produto Nacional Bruto ou, quando relacionada à população, do crescimento das rendas *per capita*. A rigor, estas se constituem como um “[...] meio para a expansão das liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade”, mas, para tal, devem ser acrescentados outros fatores determinantes para a expansão das liberdades, como as disposições sociais e econômicas, considerando o direito dos cidadãos aos serviços de educação e saúde e os direitos civis como a liberdade de expressão” (SEN, 2000, p. 17).

Acrescenta Sen (2000) que o desenvolvimento

[...] deve remover as principais fontes de privação de liberdade que se constituem na: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Ao esclarecer sua concepção de desenvolvimento, Marshall Wolfe (1976 *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p. 718) entende se tratar de uma seqüência uniforme e definível, à qual todas as sociedades nacionais devem se adaptar como forma de romperem a pobreza e o atraso. Essa concepção tem sido atacada por muitas correntes teóricas e ideológicas. Esses críticos:

[...] duvidam que o conceito de ‘desenvolvimento’ seja significativo e atribuem sua origem ao pressuposto etnocêntrico de que a experiência vivida por umas poucas sociedades ‘ocidentais’, num determinado período da história, pode repetir-se, ou a uma analogia enganosa, profundamente enraizada no pensamento ‘ocidental’, entre a mudança nas sociedades e o ‘desenvolvimento’ dos organismos vivos. (WOLFE, 1976 *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p. 718, grifos do autor).

Diante das reflexões apresentadas acima sobre desenvolvimento, percebe-se que os conceitos estão relacionados à expansão da riqueza econômica e a melhorias nas condições de

vida da população. Isso posto, mesmo considerando as observações relativas à mensuração, à impossibilidade quantitativa ou modelar para tratar o desenvolvimento, alguns autores fazem esforços para criar indicadores e modelos. Nessa contradição, indicadores para o desenvolvimento vêm sendo incorporados buscando mensurar o nível de bem-estar social das nações, das regiões ou dos povos.

Entretanto a realidade mostrou que a expansão do progresso técnico promoveu um desenvolvimento desigual dentro e fora dos países centrais. Com isso, os Estados assumiram o papel de indutor e orientador das atividades econômicas, regulador dos conflitos de classes nas definições dos interesses nacionais e, ao ligarem o desenvolvimento à idéia de interesse nacional, conceitos como renda ou produto *per capita* ou produtividade social dos fatores da produção passaram a ser usados como indicadores de desenvolvimento, porém ainda sem estabelecer relações entre tais variáveis e a compreensão dos fatos. Particularmente, após a II Guerra Mundial, quando o mundo toma consciência do atraso econômico que vivia a maior parte da humanidade, outros indicadores como mortalidade infantil e grau de alfabetização são incorporados e vêm contribuir para estabelecer um vínculo entre as idéias de desenvolvimento com bem-estar e modernização (FURTADO, 2000, p. 25).

Ao deparar com a necessidade de buscar definições para o desenvolvimento, o primeiro aspecto apontado é o econômico, porém os conceitos abrangem outras dimensões da vida social. A perspectiva econômica ganha destaque, uma vez que se torna mais simples estabelecer a relação entre um conjunto de variáveis quantificáveis. Cardoso e Faletto (2004) consideram que, em termos puramente econômicos, “[...] o grau de desenvolvimento de um setor produtivo pode ser analisado através de um conjunto de variáveis e de relações entre variáveis que refletem o processo de diferenciação da economia”. Assim, “[...] a partir da análise econômica, considerando o comportamento da renda e a estrutura do emprego”, é possível inferir sobre a forma que uma estrutura social assume, ou seja, podem-se observar características como a concentração de renda na economia (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 29).

Entretanto, continuam os autores, quando se vincula esta análise à compreensão das dimensões política e social do desenvolvimento, o problema torna-se mais complexo, pois a análise tem que ir além do caráter estrutural da sociedade e passa a abranger o processo de formação e os tipos de forças sociais que pressionam para manter ou modificar tal estrutura. Dessa maneira, consideram “[...] o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico”. À

medida que os diferentes grupos impõem suas forças, provocam mudanças na estrutura social e política. Assim o processo de mudança deixa de ser resultado de fatores naturais, ou seja, independentes das alternativas históricas, e começa a alinhar-se com um processo que, nas tensões entre diferentes grupos sociais e políticos e nas divergentes posições, encontra filtros pelo qual passarão os influxos meramente econômicos (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 33-34).

2.2 Concepções de região

A mesma complexidade apresentada no conceito de desenvolvimento, diante das diversas definições utilizadas ao longo dos tempos, encontra-se para delimitar e conceituar o espaço. No título deste trabalho, utiliza-se, de forma explícita, o vocábulo “região”. Devido às suas características, outras denominações como Vale do Rio Cuiabá e Baixada Cuiabana são atribuídas ao mesmo espaço onde se desenvolve este estudo. Diante disso, cabe apresentar os principais debates em torno do termo visando sustentar teoricamente a opção pela escolha do termo.

Desta forma, Andrade (1977, p. 33) afirma que designações como “[...] área, região, zona, terra [...]” se tornaram populares e são, em geral, aceitas por se identificarem “[...] com as diversas formas e aspectos que caracterizam as várias porções do espaço que diferenciam as paisagens”. A idéia de usar comumente o termo região é compartilhada também por Corrêa (1995, p. 22), quando afirma que “[...] o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área”.

Diante das diversas paisagens – aspectos físicos, humanos e econômicos –, as transformações são ditadas pelas condições naturais e pela ação humana, e os critérios utilizados pelas ciências para a organização do espaço se sobrepõem ao longo dos tempos, devido aos condicionamentos da história e da política, às divisões administrativas, às fronteiras estabelecidas entre países, estados, municípios, dentre outros. Neste sentido, quando se caracteriza uma porção do espaço pela divisão político-administrativa, tem-se o predomínio de aspectos histórico-políticos sobre os naturais (ANDRADE, 1977, p. 33).

A predominância deste aspecto diminuiu a partir do século XVIII com o desenvolvimento das ciências naturais e perante a necessidade dos franceses em provocar grandes transformações nas velhas estruturas surgidas nos séculos XV e XVI e em apagar a influência da antiga nobreza. Assim emergiu o critério das divisões naturais para reorganização do solo francês. Daí despertasse para a noção de “região natural” como condição para dividir o espaço. As indecisões

decorrentes da insuficiência de conhecimento sobre as condições naturais, especialmente físicas, permitiram associar região natural às bacias fluviais. Essa forma foi desenvolvida ainda no século XVIII por Filipe Bauche e depois por Lacroix, na Academia de Ciências de Paris (ANDRADE, 1977, p. 34).

Dois fatores sustentaram esta idéia: primeiro, a facilidade para estabelecer limites entre bacias; e, segundo, a importância dos rios como via de acesso e transporte àquela época. A idéia da Academia francesa ganha força e vem influenciar os geógrafos do século XX, despertando a preocupação da geografia em considerar as bacias fluviais para delimitarem os territórios. Decorrentes desse modelo, estudo como o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP, realizado em Mato Grosso, tratou a Região objeto desta pesquisa.

A concepção de regiões naturais mostra que a denominação Vale do Rio Cuiabá também é adequada para se referir à área de estudo, por “[...] ser comum o emprego da expressão *bacia hidrográfica* como sinônimo de *vale* [...]”. A delimitação de uma região natural por meio de vale ou bacia hidrográfica, também constatada em uma região natural, afirmava “[...] poder se tratar de uma bacia hidrográfica, de uma montanha ou de um conjunto caracterizado pelo clima” (GUERRA, 2003, p. 77; DOLLFUS, 1991, p. 100).

Mesmo sendo recente, essa idéia sofreu reações ainda no século XIX. Geógrafos como Malte-Brun, Dessaix, Elie de Beaumont e Duprenay reagem ao uso exagerado na identificação das bacias fluviais com as regiões naturais e, mais tarde, ganham respaldo nos trabalhos de Vital de La Blanche, na França, de Herbertson, na Inglaterra, e de Ricchieri, na Itália. Estas reações deixaram evidente que a concepção de região natural poderia ser interpretada de maneiras diferentes pelos geólogos, botânicos e climatologistas etc., mas caberia à Geografia sintetizar essas interpretações e elaborar uma concepção mais complexa. Dentre os geógrafos, as opiniões também não convergiam, havia aqueles que tendiam em focar aspectos econômicos e outros os físicos (ANDRADE, 1977, p. 36).

Em 1920, na Itália, Ricchieri elaborou o conceito de uma região natural geográfica partindo da existência de três regiões: a) a região elementar; b) a região geográfica complexa; e c) a região integral. A primeira ele considerava apenas um fenômeno (geológico, morfológico, hidrográfico, climático ou botânico). A segunda seria aquela onde se sobrepujam várias regiões elementares, sobre a qual ele se propôs a elaborar nova concepção de região. A terceira seria constituída pelo conjunto das regiões complexas. Na concepção de Ricchieri, continua o domínio dos elementos físicos sobre os fatores humanos (ANDRADE, 1977, p. 36).

No Brasil, a partir de 1920, as idéias de Riccheri influenciaram Delgado de Carvalho e Fábio de Macedo Soares Guimarães. Este último, também influenciado pelos franceses Jean Brunhes e Camille Valloux, realizou o estudo da divisão do espaço brasileiro em regiões naturais. Com a evolução do pensamento de Guimarães, nos anos de 1960, admite-se que os fatores humanos sejam mais importantes que os elementos naturais nas definições de espaço. Segundo Guimarães, há dois tipos diferentes de regiões, as naturais e as humanas (ANDRADE, 1977, p. 37).

A mesma insegurança presente no uso exagerado em identificar bacias fluviais com regiões naturais ocorrera também quando estudiosos franceses começaram a usar a palavra “região” caracterizando-a ora por aspectos físicos (clima, botânica etc.), ora por fatos humanos (regiões do trigo, do arroz, do vinho etc.). Este fato levou Cholley, ainda na década de 1960, a considerar dois aspectos ao construir seu conceito de região. No primeiro, Cholley (1951, p. 30 *apud* Andrade, 1977, p. 39) levou em consideração o fato da expressão região “[...] indicar sempre o resultado de uma organização, conseqüente da presença humana”; no segundo, o de ser um conceito eminentemente dinâmico, não podendo ser confundido quanto à sua escala e nem quanto às suas características.

A contribuição de Cholley mostrando “[...] a idéia de região aparece então como uma idéia fundamental ligada à vida em grupo”. Ainda de acordo com seu pensamento, “[...] para caracterizar as regiões geográficas, se deveria levar em conta os domínios físicos (estrutura, relevo, hidrografia e clima – o meio biótico – vegetação e fauna – e a organização do espaço feita pelo homem”. Esta concepção antropocêntrica teve larga aceitação entre os geógrafos, mas foi combatida por outros especialistas (ANDRADE, 1977, p. 39).

Diante da evolução do pensamento e da aceitação de aspectos físicos e humanos na elaboração do conceito de região geográfica, o nome Baixada Cuiabana, quando demarcando o espaço, parece ser mais adequado, uma vez que são bastante visíveis as peculiaridades socioculturais, econômicas e físicas deste lugar.

A contribuição sobre espaço e região econômica desenvolvida por Perroux (1960 *apud* FERREIRA, 1989) apresenta a concepção de região partindo do conceito de espaço econômico. O espaço econômico de Perroux é um espaço abstrato, construído por um conjunto interdependente de relações sociais e institucionais. Para ele, este espaço pode ser visto de três ângulos: a) o espaço econômico como conteúdo de um plano. Sob este ângulo, as partes que compõem o espaço são dependentes de uma decisão central; b) o espaço econômico como um campo de força que é caracterizado pela heterogeneidade, onde as diversas partes são

interdependentes e mantêm trocas entre si e de maneira mais intensa com um pólo dominante; c) o espaço econômico como um conjunto homogêneo, cuja definição se dá por meio de elementos que possuem características semelhantes (FERREIRA, 1989 *apud* HADDAD, 1989, p. 50).

Ao retomar o tema de região seguindo a linha de Cholley, mas considerando os modernos estudos da economia espacial, ou seja, admitindo a primazia da ação do homem na formação das regiões, Kayser desenvolve um conceito de região para ser aplicado no mundo desenvolvido. Tentou, com seu conceito, fazer uma classificação nas formas de utilização do espaço. Para ele, as regiões típicas de países desenvolvidos podem ser caracterizadas por três aspectos fundamentais: “[...] a) pela solidariedade existente entre os seus habitantes; b) pela organização em torno de um centro; c) pela participação em um conjunto. Lembra também que região “[...] é uma porção do espaço terrestre” e considera ultrapassadas as concepções de regiões naturais e de regiões históricas dadas no início do século XX (KAYSER, 1966 *apud* ANDRADE, 1977).

Diante de todas as definições dadas ao termo região, percebe-se que ele evoluiu desde a concordância em torno do domínio das condições naturais até o reconhecimento do grande poder de atuação do homem, modificando as condições naturais, criando e estruturando as regiões.

2.2.1 A construção das regiões no espaço mato-grossense

As diferentes porções do espaço, desde os tempos mais remotos, despertam no homem a vontade de dividi-lo. Essa tendência é sentida em Mato Grosso, onde se encontram diversos estudos realizados no sentido de regionalizar o Estado. Mais que isso, a divisão efetiva tem ocorrido desde o início do século XX. Diferentes órgãos do governo e empresas organizam-se preparando regionalizações nos setores de saúde, educação, segurança, planejamento, infraestrutura, comunicação, saneamento básico, energia e meio ambiente.

Esses estudos regionalizaram o Estado de diversas formas, e a área objeto de análise deste trabalho é caracterizada de várias maneiras, considerando-se para isso diferentes aspectos. Assim, visando compreender tais processos, propõe-se, neste tópico, apresentar a lógica da regionalização adotada no estudo elaborado pelo Governo do Estado.

A construção das Regiões, a partir do Diagnóstico Socioeconômico-Ecológico – DSEE, foi elaborada no período de 1995-2000 pelo Governo do Estado através da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. O processo de regionalização constituiu-se considerando diversos temas. Em cada etapa do processo de zoneamento tratou-se de aprofundar os elementos para conformação destas regiões, levando em conta os aspectos sobre o processo de ocupação

social-humano do território estadual. Assim foi necessário entender o processo que se constituiu na formação da homogeneidade dos aspectos extrativistas e agropecuários que, historicamente, determinaram o avanço da fronteira e até o século XX foram responsáveis pelo uso e ocupação do solo no Estado (MATO GROSSO, 2000, p. 9).

A ocupação do espaço mato-grossense efetiva-se no início do século XVIII com a descoberta de ouro nas minas de Cuiabá e, posteriormente, com novas descobertas de ouro no Vale do Guaporé. No século XIX, paralelamente à produção aurífera, dá-se a descoberta do diamante. Assim, nos séculos XVIII e XIX, com o desenvolvimento das atividades de mineração, originam-se os povoados de Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade, Diamantino, Cáceres e Poconé. No início do século XX, ainda em decorrência da atividade mineradora, ocupam-se as porções leste e sudeste do Estado e, concomitantemente, expande-se a ocupação em Alto Paraguai, Diamantino e no entorno de Cuiabá decorrente das atividades agropecuárias (MATO GROSSO, 2000, p.10).

A partir da década de 1950, os fatos indutores dessa ocupação passaram a ser decorrentes das expedições exploratórias e científicas (Roncador-Xingu e a Expedição Rondon). Nos anos de 1970 e 1980, a ocupação ganha impulso por meio da implantação de políticas de integração nacional do Governo Federal e intensifica-se o processo de ocupação e de incorporação do território às atividades produtivas. Mas é a partir da década de 70 que, além das ações direcionadas de colonização, também contribui com a intensificação deste processo o desenvolvimento de pesquisas agrícolas que visavam à adequação das condições do solo e do clima do cerrado à agricultura. Com isso intensifica-se o processo de ocupação nas regiões de Rondonópolis, Primavera do Leste, Chapada dos Guimarães e no Planalto dos Parecis. Mas, nos anos de 1990, os fatos que impulsionaram o povoamento dos vazios em décadas anteriores perdem a intensidade. Na década de 1990, os novos indutores passaram a ser os projetos de assentamentos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e pela instalação de grande empreendimentos agropecuários (MATO GROSSO, 2000, p. 11).

Em outro momento, ainda no âmbito do diagnóstico socioeconômico-ecológico do Estado de Mato Grosso, deu-se a delimitação das regiões de influência⁸, a hierarquização do espaço regional e a delimitação das regiões homogêneas de produção, onde se destacaram,

⁸Regiões de influência constituem porções do território articuladas por um sistema de transportes e comunicações, subordinadas por uma ou mais sedes administrativas dotadas de equipamentos sociais e de serviços, que apresentam diversificação e especialização de funções urbanas destinadas a atender às demandas sociais e econômicas da população (MATO GROSSO, 1997).

respectivamente, os aspectos urbanos e rurais desta regionalização. Para definição destes subespaços, observaram-se elementos relacionados à divisão político-administrativa e às condições infra-estruturais (transportes, energia, telecomunicações e armazenagem). A análise destes elementos permitiram a identificação de treze (13) regiões de influência urbana (MATO GROSSO, 2000, p. 1).

Estas regiões balizaram a amostragem da pesquisa socioeconômica e agrônômica e levaram à identificação das áreas homogêneas econômicas relativas a setores determinantes da estrutura produtiva como agropecuária, extrativismo vegetal e mineral, pesca e turismo. O confronto entre estas áreas e as delimitadas pela hierarquização do espaço regional leva à individualização de vinte e sete (27) regiões homogêneas econômicas no Estado de Mato Grosso (CAMARGO, 2007, p. 93).

A correlação entre as unidades socioeconômicas, identificadas pelas formas de uso e ocupação do solo, pela organização do sistema produtivo, pelos graus diferenciados de consolidação das atividades econômicas e pelas unidades ecológicas definidas por elementos estruturantes do meio natural, possibilitou identificar e delimitar as unidades socioeconômicas-ecológicas⁹ (MATO GROSSO, 2000, p. 12).

O processo de delimitação das unidades socioeconômicas-ecológicas foi realizado em duas etapas. Na primeira, de forma preliminar, dá-se a configuração das unidades socioeconômicas-ecológicas – USEE, mediante a junção das unidades socioeconômicas e das ecológicas. A sobreposição das duas unidades permite a identificação de noventa e quatro (94) unidades socioeconômicas-ecológicas. Numa segunda etapa, aferiu as informações e consolidou os limites destas unidades. Para isto, resgataram-se as informações referentes às unidades ecológicas, conservando os elementos temáticos definidores de seus limites. Das unidades socioeconômicas foram resgatados os limites municipais, o uso do solo e os limites das doze regiões de influência funcional (MATO GROSSO, 2000, p. 13).

Em seguida, integraram-se as informações ecológicas (relevo, solo, vegetação e hidrografia) com as socioeconômicas (divisão político-administrativa, infra-estrutural e formas e apropriação do espaço) das regiões de influência funcional (área de influência dos centros urbanos). Durante o processo de aferição e ajuste dos limites das unidades socioeconômico-ecológicas, foi realizada, simultaneamente, uma revisão dos limites das regiões de influência

⁹USEE são porções do território individualizadas a partir da correlação estabelecida entre as diferentes formas e modos de ocupação do território de exploração antrópica e as potencialidades e fragilidades naturais nelas existentes. Em outros termos, as USEEs sintetizam a totalidade das relações ecológicas e socioeconômicas e suas expressões materiais espacializadas (MATO GROSSO, 2002).

funcional, e isto motivou uma redefinição nesses limites. Desta forma, a regionalização, após esta redefinição, recebeu a denominação de “Regiões de Planejamento” e passou a substituir as doze Regiões de Influência Funcional existentes anteriormente (MATO GROSSO, 2000, p. 14).

Assim, de acordo com diagnóstico socioeconômico-ecológico, o Estado de Mato Grosso está dividido em noventa e quatro unidades socioeconômico-ecológicas agregadas de acordo com a integração dos aspectos socioeconômicos e ecológicos aos elementos estruturais das áreas de influência dos pólos urbanos e agrupadas em doze Regiões de Planejamento. Estas Regiões foram denominadas da seguinte forma: Noroeste I; Norte; Noroeste; Leste; Sudeste; Sul; Sudoeste; Oeste; Centro-Oeste; Centro; Noroeste II; e Centro-Norte (MATO GROSSO, 2000, p. 15).

3 A PESQUISA E SEUS RESULTADOS

Este capítulo evidenciará os aspectos metodológicos adotados para a análise do problema do desenvolvimento nos municípios situados à margem do Rio Cuiabá. Buscando investigar a estagnação desses municípios, pretende-se pesquisar empiricamente as percepções dos moradores relacionadas ao desenvolvimento dessas localidades.

Decidiu-se escolher os municípios de Acorizal, Jangada, Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Barão do Melgaço e Poconé como municípios amostrais para a coleta dos dados. A opção por estes municípios foi devido ao fato de eles estarem situados às margens do Rio Cuiabá e registrarem os mais baixos índices de desenvolvimento humano entre os municípios que compõem a Região. Para isto, usou-se como critério de escolha o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 2000, publicado pelo IBGE/Atlas de Desenvolvimento Humano.

Quadro 1 – Evolução do IDH total nos municípios da Região Sul

Estado e Municípios	IDH-TOTAL 91	IDH-TOTAL 00	Taxa Anual de crescimento %
MATO GROSSO	0,685	0,773	1,35
Cuiabá	0,760	0,821	0,86
Várzea Grande	0,703	0,790	1,30
Planalto da Serra	0,595	0,738	2,42
Nobres	0,646	0,724	1,27
Santo Antônio do Leverger	0,600	0,717	2,00
Rosário Oeste	0,601	0,715	1,95
Chapada dos Guimarães	0,606	0,711	1,79
Nova Brasilândia	0,622	0,710	1,48
Acorizal	0,624	0,695	1,20
Jangada	0,548	0,680	2,43
Poconé	0,629	0,679	0,85
Barão de Melgaço	0,545	0,672	2,35
Nossa Senhora do Livramento	0,566	0,655	1,64

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, 2008.

Nota: Os dados foram colhidos do PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Para estabelecer a amostra considerando os quatro municípios (Acorizal, Jangada, Barão de Melgaço e Poconé), optou-se por retirar da primeira amostra (com seis municípios) os dois municípios que apresentassem os índices extremos. Diante disso, ficaram fora desta nova amostra os municípios de Santo Antônio do Leverger, com IDH em 2000 de 0,717, e Nossa Senhora do Livramento, com 0,655, respectivamente o maior e o menor IDH dentre os seis municípios selecionados anteriormente (Quadro 1). Assim os municípios de Acorizal, Jangada, Barão de

Melgaço e Poconé constituirão a amostra desta pesquisa. Uma vez constituída a amostra, definem-se os procedimentos para o levantamento dos dados primários.

3.3.1 O desenho amostral

A coleta dos dados primários foi feita de acordo com o método de amostragem aleatória estratificada. Este método permite denominar de “estratos” os municípios de Acorizal, Jangada, Barão de Melgaço e Poconé e extrair de cada um deles uma amostra independentemente dos demais. Assim foi possível obter uma amostra simples e mais homogênea em cada um dos estratos e compará-las (COCHRAN, 1977, p. 125).

Com isso é possível obter uma estimativa mais precisa, considerando a investigação realizada numa população heterogênea. A importância desse processo revela-se no exame dos fatos que promoveram as diferenças nos processos de desenvolvimento dos municípios da região do Rio Cuiabá. A amostra foi calculada com base no número de domicílios rurais e urbanos. Para determinar o número de entrevista, foi considerado o número de domicílios em cada município registrado pelo Censo Demográfico de 2000. Utilizaram-se dados censitários, uma vez que, em níveis municipais, eram as informações mais recentes disponibilizadas pelo IBGE. Conforme mostram os dados do Quadro 2, foi estabelecida uma mostra com cento e cinquenta (150) entrevistas semi-estruturadas, sendo noventa e duas (92) aplicadas nas zonas urbanas e cinquenta e oito (58) nas áreas rurais dos municípios escolhidos para a realização da pesquisa.

Quadro 2 – Total de domicílios urbanos e rurais e número de entrevistas aplicadas nos municípios amostrais

Municípios	Total de domicílios (N ₁), 2000	Total de domicílios Urbanos, 2000	Total de domicílios Rurais, 2000	nº de entrevistas/zona Urbana	nº de entrevistas/zona Rural
1 Acorizal	1.444	696	748	9	9
2 Barão de Melgaço	1.810	864	946	11	12
3 Jangada	1.649	643	1.006	8	12
4 Poconé	7.363	5.282	2.081	65	25
TOTAL	12.266	7.485	4.781	92	58

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, 2008.

Nota: Os dados foram retirados do IBGE/Censo Demográfico, 2000.

O cálculo foi feito com base na seguinte fórmula estatística, onde: ε = erro probabilístico; P = proporção populacional; N = universo da pesquisa (número total de domicílios); Z = nível de confiança; e, n = amostra.

$$n = \frac{Z^2 NP(1-P)}{Z^2 P(1-P) + \varepsilon^2(N-1)}$$

O levantamento dos dados primários realizado por meio da técnica de entrevista, de acordo com Marconi e Lakatos (1999), “[...] é um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”. Para o propósito deste estudo, a entrevista do tipo semi-estruturada, por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas, possibilita obter respostas dentro de uma conversa informal. As entrevistas foram filmadas e gravadas em fitas e *compact disc* (CD).

O questionário foi estruturado em duas partes. Na primeira, visando identificar as características socioeconômicas dos moradores pesquisados, elaboraram-se questões objetivas nas quais foi possível extrair elementos relacionados às variáveis renda, faixa etária, gênero, níveis de escolaridade, número de indivíduos na família. Na segunda parte, foram elencadas quatro questões abertas com a finalidade de conhecer os elementos subjetivos da pesquisa, procurando dar-lhes consistência e objetividade.

3.3.2 Condições de trabalho

O deslocamento para os locais da pesquisa se deu por via terrestre. Para os municípios de Acorizal, Jangada e Poconé, os acessos foram por rodovias pavimentadas. A rodovia que dá acesso a Jangada e Acorizal está recém-pavimentada, portanto em perfeito estado de conservação. O acesso a Barão de Melgaço foi por via asfaltada até a Santo Antonio do Leverger e depois por estrada sem pavimentação asfáltica.

Em Acorizal as entrevistas foram aplicadas todas no mesmo dia, não havendo a necessidade de mais deslocamentos para aquele município. Para Poconé foram realizadas em torno de seis viagens, duas no mês de junho e quatro em dezembro de 2007. No município de Jangada as entrevistas foram aplicadas em dois dias, e em Barão de Melgaço foi feita uma viagem com duração de quatro dias.

Como a maior parte da pesquisa foi realizada no mês de dezembro de 2007, estação das chuvas, as dificuldades encontradas nos municípios estavam relacionadas às condições de acesso a área rural, principalmente em Barão de Melgaço, parte mais baixa da Região pesquisada. Neste

município, a única via de acesso para chegar aos moradores ribeirinhos da zona rural, naquele momento, era o Rio Cuiabá. Desse modo, com a utilização de barcos, as “voadeiras”, foi possível visitar essa população. Em algumas comunidades rurais, por via terrestre, só era possível o acesso com veículo com tração nas quatro rodas.

Em Poconé, as dificuldades para realização da pesquisa na área rural foi maior, uma vez que é um município com grandes propriedades. Para entrevistar algumas pessoas nos assentamentos rurais foi preciso fazer parte do trajeto a pé. Depois de andar a pé por aproximadamente dois quilômetros e atravessar córregos com pontes precárias e em condições apenas para a travessia de pessoas, pôde-se entrevistar os moradores mais distantes da zona rural.

Acorizal não apresentou dificuldades de acesso, porém encontraram-se pessoas mais temerosas que se recusavam a responder às perguntas. Nesse município, alguns depoimentos ficaram comprometidos, primeiro, porque muitas pessoas eram analfabetas e ficavam acanhadas com as perguntas, segundo, a insegurança diante da pergunta, pois achavam que poderiam ser prejudicados caso viessem a precisar do poder público municipal como, por exemplo, de emprego. Na área rural, os moradores mostraram menos desconfiança em relação aos questionamentos feitos. Problemas dessa natureza não ocorreram nos demais municípios pesquisados.

3.4 Definição das variáveis

Será apresentada a seguir a maneira como as variáveis foram tratadas no questionário. Assim foram mantidos dois eixos, quais sejam, a identificação dos moradores e as características do desenvolvimento segundo o entendimento local. Como a entrevista é semi-estruturada, optou-se por dois tipos de questões. Nas questões fechadas, de múltipla escolha, o entrevistado deveria escolher uma ou mais alternativas dentro das possíveis. Nas questões abertas, a pergunta é direcionada, e o entrevistado teria a liberdade para formular a resposta. O questionário pode ser consultado no Anexo I, fazendo-se necessário, desse ponto em diante, para uma melhor compreensão das variáveis.

Parte I – Identificação

Como os quatro municípios pesquisados constituem subamostras e o objetivo deste estudo é extrair de cada um deles percepções independentes e compará-las com as demais, indica-se no cabeçalho do questionário o nome do município, do bairro e a data.

Parte II – Características dos Moradores

- a) Nome do entrevistado – constitui a primeira pergunta do questionário, com o objetivo de estabelecer o primeiro contato com o entrevistado.
- b) Idade, sexo, escolaridade, renda familiar e número de indivíduos na família – foram selecionadas visando obter características básicas que permitam construir o perfil dos moradores de cada município.
- c) Para você, o que é viver bem? Partindo das diversas concepções teóricas que existem para o fenômeno do desenvolvimento, a intenção desta pergunta foi saber qual é o conhecimento da população que vive nos municípios situados à margem do Rio Cuiabá sobre este tema e daí verificar se há contradições entre o pensamento deles e o teórico.
- d) O que significa para você viver bem? Complementando a pergunta anterior, a intenção aqui foi buscar saber os significados daquilo que eles entendem por desenvolvimento e verificar a coerência entre eles.
- e) O que deve ser feito para que você atinja essa condição de viver bem? Nesta questão o objetivo foi conhecer melhor as necessidades locais visando direcionar a proposição de políticas regionais.
- f) Em sua opinião, o município apresenta elementos que proporcionam o seu bem-estar? Quais? Nesta indagação, procura-se colher informações que permitam entender se as ações dos agentes promotores do desenvolvimento estão de acordo com os desejos daqueles que esperam por estas melhorias de bem-estar.
- g) Do seu ponto de vista viver bem pode ser definido como? Esta pergunta foi elaborada para verificar se há contradições entre o conceito formulado subjetivamente pelo entrevistado e sua resposta, quando o mesmo conceito é apresentado de maneira objetiva.
- j) Que bens materiais e hábitos você possui? Objetivando conhecer o nível de privação das pessoas, propõe-se, nesta pergunta, obter um elenco de alguns bens e costumes e saber quais bens eles possuíam e quais hábitos praticavam com maior frequência.

k) Quais destes elementos proporcionam maior conforto/satisfação? Tendo em vista a pergunta anterior, elaborou-se esta, visando obter informações que permitissem uma análise sobre o grau de satisfação individual e coletivo.

Diante da possibilidade de encontrar pessoas com graus diferenciados de escolaridade, devido ao método de amostragem aleatória utilizado para escolher os entrevistados, fez-se a opção pelo uso do vocábulo “viver bem” como sinônimo para o desenvolvimento. Entendeu-se que isso tornaria a palavra “desenvolvimento” mais acessível àqueles com níveis elementares de conhecimento ou os analfabetos.

Neste tópico, o objetivo é apresentar os principais resultados da pesquisa de campo empregando entrevistas com questionário semi-estruturado, com técnica de análise das falas dos entrevistados. Nessa etapa foram aplicados cento e cinquenta (150) questionários, de acordo com o desenho amostral previamente determinado.

As considerações dos entrevistados foram estruturadas de maneira sintética em quadros que mostram a percepção dos moradores em relação ao objeto de pesquisa. Dessa maneira, foram apresentados como compreensão de viver bem temas como trabalho, emprego, saúde, lazer, paz, harmonia, união, alimentação, ganhar dinheiro, salário, transporte, estabilidade financeira, viver em comunidade, sossego, tranquilidade, educação, amizade, vestir, moradia, amor, segurança, pagar as dívidas, saneamento básico, liberdade.

As demandas sociais com as quais os entrevistados se defrontam foram analisadas e apresentaram os seguintes assuntos: saúde, educação, emprego, saneamento básico, asfalto, iluminação pública, praças, espaços para lazer, entre outros.

Assim, ao se apresentarem as estratificações da amostra, na forma de estatística descritiva, permitiu-se construir indicadores e, finalmente, priorizar elementos que indicam políticas necessárias ao atendimento das necessidades da sociedade como um todo.

3.5 Perfil dos moradores entrevistados

O objetivo desta etapa é apresentar aspectos da entrevista realizada com os moradores dos municípios aos quais o questionário foi aplicado. Esse conjunto de informações foi estabelecido no desenho amostral, cuja distribuição foi de vinte entrevistas para Jangada, sendo doze aplicadas na área rural e oito na área urbana; em Acorizal foram aplicados dezoito questionários, sendo nove na zona rural e nove na urbana; em Barão de Melgaço, o número de entrevistados foi de

vinte e três pessoas, onze residentes na cidade e doze no campo; no município de Poconé foi aplicado o maior número de questionários, onde foram entrevistados noventa pessoas. Desse total sessenta e cinco eram residentes na área urbana e vinte cinco na rural.

3.5.1 Jangada

Na área urbana do município de Jangada foram aplicados oito questionários. Iniciou-se a aplicação desses questionários no mês de julho de 2007, no período matutino em um fim de semana, concluindo-se as entrevistas à tarde do mesmo dia. Isso permitiu que fossem obtidas respostas de 50,0% de mulheres e 50,0% de homens. A idade declarada por esses entrevistados mostrou que 25% deles têm entre 20 e 24 anos; 25%, entre 40 e 44 anos; e os entrevistados que se encontravam nas faixas etárias entre 30 e 34, 45 e 49, 55 e 59 e 60 e 64 anos representavam 12,5% em cada faixa (Quadro 3).

A área rural de Jangada foi investigada dia 30 de dezembro de 2007 durante todo o dia de um domingo, quando foram entrevistadas doze pessoas. O período em que foram aplicadas as entrevistas contribuiu para uma participação maior de homens na pesquisa, pois 66,7% deles eram do sexo masculino e 33,3% eram mulheres. Observou-se que a maioria dos residentes entrevistados que vive no campo tem sessenta anos ou mais. Isso foi possível constatar, tendo em vista que 50,1% das pessoas entrevistadas declararam ter entre 60 e 74 anos de idade; 16,6%, entre 50 e 59 anos. Os jovens são minoria entre os entrevistados residentes no campo, representando apenas 8,3%, com idade entre 25 e 29 anos, e 8,3% entre 35 e 39 anos. Os jovens deixam o campo em busca de melhores condições de emprego, uma vez que almejam uma vida diferente daquela que seus pais tiveram trabalhando no campo. Outro motivo para o êxodo desse jovem diz respeito às atividades econômicas desenvolvidas nessas propriedades serem apenas para subsistência (Quadro 3).

Quadro 3 – Características dos moradores pesquisados no município de Jangada, segundo sexo e faixa etária, em (%)

CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES	ZONAS	
GENERO	URBANA (%)	RURAL (%)
Feminino	50,0	33,3
Masculino	50,0	66,7
TOTAL	100,0	100,0
FAIXA ETÁRIA	URBANA (%)	RURAL (%)
De 15 a 19 anos	-	-
De 20 a 24 anos	25,0	-
De 25 a 29 anos	-	8,3
De 30 a 34 anos	12,5	-
De 35 a 39 anos	-	8,3
De 40 a 44 anos	25,0	16,7
De 45 a 49 anos	12,5	-
De 50 a 54 anos	-	8,3
De 55 a 59 anos	12,5	8,3
De 60 a 64 anos	12,5	16,7
De 65 a 69 anos	-	16,7
De 70 a 74 anos	-	16,7
De 75 a 79 anos	-	-
De 80 a 84 anos	-	-
De 85 a 89 anos	-	-
De 90 a 94 anos	-	-
De 95 a 99 anos	-	-
100 anos ou mais	-	-
NÃO SOUBE INFORMAR	-	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

O Quadro 4 mostra que 62,5% dos moradores entrevistados vivem com renda familiar entre 2 e 3 salários mínimos; 12,5% , com até um salário; 12,5% ganham entre 1 e 2 salários; e 12,5% têm uma renda de 5 a 10 salários. O baixo nível de renda das famílias que vivem na área urbana do município de Jangada é consequência da oferta de empregos que não exigem muita qualificação da mão-de-obra. Os setores que demandam a mão-de-obra disponível no município são aqueles ligados ao comércio, particularmente as pastelarias e a indústria, como o curtume que faz o processamento do couro de boi nos primeiros estágios de industrialização, não exigindo níveis elevados de qualificação da mão-de-obra.

Quadro 4 – Nível da renda dos moradores pesquisados no município de Jangada, em (%)

Classes de renda	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
Até 1 salário mínimo	12,5	25,0
Mais de 1 a 2 salários mínimos	12,5	58,3
Mais de 2 a 3 salários mínimos	62,5	-
Mais de 3 a 5 salários mínimos	-	8,3
Mais de 5 a 10 salários mínimos	12,5	-
Mais de 10 a 20 salários mínimos	-	-
Mais de 20 salários mínimos	-	-
Sem rendimentos	-	-
Não informou	-	8,3
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

Quanto à renda dos moradores entrevistados na área rural (Quadro 4), constatou-se que o nível de renda é mais baixo que o observado na cidade. Os residentes no campo que declararam ganhar até um salário mínimo representam 25% dos entrevistados; 8,3% disseram não obter nenhum rendimento; 58,3% ganham entre um e dois salários; e apenas 8,3% ganham de 3 a 5 salários. Cabe ressaltar que entre aqueles que ganham até dois salários estão os aposentados, o que significa que as atividades desenvolvidas no campo, como já foi observado anteriormente, são apenas de subsistência e não contribuem para a melhoria da renda dessa população, ou que os moradores do campo sobrevivem com os rendimentos das aposentadorias.

Quanto ao número de moradores por domicílios, 37,5% das famílias residentes é composta por quatro pessoas; 37,5% declararam ter entre um e três pessoas no domicílio. Outras 25,0% disseram ter uma família composta de seis e sete membros. Como pode ser observado, a grande maioria é constituída por até quatro moradores por domicílio. Isso ocorre em função da falta de renda e opção de trabalho no município. Outro aspecto a ser considerado é a migração de jovens em busca de trabalho, após concluir o nível secundário ou médio. Eles migram para a Capital ou Várzea Grande onde passam a estudar em escolas noturnas e trabalhar durante o dia.

Em 33,3% dos domicílios da zona rural há quatro pessoas residindo. Nos outros 25% de domicílios residem três pessoas; 16,7% têm dois moradores; 8,3% declararam morar sozinhos, 8,3% têm uma família de seis membros; e 8,3% abrigam dez moradores na residência (Quadro 4).

Quadro 5 – Número de pessoas residentes nos domicílios pesquisados no município de Jangada, em (%)

Nº de pessoas nos domicílios	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
1	12,5	8,3
2	12,5	16,7
3	12,5	25,0
4	37,5	33,3
5	-	-
6	12,5	8,3
7	-	-
8	12,5	-
9	-	-
10	-	8,3
não informou	-	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

Observa-se no Quadro 6 que há um baixo nível de escolaridade, quando 37,5% declaram não ter concluído o Ensino Fundamental; 12,5% são analfabetos; 12,5% concluíram apenas o Ensino Fundamental; 12,5% não concluíram o Ensino Médio; 12,5% têm o Segundo Grau ou Ensino Médio completo; 12,5% declaram ter o Nível Superior incompleto. Até onde foi possível constatar entre aqueles que responderam a pesquisa, o grau de escolaridade atinge apenas os níveis elementares de conhecimento como saber apenas assinar o nome.

De acordo com a pesquisa, os moradores da zona rural de Jangada têm um grau de instrução muito elementar, pois 58,3% dos entrevistados responderam que têm apenas o Ensino Fundamental incompleto; 8,3% declararam-se analfabetos ou sem nenhuma instrução; 8,3% têm o Ensino Médio incompleto; 8,3% têm Curso Superior completo; 8,3% têm Curso de Pós-Graduação (especialização); e 8,3% não informaram seu grau de escolaridade. O índice elevado de pessoas com baixo nível de instrução pode ser explicado em função de a maioria das pessoas entrevistadas serem idosas e sempre viverem no campo, com poucas oportunidades ou prioridades para o estudo e, como já foi citado acima, pela pouca presença de jovens no campo. A presença de pessoas com grau superior e especialização justifica-se pela participação de professores das escolas rurais que residem também na área rural e por ter sido entrevistada uma pessoa numa propriedade que difere da maioria das pessoas das propriedades visitadas (Quadro 6).

Quadro 6 – Grau de escolaridade dos moradores pesquisados no município de Jangada, em (%)

Grau de escolaridade	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
Ensino fundamental ou 1º grau incompleto	37,5	58,3
Ensino fundamental ou 1º grau completo	12,5	-
Ensino médio ou 2º grau incompleto	12,5	8,3
Ensino médio ou 2º grau completo	12,5	-
Superior completo	-	8,3
Superior incompleto	12,5	-
Especialização	-	8,3
Mestrado/doutorado	-	-
sem instrução/analfabeto	12,5	8,3
não informou	-	8,3
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

Ocorre certo constrangimento em informar o analfabetismo. Chegam a dizer “eu nunca, estudei”, “eu só sei assinar meu nome”. A explicação apresentada era que, quando na idade escolar, mais importante que ir à escola era ter um ofício. Outra explicação dada foi a falta de oportunidade por trabalharem na roça e não terem escola próximo da residência. Outros fatores também podem explicar a baixa escolaridade dos entrevistados, como a falta de oportunidade de estudo e a pouca perspectiva de emprego no município. Isso acontece porque há apenas escolas de nível Médio na localidade e, a partir deste grau de escolaridade, só é possível continuar os estudos deixando o lugar e buscando Ensino Superior na Capital ou em Várzea Grande.

3.5.2 Acorizal

Na cidade de Acorizal a pesquisa foi realizada numa segunda-feira, dia trinta e um de dezembro de 2007, no período matutino, quando foram entrevistadas nove pessoas. Das pessoas que participaram da pesquisa (Quadro 7), 77,8% eram mulheres e 22,2%, homens. Os dados mostraram que a maioria dos entrevistados residente na cidade têm entre 55 e 59 e 65 e 69 anos de idade, registrando 22,2% dos pesquisados cada; entre 25 e 34 anos são 11,1% ; informaram ter entre 40 e 44 anos 11,1%; e 11,1% têm entre 75 e 79 anos.

No mesmo dia, no período da tarde, realizou-se a pesquisa nos domicílios rurais do município de Acorizal. Foram feitas nove entrevistas de onde foi possível estabelecer o seguinte perfil para os moradores entrevistados: as mulheres representam 77,8% do total de pessoas entrevistadas; os homens responderam a 22,2% dos questionários. Na maioria, são pessoas jovens, pois 44,4% declararam ter idade entre 20 e 39 anos de idade; 22,2%, entre 40 e 44 anos de idade; 11,1%, entre 70 e 74 anos; e 11,1% não souberam responder (Quadro 7).

Quadro 7 – Características dos moradores pesquisados no município de Acorizal, segundo sexo e faixa etária, em %

CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
GENERO		
Feminino	77,8	77,8
Masculino	22,2	22,2
TOTAL	100,0	100,0
FAIXA ETÁRIA	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
De 15 a 19 anos	-	-
De 20 a 24 anos	-	11,1
De 25 a 29 anos	11,1	11,1
De 30 a 34 anos	11,1	11,1
De 35 a 39 anos	-	11,1
De 40 a 44 anos	11,1	22,2
De 45 a 49 anos	-	-
De 50 a 54 anos	-	11,1
De 55 a 59 anos	22,2	-
De 60 a 64 anos	11,1	-
De 65 a 69 anos	22,2	-
De 70 a 74 anos	-	11,1
De 75 a 79 anos	11,1	-
De 80 a 84 anos	-	-
De 85 a 89 anos	-	-
De 90 a 94 anos	-	-
De 95 a 99 anos	-	-
100 anos ou mais	-	-
NÃO SOUBE INFORMAR	-	11,1
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

Pôde-se observar que os domicílios localizados na cidade são habitados por um número pequeno de pessoas. Os dados do Quadro 8 mostram que a maioria das residências visitadas, ou seja, 66,6% delas, tem entre uma e três pessoas morando; 11,1% têm quatro pessoas; 11,1%, com cinco; e 11,1% têm sete moradores. Em Acorizal, constatou-se a presença de muitas moradias habitadas por casal de idosos aposentados e também de mulheres idosas vivendo sozinhas.

Na área rural, conforme o Quadro 8, 33,3% das famílias têm entre cinco e sete membros; 55,6% têm quatro pessoas vivendo no mesmo domicílio; e 11,1% têm apenas um morador. Foi comum encontrar nas famílias da zona rural os filhos morando com os pais. Isso foi constatado quando os dados da pesquisa mostraram que a maioria dos residentes no campo é de jovens. A explicação para a permanência deles na residência paterna é a preocupação que eles têm em deixar os pais vivendo sozinho no sítio e a falta de condições financeiras para se manterem na cidade.

Esta preocupação fica constatada quando os entrevistados informam a renda da família, pois 55,6% das famílias têm renda de até um salário mínimo; 33,3% ganham entre um e dois salários; e 11,1% não têm nenhum rendimento. O nível de renda é bastante baixo em função das famílias terem apenas os proventos advindos das aposentadorias, chegando a ganhar até dois salários quando ambos os pais são aposentados. Os filhos contribuem pouco para a melhoria do nível de renda dessas famílias, uma vez que as opções de trabalho no campo são poucas, e eles apenas ajudam seus pais nas atividades de subsistência realizadas pelas famílias visando complementar as aposentadorias (Quadro 9).

Quadro 8 – Número de pessoas nos domicílios pesquisados no município de Acorizal, em (%)

Nº de pessoas nos domicílios	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
1	22,2	11,1
2	22,2	-
3	22,2	-
4	11,1	55,6
5	11,1	11,1
6	-	11,1
7	11,1	11,1
8	-	-
9	-	-
10	-	-
não informou	-	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

Quanto à renda das famílias (Quadro 9) que vivem na área urbana do município, constatou-se que 50,0% dos entrevistados sobrevivem com renda de até um salário mínimo; 12,5% declararam não ter rendimentos; 12,5% ganham entre dois e três salários mínimos; 12,5% ganham acima de três até cinco salários; e 12,5% têm renda acima de cinco e até dez salários. Isso se confirma quando muitas famílias entrevistadas declaram ter como principal fonte de renda a aposentadoria, o que evidencia um alto nível de pobreza entre esses moradores.

Quadro 9 – Nível de renda dos moradores pesquisados no município de Acorizal, em (%)

Classes de renda	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
Até 1 salário mínimo	50,0	55,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos	-	33,3
Mais de 2 a 3 salários mínimos	12,5	-
Mais de 3 a 5 salários mínimos	12,5	-
Mais de 5 a 10 salários mínimos	12,5	-
Mais de 10 a 20 salários mínimos	-	-
Mais de 20 salários mínimos	-	-
Sem rendimentos	12,5	11,1
Não informou	-	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

Entre os moradores da área urbana foi observado, de acordo com os dados do Quadro 10, um nível muito baixo de escolaridade, pois 37,5% dos moradores pesquisados declararam ser analfabetos; 25% não concluíram o Ensino Fundamental; 12,5 disseram ter Nível Superior completo; 12,5% com Superior incompleto; 12,2 % informaram ter curso de Especialização; e 12,5% não informaram seu grau de escolaridade.

Quadro 10 – Escolaridade dos moradores pesquisados no município de Acorizal, em (%)

Grau de escolaridade	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
Ensino fundamental ou 1º grau incompleto	25,0	33,3
Ensino fundamental ou 1º grau completo	-	-
Ensino médio ou 2º grau incompleto	-	-
Ensino médio ou 2º grau completo	-	22,2
Superior completo	12,5	-
Superior incompleto	12,5	-
Especialização	12,5	-
Mestrado/doutorado	-	-
sem instrução/analfabeto	37,5	33,3
não informou	12,5	11,1
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

O nível de escolaridade declarado pelos moradores da zona rural foi de 33,3% de analfabetos; 33,3% de pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental; 22,2% com nível Médio completo; e 11,1 não informaram seu nível de instrução. Observa-se, assim, que essas pessoas desenvolveram no máximo habilidades para assinar o próprio nome e entender algumas

palavras. O grau de instrução que conseguiram adquirir permite-lhes apenas ler o itinerário do ônibus, como declarou uma moradora (Quadro 10).

3.5.3 Barão de Melgaço

Na zona urbana de Barão de Melgaço, as entrevistas foram iniciadas no dia quatorze de dezembro de 2007, no período vespertino, e concluídas no dia dezesseis pela manhã, num total de onze depoentes. Cabe destacar que em Barão de Melgaço o número de homens que respondeu às entrevistas foi maior que o de mulheres. Isso representou em termos relativos 63,6% de pessoas do sexo masculino e 36,4% do sexo feminino. Esse fato aconteceu porque, além da pesquisa ter sido realizada num final de semana, havia naquele momento um grande número de homens em casa, devido ao período da piracema, quando fica proibida a pesca nos rios do Estado. Os dados mostram que na cidade 18,2% dos entrevistados têm idade entre 25 e 34 anos; 36,4%, entre 35 e 49 anos; 36,4% informaram ter entre 55 e 64 anos; e 9,1% não informaram a idade (Quadro 11).

Quadro 11 – Características dos moradores pesquisados no município de Barão de Melgaço, segundo sexo e faixa etária, em (%)

CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
GENERO		
Feminino	36,4	66,7
Masculino	63,6	33,3
TOTAL	100,0	100,0
FAIXA ETÁRIA	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
De 15 a 19 anos	-	-
De 20 a 24 anos	-	8,3
De 25 a 29 anos	9,1	8,3
De 30 a 34 anos	9,1	-
De 35 a 39 anos	9,1	-
De 40 a 44 anos	18,2	-
De 45 a 49 anos	9,1	8,3
De 50 a 54 anos	-	16,7
De 55 a 59 anos	9,1	8,3
De 60 a 64 anos	27,3	-
De 65 a 69 anos	-	25,0
De 70 a 74 anos	-	16,7
De 75 a 79 anos	-	8,3
De 80 a 84 anos	-	-
De 85 a 89 anos	-	-
De 90 a 94 anos	-	-
De 95 a 99 anos	-	-
100 anos ou mais	-	-
NÃO SOUBE INFORMAR	9,1	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

A pesquisa na zona rural foi realizada no dia quinze de dezembro de 2007, nos períodos matutino e vespertino. Os ribeirinhos foram visitados no dia dezessete de dezembro do mesmo ano. Nesta área foram aplicados doze questionários. O Quadro 11 mostra que as mulheres representaram 66,7% do total de pessoas pesquisadas e os homens, 33,3%. Encontraram-se em alguns domicílios tanto homens quanto mulheres, porém as mulheres se dispuseram a responder à pesquisa. Em outros, elas eram as únicas moradoras do domicílio. A idade declarada por esses entrevistados mostrou que 50,0% deles têm entre 65 e 79 anos de idade; 33,3% têm entre 45 e 59 anos; 16,6%, entre 20 e 29 anos; e 9,1% não informaram ou não souberam informar a idade.

Entre as pessoas entrevistadas na cidade, 45,5% declararam que tinham apenas o Ensino Fundamental incompleto; 36,4% concluíram o segundo grau; 9,1% têm Curso Superior incompleto; e 9,1% disseram ser analfabetos. Diante disso, observou-se que mais da metade das pessoas pesquisadas tem grau de escolaridade muito baixo, devido a diversos fatores tais como

dificuldade de acesso aos centros urbanos e entendimento dos pais de que o trabalho é mais importante do que os estudos. Os dados da pesquisa mostraram que o nível de escolaridade entre os moradores da zona rural é rudimentar, pois 75,0% declararam não ter concluído o Ensino Fundamental; 16,7% são analfabetos; e 8,3% não informaram seu grau de escolaridade (Quadro 12).

Quadro 12 – Grau de escolaridade dos moradores pesquisados no município de Barão de Melgaço, em (%)

Grau de escolaridade	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
Ensino fundamental ou 1º grau incompleto	45,5	75,0
Ensino fundamental ou 1º grau completo	-	-
Ensino médio ou 2º grau incompleto	-	-
Ensino médio ou 2º grau completo	36,4	-
Superior completo	-	-
Superior incompleto	9,1	-
Especialização	-	-
Mestrado/doutorado	-	-
sem instrução/analfabeto	9,1	16,7
não informou	-	8,3
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

Os domicílios pesquisados, na zona urbana, têm entre dois e cinco moradores. Em 36,4% das residências vivem duas pessoas; 27,3% têm três; 27,3% das famílias são constituídas por cinco pessoas; e 9,1%, por quatro. A maioria das casas é habitada pelas pessoas mais velhas da família, porque os filhos vão embora do município em busca de melhores oportunidades de trabalho. Outro motivo observado foi que as famílias têm pequenos negócios ou propriedades herdadas dos pais, e apenas parte de seus membros permanece na cidade para mantê-los funcionando e parte dos membros, as pessoas mais jovens, deixa a cidade rumo às cidades maiores, como a Capital e Várzea Grande, ou em direção à região Norte do Estado em busca de melhores empregos ou condições de estudo.

A pesquisa mostrou que em grande parte dos domicílios da área rural moram até cinco pessoas. Em 33,4% das residências habitam entre dois e três moradores; em 25,0%, quatro; 16,7% são de casas compostas por cinco pessoas; 16,7% têm oito pessoas; e 8,3% com apenas um indivíduo no domicílio (Quadro 13).

Quadro 13 – Número de pessoas residentes nos domicílios pesquisados no município de Barão de Melgaço, em (%)

Nº de pessoas nos domicílios	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
1	-	8,3
2	36,4	16,7
3	27,3	16,7
4	9,1	25,0
5	27,3	16,7
6	-	-
7	-	-
8	-	16,7
9	-	-
10	-	-
não informou	-	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

Essas famílias possuem um baixo nível de renda, pois 27,3% declararam ter renda de até um salário mínimo; outros 27,3% ganham entre mais de um a dois salários; 9,1% recebem mais de dois a três salários; e 36,4% têm renda entre três e cinco salários. Dois fatores explicam o baixo nível de renda entre aqueles que vivem na cidade: o primeiro ocorre em função da maioria dos entrevistados ser pescador e depender exclusivamente da renda gerada por essa atividade; o segundo porque as famílias se mantêm com o salário dos aposentados e complementam com algum rendimento proporcionado pela pesca ou subemprego (bico).

Quadro 14 – Nível de renda dos moradores pesquisados no município de Barão de Melgaço, em (%)

Classes de renda	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
Até 1 salário mínimo	27,3	58,3
Mais de 1 a 2 salários mínimos	27,3	33,3
Mais de 2 a 3 salários mínimos	9,1	-
Mais de 3 a 5 salários mínimos	36,4	8,3
Mais de 5 a 10 salários mínimos	-	-
Mais de 10 a 20 salários mínimos	-	-
Mais de 20 salários mínimos	-	-
Sem rendimentos	-	-
Não informou	-	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

As famílias que residem na zona rural moram em pequenas propriedades, onde plantam algumas lavouras para complementar suas rendas, mas na maioria dos sítios os bens são produzidos apenas para o consumo dos membros da família. De acordo com os dados (Quadro 14), recebem baixos salários, pois 58,3% ganham até um salário mínimo; 33,3% recebem entre um e dois salários; e apenas 8,3% disseram ganhar mais de três até cinco salários. Observou-se que, mesmo tendo área destinada à produção de lavouras e criação de animais, a principal fonte de renda desses moradores é proveniente de aposentadorias ou da atividade pesqueira.

3.5.4 Poconé

A pesquisa na zona urbana de Poconé realizou-se em duas etapas: uma em agosto e a outra em dezembro, ambas no ano de 2007. Foram aplicadas sessenta e quatro entrevistas na cidade distribuídas entre trinta e dois homens e trinta e duas mulheres. Como as entrevistas foram feitas em finais de semanas e no fim do ano, períodos em que os jovens estão nas casas dos pais, têm-se entre aqueles que responderam à pesquisa 15,6% com idade entre 15 e 24 anos; 32,8% entre 25 e 39 anos; 28,1% de 40 a 54 anos; e 18,8% de 55 a 64 anos (Quadro 15).

Quadro 15 – Características dos moradores pesquisados no município de Poconé, segundo sexo e faixa etária, em (%)

CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
GENERO		
Feminino	50,0	36,0
Masculino	50,0	64,0
TOTAL	100,0	100,0
FAIXA ETÁRIA	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
De 15 a 19 anos	10,9	-
De 20 a 24 anos	4,7	3,8
De 25 a 29 anos	9,4	7,7
De 30 a 34 anos	10,9	3,8
De 35 a 39 anos	12,5	7,7
De 40 a 44 anos	6,3	7,7
De 45 a 49 anos	10,9	11,5
De 50 a 54 anos	10,9	11,5
De 55 a 59 anos	4,7	11,5
De 60 a 64 anos	6,3	15,4
De 65 a 69 anos	7,8	11,5
De 70 a 74 anos	-	-
De 75 a 79 anos	-	3,8
De 80 a 84 anos	-	-
De 85 a 89 anos	-	-
De 90 a 94 anos	-	-
De 95 a 99 anos	-	-
100 anos ou mais	-	-
NÃO SOUBE INFORMAR	4,7	3,8
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

A zona rural de Poconé foi investigada nos meses de agosto e dezembro de 2007. No dia quatro de agosto foram realizadas oito entrevistas e nos dias vinte e dois, vinte e oito e vinte e nove de dezembro foram feitas dezessete entrevistas. Do total de pessoas que responderam ao questionário, 64,0% eram homens e 36,0%, mulheres. Na zona rural a presença de homens ocorre com maior frequência porque são eles que desempenham as atividades na lavoura. Outro fato da maioria masculina se deu em função da pesquisa ter sido feita em finais de semana, quando eles não comercializam seus produtos na cidade, ou no final de ano, período em que a maioria das famílias se reúne para as festas natalinas. Em relação à idade daqueles que residem na área rural (Quadro 15), 15,3% está entre 20 e 34 anos; 26,9%, entre 35 e 49 anos de idade; 38,4% declararam ter entre 50 e 64 anos; 11,5% têm de 65 a 69 anos; 3,8% encontram-se entre 75 e 79 anos; e 3,8% não informaram a idade.

Os dados mostram que a presença de jovens refletiu no nível mais alto de escolaridade na cidade de Poconé, quando foi observado que 20,3% dos entrevistados têm o Nível Médio completo; 12,5% completaram o Ensino Fundamental; 4,7% têm o segundo grau ou Ensino Médio incompleto; 3,1% têm Superior incompleto; 1,6% com curso de Pós-Graduação; 39,1% com Ensino Fundamental incompleto; e 18,8% declararam ser analfabetos (Quadro 16).

O Quadro 16 mostra que o grau de escolaridade é baixo entre os moradores entrevistados que vivem no campo. 23,4% deles declararam ter apenas o Ensino Fundamental incompleto; 6,3% são analfabetos; 4,7% completaram o Ensino Básico; 1,6% tem o Segundo Grau incompleto; e 3,1% completaram o Ensino Médio.

Quadro 16 – Grau de escolaridade dos moradores pesquisados no município de Poconé, em (%)

Grau de escolaridade	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
Ensino fundamental ou 1º grau incompleto	39,1	23,4
Ensino fundamental ou 1º grau completo	12,5	4,7
Ensino médio ou 2º grau incompleto	4,7	1,6
Ensino médio ou 2º grau completo	20,3	3,1
Superior completo	-	-
Superior incompleto	3,1	-
Especialização	1,6	-
Mestrado/doutorado	-	-
sem instrução/analfabeto	18,8	6,3
não informou	-	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

Quanto ao número de moradores nos domicílios onde se realizou a entrevista (Quadro 17), 7,8% das famílias residentes são compostas por uma pessoa; 20,3% têm dois moradores por domicílio; 21,9% têm três; 15,6% com quatro pessoas; 29,8% têm entre cinco e nove pessoas vivendo no mesmo domicílio; 1,6% não informou o número de pessoas. Como pode ser observado, a grande maioria é constituída por um maior número de moradores. Isso significa que existem residências, cujos moradores têm os filhos morando com os pais, em função da falta de renda e opção de trabalho. Nesse aspecto, a casa da família permite a segurança de alimentação e abrigo, o que não aconteceria caso estivessem trabalhando em outro lugar. Observou-se em algumas residências a presença de crianças, filhos de filhos ou aparentados (sobrinhos), resultado do processo migratório de moças para as cidades onde julgam encontrar maiores oportunidades de estudo e trabalho. Nesses casos, as relações que se estabelecem naqueles novas residências fazem com que elas, muitas vezes, engravidem e, após o nascimento, deixem as crianças com os

avós, tios e outras pessoas da família que moram no local de origem. Outro aspecto a ser considerado é a migração de jovens em busca de trabalho, após concluir o nível secundário ou Médio. Assim migram para a Capital ou Várzea Grande onde passam a estudar em escolas noturnas e trabalhar durante o dia.

Nos domicílios rurais do município, 1,6% mora sozinho; 6,3% têm duas pessoas residindo. Os dados da pesquisa ainda mostraram que 7,8% têm em suas casas três moradores; 7,8% têm quatro; e 7,8% com cinco (Quadro 17). Isto revela um equilíbrio entre aqueles que têm famílias com três até cinco membros. As famílias com seis pessoas representaram 4,7%; com 1,6% encontram-se residências habitadas por sete ou oito pessoas.

Quadro 17 – Número de pessoas residentes nos domicílios pesquisados no município de Poconé, em (%)

Nº de pessoas nos domicílios	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
1	7,8	4,0
2	20,3	16,0
3	21,9	20,0
4	15,6	20,0
5	18,8	20,0
6	4,7	12,0
7	3,1	4,0
8	1,6	4,0
9	1,6	-
10	-	-
11	-	-
12	1,6	-
não informou	3,1	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

O rendimento dos trabalhadores na cidade mostrou-se baixo, pois 51,1% dos entrevistados disseram receber até um salário mínimo; 18,8% ganham mais de um até dois salários; 12,5% obtêm acima de dois até três salários; 9,4%, mais de três até cinco; 3,1%, mais de cinco até dez salários; 1,6% não possui rendimentos; e 3,1% não informaram (Quadro 18). O município oferece poucas opções de emprego para os moradores na cidade, onde as melhores oportunidades estão no setor de comércio ou nos garimpos. No comércio, a mão-de-obra é demandada por pequenos estabelecimentos que oferecem baixos salários. Nos garimpos, são oferecidas funções que remuneram melhor, porém exigem mão-de-obra mais qualificada por serem tarefas mecanizadas; no entanto aquelas funções que usam a mão-de-obra local são de baixa remuneração por ser o trabalho braçal realizado dentro dos garimpos.

Quadro 18 – Nível da renda dos moradores pesquisados no município de Poconé, em (%)

Classes de renda	ZONAS	
	URBANA (%)	RURAL (%)
Até 1 salário mínimo	51,6	36,0
Mais de 1 a 2 salários mínimos	18,8	40,0
Mais de 2 a 3 salários mínimos	12,5	20,0
Mais de 3 a 5 salários mínimos	9,4	4,0
Mais de 5 a 10 salários mínimos	3,1	-
Mais de 10 a 20 salários mínimos	-	-
Mais de 20 salários mínimos	-	-
Sem rendimentos	1,6	-
Não informou	3,1	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, dez. 2007.

Os domicílios onde se realizou a pesquisa estão situados em pequenas propriedades rurais. Nessas propriedades as famílias desenvolvem algumas atividades como a plantação de pequenas lavouras e a criação de animais de pequeno porte para complementar a renda e ajudar na manutenção da família. Porém, diante dos obstáculos de ordem técnica e financeira, os pequenos produtores sente-se desestimulados a produzir em suas propriedades, o que resulta em famílias com renda muito baixa e dependentes de aposentadorias. Conforme revelou a pesquisa (Quadro 18), no campo a renda é baixa, pois em 36,0% das propriedades as pessoas sobrevivem com até um salário mínimo; nesse caso, a maioria das famílias depende da renda de um aposentado. Quando 40% declaram ganhar mais de um até dois salários, esta melhora continua tendo como principal fonte de renda a aposentadoria, neste caso de dois aposentados. Aqueles que disseram ganhar mais de dois até três salários representam 20% dos pesquisados; apenas 4% dos residentes na área rural declararam ganhar mais de três até cinco salários.

3.6 Os moradores e o desenvolvimento

Para a compreensão de desenvolvimento, é necessário que os entrevistados entendam o que é “viver bem”. Nas discussões teóricas relativas ao desenvolvimento econômico, diversos autores¹⁰ apontaram a existência de um vínculo entre o desenvolvimento e o bem-estar social. Assim buscou-se, ao longo da pesquisa, investigar junto aos moradores, na zona urbana e rural dos municípios objetos de estudo, como o desenvolvimento e o bem-estar estão presentes no seu

¹⁰ A esse respeito, ver SEN (2000) ; FURTADO (2000); SACHS (2007).

imaginário. Ou seja, qual a semelhança entre o teórico e o imaginário popular. Portanto procurava-se nos depoimentos observar se as necessidades humanas básicas como alimentar-se, vestir e ter onde morar, consideradas condições essenciais, mas não suficientes, conseguiam atender melhor às condições de vida daquela população.

Nesta etapa desenvolve-se a percepção, obtida junto aos moradores, sobre o grau de satisfação das necessidades humanas, em face dos elementos que Furtado (2000) relaciona na formulação do conceito de desenvolvimento. Da mesma maneira, considera-se a concepção para o tema desenvolvido por Sen (2000) consignando a ligação de desenvolvimento com liberdade.

Em todos os municípios pesquisados, os relatos evidenciaram características presentes na idéia de desenvolvimento de Furtado (2000), que trata as necessidades humanas elementares como uma das dimensões desse conceito. Isso foi relatado assim: na cidade de Jangada, a concepção dos moradores sobre “viver bem” é “ter casa, ter o que comer e beber”. No imaginário do moradores da zona urbana de Acorizal, “viver bem” que dizer “ter casa boa, casa própria, alimentação, vestir e comer bem”. A compreensão daqueles que moram na cidade de Barão de Melgaço sobre “viver bem” está relacionada a “comer bem e ter moradia”; e do ponto de vista dos moradores de Poconé, “viver bem” é ter moradia, “alimentar-se bem, vestir” (Entrevistado 57, 03 ago. 2007).

Na concepção de Sen (2000), essas necessidades são entendidas como liberdades substantivas, ou seja, aquelas que “[...] incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome [...]”. Isso significa não passar fome ou, como foi relatado ao longo da pesquisa, ter o alimento, ou ainda “[...] que nós necessitamos de alimento pá vivê” (Entrevistada 9, 15 dez. 2007), como nas respostas dos moradores nos quatro municípios pesquisados. Isso pode ser considerado como algo que eles valorizam para viver bem, isto é, ter o alimento pode significar menos privações.

A idéia que os moradores têm sobre “viver bem” ainda esteve associada a ter estudo e conhecimento. Nesse sentido, os moradores mostraram aspectos tidos como relevantes na idéia de “desenvolvimento como liberdade”, lembrando o estudo de Sen (2000) que trata a liberdade substantiva “[...] associada às capacidades de saber ler e fazer cálculos aritméticos”. Nessa concepção, o autor em tela considera a educação como condição habilitadora que influencia aquilo que as pessoas conseguem positivamente realizar.

Outra questão relacionada às condições habilitadoras de Sen é a boa saúde. Isso se revela muito presente na percepção dos moradores entrevistados, para quem a condição mais relevante para que as pessoas possam viver bem “[...] é ter saúde e, quando têm saúde, têm disposição para

todas as coisas” (Entrevistado 7, 14 jul. 2007). Portanto, no entendimento das pessoas entrevistadas, estar sadio é condição essencial para poder viver bem, considerando que as pessoas com boa saúde têm disposição para trabalhar e prover os recursos necessários para a sua sobrevivência e de sua família.

Outro fator importante observado nas respostas dadas por esses moradores foi a necessidade de ter trabalho. Nesse caso, quando falavam sobre trabalho, referiam-se ao emprego como uma forma de ocupação remunerada que pudesse aumentar sua renda. Portanto ter emprego para esses moradores significa uma melhor condição de vida, em primeiro lugar, pois seria a forma de obter dinheiro para adquirir aquilo que consideram necessário para ter uma vida digna.

Em relação a ter emprego, os depoimentos esclarecem que “[...] viver bem é ter serviço para a gente comprar o que precisa – alimentação, roupa, remédio” (Entrevistado 4, 14 jul. 2007) ou de outra forma, “[...] tendo trabalho, tenho dinheirinho no final do mês [...] para mim está muito bom” (Entrevistada 5, 14 jul. 2007). O conceito de aumento das rendas individuais, interpretado pelos moradores como salário ou dinheiro advindo do trabalho/emprego, corroborase com o pensamento de Sen (2000) que vê o emprego como “[...] um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade”.

Os moradores ressaltam que, em segundo lugar, “a maior alegria é trabalhar”(Entrevistado 11, 30 dez. 2007), pois isso cria condições para que permaneçam no local onde reside a família, o que é muito valorizado pelos entrevistados. Havendo emprego no lugar onde moram, haverá redução das privações, porque o desenvolvimento apresenta-se com o objetivo de remoção de qualquer fonte de privação das liberdades, como é explicado por Sen (2000). É necessário entender como essa característica é importante do ponto de vista da organização social, considerando os laços familiares e de tradição que envolvem essas comunidades. A destruição desses laços pode enfraquecer a disposição da família como um todo, como acreditam os entrevistados.

Também foram observados outros elementos nas respostas dos entrevistados, quando esclarecem que, para viver bem, é preciso ter paz, amor, harmonia, amizade, união na família e na comunidade, comodidade, descanso, tranquilidade, ter liberdade completa, ter fé em Deus, governar melhor, ter segurança, lazer e saneamento básico. Todos esses elementos podem ser associados à percepção sobre desenvolvimento de Ignacy Sachs. Para Sachs (2002), os aspectos culturais internalizam o desenvolvimento “[...] com a apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente”.

Diante de todas as expressões usadas pelos moradores para expressarem suas idéias sobre o desenvolvimento, constata-se uma convergência no conceito de desenvolvimento “integral” de Sachs (2007) que entende ser este adjetivo a levar uma definição mais completa de desenvolvimento, pois “[...] denota não só as múltiplas facetas do desenvolvimento, mas sugere também que *todas* aquelas consideradas pertinentes são levadas em consideração”.

3.7 Necessidades locais apontadas pelos moradores

Nesta etapa discute-se a necessária associação entre os dados da pesquisa e a teoria de base adotada neste estudo, especialmente em relação às necessidades locais apontadas pelos moradores. Com esse cotejamento, procura-se criar uma dimensão regional dada aos argumentos de Furtado (2000) que relaciona a “[...] consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos”, e aos de Sen (2000) que associa o papel instrumental da liberdade e o processo de desenvolvimento.

Desta forma, avaliam-se os resultados obtidos que se coadunam com os tipos de liberdades instrumentais e de “facilidades econômicas” expressas por esse autor. Para ele, as facilidades econômicas “[...] são as oportunidade que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca”.

Isso pode ser observado na concepção de algumas entrevistas de Jangada, quando os moradores argumentam que o município deveria dar condições de trabalho para que seus filhos não tivessem que abandonar suas famílias à procura de emprego em outras regiões. É evidente a preocupação com a desagregação das famílias, em função da falta de trabalho e emprego. Isso fica mais evidente na fala de uma entrevistada:

Olha, meus filhos que eu tenho, todos trabalham fora, porque aqui não tem serviço, né, eu tô só com os filhos mais pequenos em casa porque teve que sair para trabalhar; eu gostaria que aqui no município tivesse serviço, né, pra todas pessoas que morassem aqui pra trabalhar, a gente ser feliz, porque se não tiver o serviço a gente não consegue nada, eu gostaria que o prefeito trouxesse mais obras aqui no município pra gente ser mais feliz um pouco (Entrevistada 1, 14 jul. 2007).

Interpreta-se a fala como se o município, ao criar oportunidade de emprego para seus moradores, ajudasse a criar condições para as pessoas alcançarem o seu bem-estar. Essa condição está explicitada nesta fala:

[...] muita gente, né, às vezes não vive bem aqui, né, é por falta de trabalho, né, pessoa não tem condições de sair daqui, por exemplo. Aqui hoje deve ter uma média de mais de 40% da juventude de Jangada tão trabalhando fora aqui, deixa

a família aí e vai trabalhar fora por motivo de não ter trabalho aqui, por exemplo tem Lucas, Sorriso, SINOP, São José do Rio Claro, trabalhando fora por motivo do lugar ser um lugar que não tem desenvolvimento (Entrevistado 7, 14 jul. 2007).

Nos diversos depoimentos que se referem à “busca pelo bem-estar”, ocorrem condicionamentos relativos à existência de trabalho na cidade, pois

[...] pra ter vida boa, tem que ter indústria pro povo trabalhar, porque se tendo serviço cê tem como viver bem, né, e não tendo tipo de trabalho não tem como viver bem, porque cê só vive bem através do trabalho (Entrevistado 8, 14 jul. 2007).

Em Acorizal também se observou a grande preocupação apontada pelos entrevistados quanto à falta de emprego para as pessoas que vivem na zona urbana do município. Por isso, em diversos depoimentos, a necessidade de geração de emprego aparece como principal condição para que as pessoas tenham melhorias no bem-estar social:

No nosso caso, acho que teria de mudá muita coisa, né, a cidade teria que gerá mais emprego. Se você tiver emprego, tivé dinheiro, você consegue uma vida melhor, e aqui não tem, cê vê minha irmã tá parada. Meu irmão teve que ir embora daqui pra consegui trabalhá, graças a Deus ele é funcionário do correio agora, mas aqui pá melhorá tem que tê geração de emprego, é muito ruim mesmo (Entrevistado 6, 31 dez. 2007).

Um outro depoimento apontou que o município “[...] precisa de uma firma pá dá emprego, né, porque aqui não tem, tirante a prefeitura que a turma é empregado [...] é só braçal, serviço de roça” (Entrevistado 4, 31 dez. 2007). Isso porque as opções de trabalho para aqueles que moram na cidade estão restritas aos empregos oferecidos pelo poder público municipal que, em função de ser um município de pequeno porte, não tem capacidade para manter muitas vagas de emprego.

Em Barão de Melgaço, a grande maioria das famílias tem na atividade pesqueira a única fonte de emprego e renda no município. No momento da pesquisa ocorria o período da piracema, quando a pesca é proibida nos rios de Mato Grosso. Desta maneira, os pescadores¹¹ estavam desempregados recebendo o auxílio do governo (salário desemprego), com o qual supriam as principais necessidades relacionadas à sobrevivência.

Em grande parte das residências pesquisadas em Poconé, os entrevistados demonstraram a mesma preocupação relacionada à falta de emprego na zona urbana do município. Na opinião

¹¹ Recebem o auxílio apenas os pescadores profissionais, aqueles que possuem a licença para pescar, os demais ficam desempregados e sem nenhum auxílio. Vivem apenas de “bicos”.

dessas pessoas, o poder público municipal não é capaz de criar oportunidades de emprego, uma vez que não oferece benefícios para atrair indústrias para o município. Assim uma depoente se manifestou:

[...] cidade um monte de coisa. [...]. O mais importante acho que tinha que tê mais emprego sabe, porque aqui é difícil ter emprego assim na cidade. [...] Acho que falta crescê e ter um pouco mais de firmas assim, por exemplo, fábrica de farinha que aqui na cidade devia tê porque o mato-grossense sabe, né, gosta muito de plantação, de mexê com esse negócio de rural, acho que é isso que tá faltano na cidade (Entrevistada 21, 23 dez. 2007).

A importância de ampliar o número de emprego, como condição para estar bem na cidade, esteve presente quando uma moradora afirmou que “[...] gerando mais emprego quase tudo melhora, porque aí gerando mais emprego quem sabe até a renda é melhor” (Entrevistada 25, 23 dez. 2007). “Ter melhor remuneração” foi o argumento de alguns, bem como “ter um salário digno” é relevante para se viver bem (Entrevistada 41, 24 dez. 2007).

Do ponto de vista dos moradores da zona rural, para que a condição de “viver bem” seja alcançada seria preciso dispor de assistência técnica adequada e apoio financeiro para melhorar o manejo dos recursos e a ampliação das atividades. Observou-se que este apoio é muito significativo para os entrevistados, pois a maioria é constituída de pequenos proprietários com muitos obstáculos para desenvolverem as atividades agropecuárias.

Os pequenos proprietários não têm capacidade técnica para desenvolver tecnologias de melhoramento do solo que, na região, é inadequado para a agricultura, como explica esse produtor:

Tem que plantar alguma coisa aí, uma mandioca, uma banana, um negócio assim pá mode ajudá na renda da casa, [...] mas como a terra é fraco, então essa terra aqui dependia de fazer uma correção na terra, carcaria, adubá essas coisa pra terra criar mais força, pra vê se produz mais, né, mas de outro jeito, a terra é fraca, planta aí comum sem pô nada nela não vigora quase nada; lá não tá vendo aquela mandioquinha ali [...] até que tá crescendo, até que tá bonito, mas é fraco [...] precisa de tratamento a terra é porque aqui já é um lugar velho, muito trabalhado, a terra enfraquece, tem que carcaria, adubá pra vê se produz, né. Mais... (Entrevistado 9, 30 dez. 2007).

Percebeu-se certo desânimo entre aqueles que moram no campo. Esses moradores sentem-se abandonados pelas autoridades públicas, pois, além da necessidade de apoio técnico, precisam também de recursos financeiros. Para alguns o apoio técnico é insuficiente:

Olha, nós aqui da roça, da roça aqui o que dependia pra nós, o que é melhor pra nós aqui tem que ter um apoio assim da própria agricultura, por exemplo, um calcário, um adubo, uma assistência técnica, mas não adianta assistência técnica sendo que não tem apoio, por exemplo, do governo, do prefeito, e o prefeito, por exemplo, como vai repassar pra nós, sendo que o governo não dá incentivo

nenhum pra ele vim. Então a senhora vai lá pedir na EMPAER lá, na prefeitura, um adubo, um calcário, uma semente pra facilitar, por exemplo, o trator cobra 70 reais por hora pra gradeá a terra, né, e a pessoa não tem como pagar o trator (Entrevistado 7, 30 dez. 2007).

O relato desse morador mostra o desalento do pequeno produtor rural em Jangada, pois tem que pedir junto à prefeitura ou a entidades do Governo Estadual a assistência técnica básica para produzir em sua propriedade. Se for beneficiado, não tem dinheiro para pagar a preparação da terra que vai receber a semente a ser plantada.

Os financiamentos foram apontados também por outro morador como sendo ideal para melhorar a condição de viver na zona rural:

Sair mais um dinheirinho pra cá que fosse favorável pagar assim a mensalidade dele, o juro pouquinho. A gente comprar, aumentar mais criação, mais uma lavorinha, mais a mais a gente tá meio cansado de trabalho [risos], então tem que ter uma forcinha pra gente melhorar (Entrevistado 8, 30 dez. 2007).

Quanto ao apoio técnico, assim se expressou um morador: “[...] no sentido assim de melhorar a comunidade [...] hoje todas as comunidades hoje têm trator, caminhão”. As comunidades produzem, mas precisam de “[...] uma fábrica de rapadura toda organizada” (Entrevistado 20, 4 ago. 2007). Isso significa diversificar a produção, aumentar a escala e melhorar o nível de renda das famílias.

Em relação às necessidades locais, a maioria dos moradores pesquisados questiona o papel do Estado como encaminhador desse processo e deixa evidente a necessidade da criação de uma associação como fator de crescimento da produção, atribuição atual do prefeito e vereador. Desse modo, entende-se o papel das liberdades instrumentais de Sen (2000), quando o autor mostra que essas liberdades “[...] tendem a contribuir para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente”, pois para esses moradores as oportunidades de emprego são os meios para alcançar melhores condições de vida.

As evidências empíricas, discutidas a seguir, apontam para outro tipo de liberdade instrumental de Sen (2000), o das “oportunidades sociais”, isto é, “[...] as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor”. De acordo com este ponto de vista, a falta de facilidades afeta as condições de vida dos indivíduos nos municípios pesquisados. Além das precárias condições de emprego, outro fato apontado pelos moradores como determinante no afastamento dos seus filhos é a falta de oportunidades de estudo.

A cidade não oferece condições para a permanência dos jovens junto das famílias, e o único caminho para eles ascenderem à escala social é continuar os estudos e abandonar o município,

embora entendam que a família unida é a condição ideal para alcançar o viver bem. Para que isso ocorra, segundo eles, o município precisa de “[...] escola melhor pra turma - pra quem estuda ainda, não tenho mais filho que estuda, tenho a menina que estuda lá em Cuiabá - tá pra lá fazendo universidade, pra lá[...].” (Entrevistada 5, 14 jul. 2007).

As mudanças relacionadas aos demais serviços públicos também foram apontadas. A cidade ainda precisa mudar muitas coisas, como os serviços públicos de qualidade, para que atinja as condições de viver bem, de acordo com outra moradora:

[...] em questão da cidade acho que a cidade falta muita coisa. Ela falta bons médicos, falta uma boa biblioteca, a biblioteca aqui é muito fraca. Foi montada agora esse ano, mesmo assim tem poucos livros que dá pra ser usado pra quem tá começando o ensino superior. Os médicos daqui infelizmente não tem nenhum que possa dizer, nossa que médico bom! Fora isso, a escola, o ensino aqui é muito fraco por ser apenas escolas públicas. O professor público é mal remunerado, então como diz o outro, quem não trabalha feliz não dá aquilo que pode (Entrevistada 3, 14 jul. 2007).

Os serviços públicos, a preocupação com a estética da cidade e a falta de opções de lazer também foram apontados como um caminho para que o lugar proporcione uma vida mais confortável: “[...] a cidade tem que ser mais limpa, mais cuidada, né, aqui não tem, tinha que ter assim uma praça pra brincar, levar as criança pra brincar, pra passear, não tem né [...]” (Entrevistada 6, 14 jul. 2007).

A pesquisa atentou para outros fatores importantes citados pelos moradores como a necessidade de sanar deficiências infra-estruturais como a pavimentação asfáltica da rodovia que liga o município à Capital, o saneamento básico e a prestação do serviços públicos de saúde e educação. Um morador assim se manifestou: “Tem que tê melhoria no município, tem que tê asfalto [...].Vai vim turista, vai trazê mais concorrência, vem mais ônibus, essa vans, agora já tá teno mais uns 5 táxi aí. Aí vai melhorano a situação” (Entrevistado 4, 14 dez. 2007). Outro depoimento confirma a falta de infra-estrutura na cidade “[...] saneamento básico, saúde, educação que é precária, onde tem educação e saúde é a coisa mais precária que tem aqui de Barão” (Entrevistado 7, 15 dez. 2007). Na visão desses moradores, a ausência dessa infra-estrutura mínima compromete o bem-estar social das pessoas que vivem no município.

As pessoas em Poconé, de acordo com a pesquisa, mostraram que, entre outras coisas, para viver bem é muito importante ter saúde e educação. Assim expressam que “[...] tem muita coisa pra mudar aqui na área de saúde” (Entrevistado 15, 22 dez. 2007). Além da carência na saúde, percebeu-se, através dos depoimentos, que “[...] a dificuldade maior é educação, que muitas vezes

o jovem se tivesse aquela educação desde pequeno hoje em dia vários jovens não taria na rua, não taria perdido. Acho que o ponto-chave é a educação” (Entrevistada 17, 22 dez. 2007).

Dessa maneira, os serviços prestados pelo setor público precisam do desenvolvimento de ações mais efetivas, para que a população atinja condições de “viver bem” na cidade.

Foi constatada pela pesquisa a insuficiência de serviços de infra-estrutura como água encanada, de acordo com o relato:

[...] pra vivê bem aqui precisa muita coisa, começando pela água que vem de 4 em 4 dia, é difícil. [...] Você não vai viver bem num lugar que não tem nem água pro cê sobrevivê, porque aí depende de tudo, se faltá água pra você como não consegue vivê bem (Entrevistada 34, 24 dez. 2007).

Portanto o equacionamento dos problemas de abastecimento de água apresenta-se como outra necessidade essencial para a população de Poconé. Ademais essa carência foi também observada no campo.

O município de Barão de Melgaço fica na parte mais baixa do rio Cuiabá, onde há o espraiamento do rio. Durante o período das águas, muitas localidades da zona rural, no período de realização da pesquisa, estavam sem possibilidade de acesso devido ao alagamento do Pantanal. Dessa maneira, muitas propriedades ficam ilhadas em meio ao transbordamento das águas do Rio Cuiabá, que se constitui na única via de transporte por meio de barco. Para aqueles isolados, “[...] tudo é essa estrada pá nós aqui. Teno a estrada acho que vai tê mais progresso [...]” (Entrevistada 10, 22 dez. 2007). Daí entende-se que melhorias nas vias de acesso à cidade e à Capital sejam permanentes para esses moradores terem conforto nessa região.

A população entrevistada na área rural apontou também como obstáculos as carências das condições de vida no campo, a má qualidade dos serviços públicos de saúde e educação. Para aqueles que vivem no campo, segundo uma depoente: “A questão da saúde, né, que aqui não tem, de repente que a gente precisa de um órgão da saúde, tá muito difícil, ele encaminha pá cidade, se fô um caso de urgência é perigoso não chegá com tempo” (Entrevistada 7, 14 dez. 2007).

Além da saúde, de acordo com a mesma entrevistada, “[...] a educação até que não tá muito boa não, aqui como é rural, as crianças vai tê que sê levada pra outra vila, tá fechano a escola, esse ano nem terminou direito” (Entrevistada 7, 14 dez. 2007). Essa preocupação da moradora está relacionada ao fato de que a única escola da comunidade rural seria fechada ainda em 2007. Isso causaria transtornos para as famílias, uma vez que teriam que se deslocar para as comunidades vizinhas para levar seus filhos na escola. Para eles, o lugar “[...] tá precisano de muita coisa” (Entrevistada 7, 14 dez. 2007). Porém destacaram as áreas da saúde e educação como sendo aquelas

onde as melhorias proporcionariam mais tranquilidade e conforto para as famílias residentes na zona rural.

Na zona rural de Poconé, ficaram evidentes que muitos obstáculos deverão ser vencidos para que a população rural tenha “vida boa” no campo. A pesquisa procura retratar a realidade dos pequenos sítios da região, uma vez que todos os domicílios rurais visitados eram constituídos por pequenas propriedades. Por isso as necessidades locais mais relevantes dizem respeito ao fornecimento de água, às dificuldades de acesso às linhas de crédito, à falta de apoio técnico, à distribuição adequada dos recursos, à diversificação da produção, a melhores salários, entre outras carências.

Diante da situação relatada de que “[...] o pessoal tá carregando baldinho de água nas costas”, é fácil compreender as dificuldades em produzir no campo. Porém, no entendimento dos moradores, isso ocorre “[...] porque não tem administração, porque nosso subsolo tá cheio de água, não tá? Então nos temo que prevê isso aí e avaliá a situação e arrumá um meio pra que o povo tenha acesso a esse tipo de coisa” (Entrevistada 10, 29 dez. 2007).

3.8 Condições básicas de bem-estar

Neste item, procura-se apresentar aspectos considerados relevantes na opinião dos moradores, os quais justificam sua permanência nos locais pesquisados, mesmo diante das necessidades que foram assinaladas por eles no tópico anterior.

Assim são apontadas as condições básicas de bem-estar que podem ser apresentadas como aspectos subjetivos baseados nas relações sociais estabelecidas entre os moradores, uma vez que os municípios têm pequena população, sendo assim considerados pequenos, e onde, em geral, as pessoas se conhecem.

A corrente neoclássica da economia, através de seus autores seminais, não apresentou preocupação com o tema do desenvolvimento. Porém aqueles mais recentes possibilitaram o entendimento da concepção de bem-estar. Todavia o argumento utilitarista neoclássico de bem-estar, segundo Sen (2000), “[...] concentra-se na medida do prazer e da felicidade”, medidos pelo somatório das utilidades.

De acordo com Bentham (1979), a “[...] utilidade de uma pessoa é representada por alguma medida de seu prazer ou felicidade”. Desta maneira, para se ter bem-estar, é preciso considerar o prazer ou a felicidade gerada. Com isso se pode considerar o bem-estar como uma característica mental.

Nesse sentido, a grande maioria dos entrevistados afirmou que o bem-estar encontra-se na “alegria do pessoal”, “amizade”, “bondade”, “forma acolhedora”, “tranqüilidade”, motivos para se viver em Acorizal. Outros entenderam que, nos municípios onde moram, o bem-estar se associa ao fato de as pessoas se conhecerem. Para uma moradora, esse bem-estar significa: “[...] O pessoal aqui, todo mundo se conhece, então quando tem alguma coisa normalmente [...]” (Entrevistada 3, 14 jul. 2007).

As explicações dos moradores de Poconé quanto aos elementos que o município apresenta para ser ter uma “vida boa”¹² estão respaldadas em aspectos subjetivos como a tranqüilidade do lugar, a amizade, a solidariedade, a união na família e na comunidade, o sossego, a confiança nos vizinhos. Para alguns a “[...] terra aqui tem muita fartura, um pouco tem um terreninho, um planta uma mandioca, uma banana, é assim que nós vai vivo” (Entrevistado 49, 24 dez. 2007). E assim eles vão sobrevivendo no município.

Mesmo diante das carências apontadas pela pesquisa, muitos entrevistados ainda revelaram que a tranqüilidade do município é uma das razões muito fortes que justificam sua permanência no local, pois isso ainda é possível devido ao município ser pequeno e às pessoas se conhecerem.

Há relatos de que “[...] em Poconé [...] você pode dormi até fora da área com as portas aberta, né, que não tem tanto bandido [...]. Muita gente às vezes sai daqui pá tentá uma vida melhor lá fora, mas se vê perseguido, volta pra cá porque aqui é ótimo, aqui tem esse lado bom” (Entrevistado 8, 22 dez. 2007). Isto o município é capaz de proporcionar para seus moradores.

Ainda referindo-se à abordagem utilitarista, pode se observar que, na percepção dos moradores, foram evidenciadas as sensações de prazer como alegria, felicidade, amor, tranqüilidade para justificar viver nos municípios pesquisados Acorizal, Jangada, Poconé e Barão de Melgaço.

Ao demonstrar o caminho apropriado para avaliar as condições de bem-estar e as liberdades substantivas, existe a capacidade de escolher a vida que se tem razão para valorizar (SEN, 2000). Partindo desse entendimento, pode-se afirmar que, para os moradores imigrantes, o município não apresenta nenhum elemento capaz de proporcionar bem-estar para seu habitantes. Uma entrevistada afirma que:

É difícil, hein! Ah! acho que aqui tinha que mudar tudo; tem um ano que tô morando aqui. Tinha que ter tudo. Acho que tinha que mudar tudo aqui, sabe, porque a gente às vezes lá na escola, estou estudando, a gente vai falar as coisas,

¹² A expressão vida boa é usada aqui como sinônima de viver bem.

as pessoas que moram aqui falam, porque as pessoas vêm lá de fora vêm falar que aqui não tá certo, só que gente que chega de fora vê que aqui não tá certo. A escola é bagunçada, o posto, se você vai no posto - esses dias a vizinha foi com o menino queimando de febre lá no posto, eles deram soro pro menino, gente, soro não é remédio, não passa a febre, não sara. Pelo menos eu acho que soro não é remédio, né. Acho que isso aí tá errado. Precisaria ser assim mais... (Entrevistado 6, 14 jul. 2007)

Em Acorizal, as razões que levam as pessoas a residirem no município não apresentam nenhum aspecto objetivo, pois o município não atrai seus moradores pelas condições de emprego, saúde, educação. Os moradores moram no município devido ao fato de a região ainda proporcionar tranqüilidade, algo que nas cidades maiores não existe mais. Outros elementos, também de ordem subjetiva foram apresentados, como a amizade, a união, a harmonia e a solidariedade.

Encontraram-se moradores que percebem claramente que o município é bastante carente. Um morador declara que o local não tem “[...] nada. Se você quiser uma vida boa mesmo, boa mesmo, você não consegue. Você tem que saí fora” (Entrevistado 6, 31 dez. 2007). Para pessoas que pensam dessa forma, as coisas que os “prendem” no local são a falta de condições para irem para as cidades maiores.

A pesquisa mostrou que as pessoas encontram os seguintes motivos para viver em Barão de Melgaço: os negócios herdados da família, a tranqüilidade do lugar, as belezas naturais, a terra para plantar, a pesca, a confiança, a paz, a moradia e o amor pelo lugar.

Fatores como segurança, tranqüilidade e confiança entre os moradores foram possíveis de verificar com facilidade no município, uma vez que era comum as casas abertas e as pessoas dormindo tranqüilamente. A explicação para esse fato vem de um entrevistado: “O bom que o município tem é isso, você pode saí na rua, deitá na praça, lá ninguém mexe com você, isso a nossa cidade é bom por isso” (Entrevistado 3, 14 dez. 2007). Essa é uma das razões para se viver na região.

Os entrevistados acham que o município permite a subsistência das famílias, pois pode alimentá-los com peixe do Rio Cuiabá e com culturas de produtos como mandioca, abóbora, cana-de-açúcar, entre outros. Assim vão sobrevivendo nessas condições que não seriam encontradas em cidades maiores como Cuiabá e Várzea Grande.

É realidade também que muitos moram no município porque “[...] tem um comércinho, tem uma pecuária pequena, pequeno pecuarista, gadinho, tem quem cuide de 5 ou 6 propriedades, e pá cuidá então a gente não pode saí daqui” (Entrevistado 7, 15 dez. 2007). Não saem porque são

peessoas que nasceram no município, têm apego ao lugar e, ao herdarem os negócios das famílias, permaneceram no lugar ou foram vendendo partes das propriedades familiares.

Mas o que se percebe é que, entre as razões para que permaneçam residindo no município, a mais forte são os laços estabelecidos junto à família e o apego à terra natal, uma vez que muitos nasceram e se criaram no município. Há pessoas que nunca saíram do lugar onde nasceram e hoje perderam a coragem de enfrentar os novos desafios da cidade grande.

A percepção dos moradores sobre o desenvolvimento, sobre os elementos necessários para melhorar sua vida e os meios que lhes proporcionam bem-estar parece ser corroborada pelos princípios teóricos, porém a pesquisa mostrou que a estrutura das comunidades não atende às aspirações para viver bem nos municípios pesquisados, conforme preconizam as falas dos moradores. Desse modo, as condições básicas apontadas, como os laços familiares, escondem a falta de coragem de enfrentar novos desafios, ou ausência de preparo escolar para encontrar trabalho em outras regiões. Aqueles que apresentam essas características vão para outras regiões.

4 CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO RIO CUIABÁ

O objetivo deste capítulo é apresentar a percepção do Governo do Estado de Mato Grosso sobre a política relativa ao desenvolvimento, em particular aquelas diretrizes voltadas para o desenvolvimento da Região em estudo, bem como as sugestões de políticas específicas para o desenvolvimento da Região Sul do Estado.

Trata-se aqui do desenvolvimento em uma dimensão política como a “[...] consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (FURTADO, 2000), percebida quando incluída num discurso ideológico.

Com base nos instrumentos de planejamento em vigor no Estado, como a Agenda Mato Grosso mais Forte; Plano de Desenvolvimento (MT+20); e os Planos Plurianuais 2003-2007 e 2008-2011, procura-se entender como o Governo de Mato Grosso associa a idéia de desenvolvimento com a percepção sobre as políticas setoriais que podem ser consideradas políticas públicas vigentes. Busca-se com isso trazer à reflexão a proposta do início deste trabalho: de que desenvolvimento se trata as políticas públicas do Estado de Mato Grosso?

Por meio desses instrumentos, pode-se observar a percepção do Governo sobre a política de desenvolvimento do Estado. A Agenda Mato Grosso mais Forte, também conhecida como Plano do Governo Blairo Maggi, traz no título o “compromisso com o desenvolvimento e com a superação das desigualdades sociais e regionais”. Nesse sentido foram estabelecidos conceitos básicos como crescimento e inclusão social como ações concretas do Governo que se iniciaram em 2003. Assim quatro grandes temas foram pautados pela Agenda: 1) Inclusão Social; 2) Modernização da Produção e do Mercado; 3) Infra-Estrutura e Integração Regional; e 4) Revitalização do Estado. Neste documento o Governo expressa a vontade de recuperar a capacidade do Estado de ser o indutor do processo de desenvolvimento (MATO GROSSO, 2002).

A idéia do Estado como indutor do desenvolvimento está contida também no Plano de Desenvolvimento elaborado pelo Governo a partir de 2006, chamado MT+20. Nele, os objetivos de desenvolvimento para o Estado são explicitados de modo semelhante aos propostos na Agenda MT, ou seja, “[...] na busca de um crescimento econômico, com melhoria das condições de vida da população”. Para isso foram estabelecidas as seguintes estratégias: 1) uso sustentável dos recursos; 2) conhecimento e inovação tecnológica; 3) infra-estrutura econômica e logística; 4) diversificação e adensamento das cadeias produtivas; 5) qualidade de vida, cidadania, cultura e

segurança pública; 6) governabilidade e gestão pública; e 7) descentralização territorial e estruturação da rede urbana (MATO GROSSO, 2006).

Ao tratar sobre o conceito de ideologia, Bobbio (1998) esclarece ser um “[...] sistema de idéias conexas com a ação” compreendendo-se tipicamente “[...] um programa e uma estratégia para a sua atuação”, cujo objetivo é “[...] mudar ou defender a ordem política existente”. Nesse mister, foram elaborados os planos plurianuais para os períodos de 2003-07 e 2008-11, onde está delimitado um conjunto de ações vinculadas à alocação de recursos. Desta maneira, a concepção de desenvolvimento está incluída no discurso ideológico do Governo.

Aqui a idéia de desenvolvimento está relacionada com uma melhor condição de vida das pessoas em uma determinada região, do mesmo modo que Sachs (2007) afirma compreender o desenvolvimento

[...] como um processo intencional e autodirigido de transformação e gestão de estruturas socioeconômicas, direcionado no sentido de assegurar a todas as pessoas uma oportunidade de levarem uma vida plena e gratificante, provendo-as de meios de subsistência decentes e aprimorando continuamente seu bem-estar.

Buscou-se entender por meio da cobertura de serviços públicos básicos como saúde, educação, entre outros, se Governo está fazendo o que Bobbio (1998) chama de conexão com a ação, ou conforme o entendimento de Sachs (2007) de prover os meios de subsistência decentes, ou seja, conhecer o lado prático do discurso ideológico, apresentado acima nos municípios pesquisados.

As tabelas seguintes são constituídas a partir da tabulação dos questionários aplicados junto à população dos municípios da Região do Rio Cuiabá. Nelas estão os elementos, por ordem de frequência, e depois a participação no conjunto dos itens compreendidos como necessários para viver bem e que dependem da ação de políticas públicas.

Tabela 22 – Elementos apontados pelos moradores como essenciais para viver bem

Elementos	Frequência	%
ter saúde	56	37,3
trabalho/emprego	34	22,7
ganhar bem/ter grana/salário	22	14,7
ter casa	20	13,3
alimentação (comer, beber)	20	13,3
ter paz/harmonia	16	10,7
educação/estudo melhor	15	10,0

Fonte: Elaborada por esta pesquisadora, dez. 2007.

Em todos os municípios pesquisados, os entrevistados entenderam que “viver bem” está condicionado a “estar com saúde”, uma vez que “tendo saúde” o indivíduo pode conquistar aquilo que necessita para o seu bem-estar: um lugar para abrigar a família, por exemplo, foi relatado como uma condição básica para que se pudesse “viver bem”.

A moradia foi considerada tão importante que para alguns bastaria “a casa sem nenhum conforto”; para outros, todavia, o bem-estar só seria alcançado “se a casa fosse confortável”. Foram também considerados elementos relevantes o trabalho e o emprego, seguidos de dinheiro ou ter um bom salário, ter bons estudos. Assim revela-se a importância das políticas de saúde, educação e de geração de emprego e renda para os municípios objetos da pesquisa.

As decisões políticas dão origem às políticas públicas setoriais ou regionais. Desse modo, as principais políticas setoriais podem ser consignadas como SAUDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA, quando são incluídas na programação orçamentária do Estado que se faz representar pelo valor alocado em cada rubrica.

Nesse sentido, tem-se uma política de saúde para a Região do Rio Cuiabá a partir das estratégias estabelecidas no PPA 2003-07 visando ampliar as condições de acesso universal aos serviços, à promoção e prevenção da saúde. Para isso foram alocados recursos orçamentários para o programa de “desenvolvimento da política de investimento em saúde”, programa este no qual foram definidas seis ações voltadas para a ampliação da capacidade instalada na região.

Para o PPA 2008-11, a política não muda, continua apresentando como prioridade para esta Região o programa de investimento nas ações de promoção, prevenção e proteção à saúde. Para isso, as principais ações com previsão orçamentária continuam sendo aquelas voltadas para a ampliação dos espaços físicos. A tabela 23 apresenta o número de estabelecimentos de saúde e médicos por habitantes e a capacidade ambulatorial instalada nos municípios da Região do Rio Cuiabá.

Não foi objeto deste trabalho verificar se a capacidade instalada é adequada, porém, de acordo com as necessidades locais apontadas pelos moradores, ela não é ideal. Em Acorizal moradores pesquisados responderam que ter um hospital no município proporcionaria maior satisfação, pois, segundo eles, “[...] não tem hospital, só posto de saúde” e quando precisam de médicos “[...] têm que ir a Cuiabá” pois no posto não tem médico, “[...] só enfermeira de plantão” (Entrevistada 6, 31 dez. 2007).

Em Barão de Melgaço, as respostas vieram no mesmo sentido, pois a “[...] saúde é a coisa mais precária que tem aqui de Barão, falta” (Entrevistado 7, 15 dez. 2007). Ainda na cidade de Barão de Melgaço continua o descontentamento com os serviços públicos de saúde porque para

melhorar o bem-estar “[...] devia melhorar mais a saúde aqui. A saúde tá feia aqui” (Entrevistado 8, 15 dez. 2007). Na zona rural um morador afirma que “[...] a questão da saúde, né, que aqui não tem, de repente que a gente que precisa de um órgão da saúde tá muito difícil, ele encaminha pá cidade, se for um caso de urgência é perigoso não chegar com tempo” (Entrevistado 7, 14 dez. 2007).

A preocupação dos moradores com a falta de socorro imediato diminui a satisfação e conseqüentemente o bem-estar daquelas pessoas que vivem no campo, e isso está claro no depoimento dessa moradora de uma comunidade rural não muito distante da cidade: “[...] acho que é assim, nós precisa mais da saúde aqui pra os moradores (médico). Até que sai daqui e vai lá no Barão...” (Entrevistada 9, 14 dez. 2007). Cabe ressaltar que em Barão de Melgaço no período das chuvas, pelo fato de o município se localizar na parte da planície alagada (pantanal), as dificuldades de acesso aos centros mais estruturados, como a Capital e Várzea Grande e a área urbana do próprio município, pioraram muito.

Em Jangada os moradores continuam entendendo que o município deveria “[...] ter um hospital, aqui é o principal que aqui não tem, acho que uma cidade deste tamanho tinha que ter um hospital”. Outra moradora constata que precisa de “[...] um postinho de saúde, que aqui o médico vem uma vez por mês ali no colégio. Eu fui daqui pra Cuiabá, não é fácil” (Entrevistada 4, 30 dez. 2007). Diante disso, para os moradores que vivem no campo, as carências parecem ser ainda maiores.

Conforme mostra a Tabela 18, dos municípios pesquisados, apenas Poconé tem hospital. Em Jangada e Acorizal não existem leitos hospitalares. Na cidade de Barão de Melgaço existe um centro de saúde onde, de acordo com o depoimento de um morador, técnico da área da saúde, os médicos fazem os primeiros atendimentos, mas só podem manter o paciente em observação por vinte e quatro horas, depois caso haja necessidade de permanecer internado, faz-se o encaminhamento para Cuiabá ou Várzea Grande.

Tabela 23 – Número de estabelecimentos, médicos e leitos para internação nos estabelecimentos de saúde no Estado e nos municípios da Região do Rio Cuiabá, 2005

Discriminação	Estabelecimentos, médicos, leitos p/internação nos estabelecimentos de saúde (público e privado) e capacidade ambulatorial					
	2000		2005			
	Médicos residentes/1000 hab.	n° estabel.	leitos/1000 hab.	Capacidade Ambulatorial.		
				Posto de Saúde	Centro de Saúde	Pronto Socorro
Mato Grosso	0,62	165	2,58	262	578	8
Acorizal	-	-	-	3	1	-
Barão de Melgaço	0,58	1	1,74	9	1	-
Chapada dos Guimarães	-	1	1,87	2	5	-
Cuiabá	1,54	17	3,29	3	81	1
Jangada	-	-	-	-	3	-
Nobres	-	1	2,77	2	4	-
Nossa Senhora do Livramento	-	1	1,21	-	2	-
Nova Brasilândia	0,74	1	4,60	5	1	-
Planalto da Serra	1,12	-	-	-	1	-
Poconé	-	2	2,62	-	8	1
Rosário Oeste	0,23	1	3,59	2	4	-
Santo Antônio do Leverger	0,42	1	1,62	10	4	-
Várzea Grande	-	6	1,74	-	10	1

Fonte: Elaborada por esta pesquisadora, 2008.

Nota: Os dados foram extraídos do IPEA, 2007; MATO GROSSO, 2006.

A despeito disso, cabe destacar a política de saneamento básico, outro ponto relevante destacado pelo moradores, a qual está diretamente relacionada com as questões de saúde. Tal como a política de saúde discutida no parágrafo anterior, o saneamento é uma das diretrizes voltada para atingir o objetivo de melhoria da qualidade de vida da população. Para isso, esta política foi moldada no programa PPA 2003-07, cujas ações foram direcionadas para a articulação e definição da política junto aos municípios.

No Plano de Desenvolvimento MT+20 foi estabelecido como aumentar para 70% o número de domicílios com acesso ao saneamento básico, tendo como prioridade a rede geral de esgoto. A política passa a ter o propósito de enfrentar as deficiências estruturais graves relacionadas ao saneamento básico, conforme pode ser observado *in loco* e constatado nos relatos dos moradores dos municípios pesquisados. A partir deste documento, o saneamento básico na Região do Rio Cuiabá passa a ser tratado com ações que visam à construção, ampliação e reforma do sistema de saneamento.

Durante a pesquisa no município de Barão de Melgaço, foi possível observar que, devido ao período das chuvas, as ruas ficam completamente alagadas, pois na maioria delas não existe rede de esgoto. Esta observação pode ser comprovada com base nas informações da Tabela 19, que mostra que apenas 16,92 dos domicílios nesse município têm acesso à rede de esgoto sanitário.

Como as informações apresentadas na Tabela 19 referem-se ao Censo Demográfico de 2000, podem parecer desatualizadas, contudo pode-se constatar a atualidade dos dados na declaração desse morador: “[...] nossa rede de esgoto [...] é, faz tempo memo que tá ruim memo, não tem uma rede de esgoto que é bem feito pelo engenheiro. A rede de esgoto nossa aí quando chove sai por todas essa tampa aí, pra cima tipo borra de café” (Entrevistado 2, 14 dez. 2007). Os depoimentos, além de apontarem as deficiências físicas, mostram a preocupação das pessoas com a falta de um sistema de saneamento básico e com o meio ambiente natural, como relata essa moradora:

O saneamento é precário, acho que pá população o saneamento é muito precário aqui. Isso aí tinha que melhorá, eu acredito que o asfalto vindo vão tê que investi rapidamente no saneamento básico, até porque então não vai suportá, provavelmente que vai vim fluxo de gente maior, vai precisá fazê um saneamento sério, como exemplo aquelas baia ali vai tê que fazê um saneamento senão vai poluí tudo ela, né, porque o rio é mais difícil de sê poluído, porque a água cai aqui a nível de altura, é mais do que lá, é mais do que lá, e a água cai aqui e vai tudo pá lá, né (Entrevistado 7, 15 dez. 2007).

Em Poconé os moradores também confirmam que o problema do saneamento básico é atual nos municípios da Região do Rio Cuiabá. Nesse município eles reclamam: “[...] a comunidade precisa de saúde – esgoto não tem” (Entrevistado 6, 22 dez. 2007). E afirmam: “[...] aqui não tem rede de esgoto”. Mostram ainda o desconforto em viver numa cidade onde os domicílios não têm acesso à rede de esgoto: “[...] antes cê ficar com a rua sem asfaltá do que cê ficá sentino mau cheiro aí que...” (Entrevistada 15, 22 dez. 2007). Outro morador continua: “[...] acho que aqui pra nós seria o esgoto, neste bairro seria esgoto, seria assim, acho que nem é tanto assim o asfalto [...] acho que o lazer, aqui seria o esgoto e o lazer que aqui nesse bairro época de chuva é complicado, então acho que seria o esgoto e o lazer” (Entrevistada 17, 22 dez. 2007). Os entrevistados entendem que a satisfação coletiva proporcionada por esse serviço público seria maior que o asfaltamento das ruas onde moram.

Em uma outra entrevista dada por uma moradora num bairro cuja ruas não têm asfalto e nem esgoto, ela descreve a condição do bairro assim: “[...] cadê, não tem, olha como que é a rua, não tem um buraquinho que chama-se esgoto, não tem nada. Aqui em Poconé inteirinho não tem esgoto não. Tem o chão puro aí, a água cai direto” (Entrevistada 34, 24 dez. 2007).

Tabela 24 – Domicílios com acesso ao saneamento básico no Estado e nos municípios da Região do Rio Cuiabá, 2000, em %

Municípios	2000			
	Nº de domicílios	domicílios com abastecimento de água - rede geral (%)	Esgotamento sanitário com rede coletora ou fossa séptica (%)	Domicílios com coleta de lixo (%)
Mato Grosso	645.584	63,87	13,91	71,7
Acorizal	1.444	61,64	60,28	36,75
Barão de Melgaço	1.810	44,43	16,92	30,91
Chapada dos Guimarães	4.010	54,29	12,86	52,02
Cuiabá	126.912	91,84	21,72	92,13
Jangada	1.649	53,91	8,58	34,66
Nobres	3.616	73,35	15,59	60,15
Nossa Senhora do Livramento	3.121	24,85	1,05	15,36
Nova Brasilândia	1.438	63,86	6,92	53,76
Planalto da Serra	739	61,13	23,59	39,43
Poconé	7.446	62,92	12,88	52,49
Rosário Oeste	4.446	56,46	4,72	41,95
Santo Antônio do Leverger	3.699	36,67	17,49	22,31
Várzea Grande	55.071	79,35	29,27	84,44

Fonte: Elaborada por esta pesquisadora, 2008.

Nota: Os dados foram extraídos do Censo Demográfico do IBGE, 2000.

Ainda ao se referirem ao saneamento básico, outras dificuldades apontadas pelos moradores estão relacionadas com o fornecimento de água tratada. A Tabela 24 mostra que o número de domicílios com abastecimento de água nos municípios objetos desta pesquisa não é adequado, e, do ponto de vista dos moradores, a frequência no abastecimento é bastante irregular, conforme afirma uma moradora de Poconé:

[...] água, hoje que tá vindo a água, já tinha quase duas semanas aqui nesse bairro mesmo, não sei mais pra lá, mas acho que é quase geral. Feliz desse que tem um poço, água boa assim. Hoje que tá vindo água. Uma semana, três dias, tem que procurá casa que tem poço pra você pegá, pedi pra você pegá água porque sem a água é difícil, sem a luz até passa, mas sem água (Entrevistada 32, 24 dez. 2007).

De acordo com os dados da Tabela 24, em Poconé, 62,92% dos domicílios do município têm acesso à água encanada, portanto muitos moradores ainda não usufruem desse serviço público essencial à vida, conforme pode ser observado no relato abaixo que reflete as privações enfrentadas pelos moradores:

Aqui memo, onde nós mora, aqui memo tem um grande problema, eu tenho um poço, mas essa população não tem água e sem água é... A iluminação pública aqui no meu bairro não tem, mas sempre passa. Agora a água a população aí sofre. Essa vizinha pega água só aqui, só carregando balde a população inteira aqui. Eu acho que a cidade quase em geral, essa é uma parte que precisava, eles tinha que tomá uma providencia, né, porque a gente tem o poço, a gente vê eles

buscano, eles incentivano, porque pá tomá um banho, lavá uma roupa, é uma dificuldade. Acho que isso aqui precisava tomá uma providência. Tem reclamação no rádio todo dia, mas não resolve (Entrevistado 33, 24 dez. 2007).

A opinião de outro morador confirma a diminuição do bem-estar provocado pela falta de água encanada nos domicílios.

Aqui, por exemplo, aqui, né, pra vivê bem aqui precisa muita coisa começando pela água que vem de 4 em 4 dia, é difícil. Água é tão fraca que não sobe nem altura de 3 metros de altura. Ainda começando por aí. Você não vai viver bem num lugar que não tem nem água pro cê sobrevivê, porque aí depende de tudo, se faltá água pra você como não consegue vivê bem nada porque como que cê vai vivê, não tem jeito (Entrevistada 34, 24 dez. 2007).

De fato, o acesso à água é um problema para os residentes nos municípios pesquisados. Em Barão de Melgaço a situação foi explicada assim: “[...] água aqui passa sem vim quase 20 dias. A água que era a preferência. Nós tem poço, mas a água é bom [...]. A falta da água aqui é muita [...] água não tem, se não fosse esse poço nós tinha que mudá pá beira do rio, porque a água é vida” (Entrevistado 5, 15 dez. 2007).

Quanto à educação, a pesquisa revelou outro aspecto importante na percepção dos moradores sobre o desenvolvimento. Eles entendem que ter acesso à educação é um elemento relevante para proporcionar o bem-estar local (Tabela 22). Dessa forma cabe mostrar, com base nos documentos de planejamento acima, o delineamento da política de educação, tendo em vista a estratégia de melhoria das condições de acesso e qualidade da educação básica.

No entanto, no PPA 2003-07, foi incluído um conjunto de ações vinculado aos recursos orçamentários voltado para a expansão e adequação dos estabelecimentos do Ensino Fundamental e Médio com equipamentos e materiais permanentes da rede educacional na Região do Rio Cuiabá. Com isso observa-se que a política pública de educação não prioriza os ensinos técnico e superior na Região.

Tabela 25 – Número de unidades escolares do Ensino Fundamental e Médio, por dependência administrativa, 2005

Discriminação	Unidades Escolares								
	2005								
	Ensino Fundamental				Ensino Médio				
	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Mato Grosso	576	1.607	222	2.405	3	361	16	122	502
Acorizal	4	9	-	13	-	3	-	-	3
Barão de Melgaço	5	23	-	28	-	4	-	-	4
Chapada dos Guimarães	5	17	1	23	-	4	-	1	5
Cuiabá	66	101	32	199	2	46	-	21	69
Jangada	6	7	-	13	-	4	-	-	4
Nobres	5	7	3	15	-	2	-	1	3
Nossa Senhora do Livramento	6	28	-	34	-	4	-	1	5
Nova Brasilândia	2	4	-	6	-	1	-	-	1
Planalto da Serra	1	3	-	4	-	1	-	-	1
Poconé	9	62	3	74	-	3	-	1	4
Rosário Oeste	4	27	1	32	-	3	-	-	3
Santo Antônio do Leverger	10	35	-	45	-	7	-	-	7
Várzea Grande	42	58	30	130	-	26	-	7	33

Fonte: Elaborada por esta pesquisadora, 2008.

Nota: Os dados foram extraído do IPEA, 2007; MATO GROSSO, 2006.

A Tabela 25 apresenta o número de unidades escolares do Ensino Fundamental e Médio na Região do Rio Cuiabá e mostra que há cobertura de Educação Básica e Ensino Médio em todos os municípios da Região. Cabe salientar que não é objeto deste estudo discutir se a capacidade instalada é ideal, contudo isso não impede uma reflexão sobre a oferta dos serviços de educação diante dos resultados desta pesquisa.

Sobre a educação, as necessidades apontadas pelos moradores levam a crer que a falta de opções encontradas estão nos níveis de escolaridade superior, porque segundo eles não há opções para quem quer continuar os estudos após concluir o Ensino Médio. Conforme os dados da Tabela 25, a estrutura montada mostra que realmente não há oferta de Ensino Superior regular para os municípios situados no entorno do aglomerado urbano de Cuiabá e Várzea Grande.

A população ribeirinha de Barão de Melgaço assim se manifesta sobre as oportunidades de estudo no município: “[...] tem até 8ª. série, aí sai daqui, vai pá Barão fazê o 3º. ano, aí não tem mais, aí é só Cuiabá” (Entrevistada 12, 16 dez. 2007). Na cidade de Poconé a preocupação também começa quando “[...] termina o Ensino Médio, fica tudo, pára, não tem condição de fazê uma faculdade e fica aí [...]” (Entrevistada 15, 22 dez. 2007). Aqueles que querem dar continuidade aos estudos, após concluírem o Ensino Médio (ou segundo grau), têm que buscar as oportunidades de estudo oferecidas na Capital e Várzea Grande.

De acordo com a pesquisa, as condições de emprego na Região são outro aspecto ressaltado pelos moradores como fundamental para se viver bem. Sobre esse aspecto, a política pública de geração de emprego e renda para a região do estudo estabeleceu no PPA 2003-07 ações apenas para a capacitação de mão-de-obra, medidas que continuam previstas no PPA 2008-11. Portanto as ações contidas no Programa, vinculadas orçamentariamente, parecem medidas muito tímidas no entendimento da população, para quem é necessário criar oportunidades de emprego na Região.

Uma comparação entre a taxa de crescimento anual da população economicamente ativa e o crescimento da população ocupada na área urbana dos municípios da Região do Rio Cuiabá mostra que, nos Censos Demográficos realizados entre os anos de 1991 e 2000, o crescimento de parcela da população ocupada não acompanhou a evolução do crescimento da PEA urbana na maioria dos municípios da Região, exceto nas cidades de Barão de Melgaço e Jangada, onde o crescimento da taxa da população ocupada acompanha o crescimento verificado da PEA (Tabela 26).

Na cidade de Barão de Melgaço, esse dado não se refletiu no aumento da satisfação da população quanto às oportunidades de emprego no município, como demonstra o depoimento dessa moradora:

Achava haveria de sê um prefeito ansim que interessasse ajudá assim pessoa, assim dá serviço, tivesse uma indústria, um negócio assim pá pô. Senhora vê o tanto de gurizada bom de serviço tudo aí pá rua ponto de trabaiá, acho que é farta de um prefeito interessá assim trazê emprego (Entrevistada 1, 14 dez. 2007).

Na opinião dessa moradora cabe ao poder público proporcionar condições básicas para que sejam criadas oportunidades de emprego no município. Eles não querem que a prefeitura os empreguem, e sim diminuir a dependência do emprego público na cidade, conforme sugere esse outro morador:

Precisava assim tê um tipo de desenvolvimento melhor no nosso município, né, desenvolver, tê um grupo, tê umas coisa pá dá mais trabalho, né, porque aqui cidadinha nossa é pequinhinha, só em cima da prefeitura não tem como güentá, a população sobrevivê, em cima só dela não tem, porque ela gira aí de 200 funcionário, mas esse 200 funcionário tem salário, resto não, né. Eu penso assim, precisa de alguma coisa pô desenvolvimento da cidade (Entrevistado 3, 14 dez. 2007).

Quanto ao emprego as opiniões entre os moradores pesquisados não diferem muito, como se observa nesta entrevista com um morador de Acorizal: “[...] aqui precisa de uma firma pá dá emprego, né, porque aqui não tem, tirante a prefeitura que a turma é empregado [...] é só braçal,

serviço de roça. Como visto, o gestor público precisa criar as oportunidades de emprego na cidade, como argumenta este outro morador: “[...] que o prefeito traga mais benefício pra cidade, emprego [...]” (Entrevistado 4, 31 dez. 2007).

Pode-se entender no depoimento abaixo de uma moradora da zona urbana de Jangada a necessidade de exercer o significado do desenvolvimento segundo a concepção de Sachs (2007), quando o autor esclarece que desenvolvimento é um processo intencional e autodirigido de transformação e gestão de estruturas socioeconômicas, direcionado no sentido de proporcionar a todas as pessoas uma oportunidade de levar uma vida gratificante, ou a vida que elas têm razões para valorizar, segundo Sen (2000):

[...] olha, meus filhos que eu tenho todos trabalham fora, porque aqui não tem serviço, né, eu tô só com os filhos mais pequenos em casa porque teve que sair para trabalhar, eu gostaria que aqui no município tivesse serviço, né, pra todas pessoas que morassem aqui pra trabalhar, a gente ser feliz, porque se não tiver o serviço a gente não consegue nada, eu gostaria que o prefeito trouxesse mais obras aqui no município pra gente ser mais feliz um pouco. (Acho que está repetido da p. 94)

Tabela 26 – Evolução da população economicamente ativa e ocupada na Região do Rio Cuiabá

Estado, Região e Municípios	PEA	PEA	Taxa Anual	Pop.	Pop.	Taxa Anual	PEA	PEA	Taxa Anual	Pop.	Pop.	Taxa Anual
	URBANA	URBANA	de	Ocupada	ocupada	de	RURAL	RURAL	de	Ocupada	ocupada	de
	91	00	crescimento	URBANA	URBANA	crescimento	91	00	crescimento	RURAL	RURAL	crescimento
			%	91	00	%			%	91	00	%
MATO GROSSO	605.712	949.145	5,12	575.076	817.417	3,98	201.444	209.990	0,46	196.360	109.309	-6,30
REGIAO DO RIO CUIABA	250.669	366.945	4,33	235.329	306.979	3,00	25.436	24.815	-0,27	23.691	22.263	-0,69
REGIAO DO RIO CUIABÁ SEM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE	25.209	33.276	3,13	23.378	27.454	1,80	21.080	20.599	-0,26	19.498	18.270	-0,72
Acorizal	999	1.094	1,02	926	902	-0,29	705	1.104	5,11	641	952	4,49
Barão de Melgaço	1.055	1.428	3,42	1.019	1.364	3,29	2.106	1.457	-4,01	2.075	1.363	-4,57
Chapada dos Guimarães	1.923	4.000	8,48	1.804	3.543	7,79	2.573	2.406	-0,74	2.529	1.986	-2,65
Cuiabá	165.372	235.521	4,01	155.220	196.952	2,68	2.300	2.649	1,58	2.236	2.535	1,40
Jangada	682	1.046	4,87	623	933	4,60	850	1.127	3,19	663	1.048	5,23
Nobres	4.509	5.514	2,26	4.132	4.561	1,10	1.587	1.364	-1,67	1.339	1.093	-2,23
Nossa S ^o do Livramento	1.159	1.680	4,21	1.094	1.308	2,00	2.410	2.577	0,75	2.242	2.399	0,76
Nova Brasilândia	1.741	1.775	0,21	1.708	1.527	-1,23	1.571	425	-13,51	1.536	379	-14,39
Planalto da Serra	-	667	-	-	627	-	-	396	-	-	328	-
Poconé	8.050	9.438	1,78	7.357	7.505	0,22	2.906	3.246	1,24	2.717	2.819	0,41
Rosário Oeste	3.807	4.379	1,57	3.486	3.492	0,02	2.860	3.228	1,35	2.565	3.136	2,26
Santo Antônio do Leverger	1.285	2.255	6,45	1.228	1.693	3,63	3.512	3.269	-0,79	3.192	2.766	-1,58
Várzea Grande	60.088	98.148	5,60	56.731	82.573	4,26	2.056	1.567	-2,98	1.957	1.458	-3,22

Fonte: IPEA, 2007.

Ainda em relação às condições de emprego nos municípios da Região pesquisada, os dados da Tabela 26 evidenciam taxas de crescimento negativo para a PEA (4,01%) e para a população ocupada (4,57%) em Barão de Melgaço, um dos municípios objeto deste estudo. Em Acorizal e Jangada, ambas as taxas apresentaram crescimento positivo. Poconé registra taxas ínfimas de crescimento de 1,24% para a PEA e 0,41% para a população ocupada na zona rural.

A pesquisa permitiu observar que em muitas propriedades as famílias desenvolvem atividades de subsistência, por isso as pessoas entendem que “[...] tem que tê o serviço, né. Serviço bom, que a gente ganha dinheiro tudo” (Entrevistado 6, 31 dez. 2007), isto é, precisam de oportunidade de emprego para os jovens permanecerem no campo.

A carência de emprego no campo é apontada também em Jangada, segundo este relato:

Jangada é carentíssimo na questão trabalho, eu conheço aí na zona rural, a mais de 40 km, os filhos vão crescendo, por mais que os pais ensinam pra eles capinar, plantar e colher, isso e aquilo, os dedos da gente não são iguais, sempre tem um que quer sair, eu não quero viver disso, eu quero ter meu dinheirinho próprio, isso e aquilo. A grande maioria dos adolescentes de Jangada estão indo para Cuiabá e Várzea Grande, porque aqui não tem emprego, então isso aí, queira ou não queira, é o maior causador de deficiência numa família na zona rural, eu acho que é o emprego, o emprego é fundamental (Entrevistado 2, 30 dez. 2007, grifos meus).

A importância do emprego no campo, como ressaltou o entrevistado, foi destacado no estudo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2000 para o território onde foi realizada esta pesquisa. O MDS (2005), nesse trabalho, esclarece que os dados

[...] demonstram que, para cada 100 moradores do território, existem 3 trabalhadores rurais e 19 trabalhadores nas empresas formais urbanas. No entanto, ao excluirmos Cuiabá e Várzea Grande, estes números se alteram: para cada 100 moradores existiriam 22 trabalhadores rurais e somente 4 urbanos. Desta forma, fortalece-se a idéia de Cuiabá e Várzea Grande como pólos de atração para a geração de empregos formais urbanos e, por outro lado, a importância dos trabalhadores rurais no restante dos municípios.

A Tabela 26 mostra que entre os municípios pesquisados a PEA rural é relativamente maior em Acorizal, Jangada e Barão de Melgaço, exceção feita a Poconé que apresentou aspectos mais urbanos. Cabe destacar que em Acorizal, que apresenta a maior taxa de crescimento tanto da PEA rural como da ocupada, foi possível observar durante a pesquisa que as comunidades rurais visitadas apresentam características de loteamentos urbanos.

Até aqui se observa que há convergência entre as percepções dos moradores e do Governo sobre as concepções teóricas relacionadas ao desenvolvimento, ou seja, do ponto de vista teórico e ideológico, parece não haver tantas contradições. Contudo evidências empíricas revelaram-se contraditórias, uma vez que a sociedade afirmou não usufruir de condições mínimas necessárias que lhe proporcionem melhorias na qualidade de vida. Isso remete ao seguinte questionamento: por que os objetivos estabelecidos pelo Governo não conseguem diminuir os anseios da sociedade por melhorias nas condições de vida, uma vez que estes anseios são tão perceptíveis nas estratégias governamentais?

Este questionamento encontrou sentido numa das premissas de O'Connor (1977, grifos do autor) de que o Estado capitalista “[...] tem de tentar desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: *acumulação e legitimação*”. Ao fazer isso, este Estado se depara com as contradições das próprias funções, pois, ao mesmo tempo em que tem de criar condições para que a acumulação de capital seja lucrativa, tem de legitimar seu papel enquanto Estado, por meio da promoção da paz social. O'Connor ainda afirma que o “Estado tem de envolver-se no processo de acumulação, porém tem de fazê-lo mistificando sua política, denominando-a de algo que não é, ou tem de ocultá-la”.

Percebe-se, de acordo com O'Connor, que é inerente ao sistema capitalista o envolvimento do Estado na criação de condições para a acumulação lucrativa de capital, portanto isso não pode estar explícito nos propósitos de política sob pena deste ente perder sua legitimidade. Desta maneira o Estado deve exercer esta função mistificando suas ações ou ocultando-as “[...] como, por exemplo, transformando temas políticos em temas administrativos”.

Neste sentido, pode-se afirmar, diante dos fatos observados pela pesquisa e do discurso político do Governo contido em seus principais instrumentos, que se confirma a premissa de O'Connor (1997), ou seja, as ações são propostas para diminuir as desigualdades sociais e regionais, mas, no entanto, promovem o crescimento da concentração da riqueza, como foi mostrado no Capítulo 1. É possível perceber isto por meio do delineamento da política de desenvolvimento regional do Governo ou na execução dessa política e do relatório de ações governamentais – RAG.

Em Mato Grosso as políticas regionais, urbanas, rurais e ambientais são definidas dentro dos órgãos que possuem atribuições para defini-las. Assim é atribuição da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN a definição da política estadual de desenvolvimento regional e urbano, devendo atuar de forma articulada com os demais órgãos do Governo. Dessa maneira, essas políticas se encontram desarticuladas entre si, só existindo alguma territorialidade ou espacialidade em programas, sem, entretanto, refletir uma preocupação com aspectos conceituais de território e, por conseguinte, a tradução de políticas de gestão territorial.

Os Programas denominados MT Regional; Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE); Aglomerado Urbano de Cuiabá e Várzea Grande; Plano Diretor; Plano BR-163 Sustentável; Plano da Amazônia Sustentável; Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, elaborados pelo Governo Federal, têm rebatimento no território mato-grossense.

O aspecto regional do plano de desenvolvimento¹³ está no desdobramento das ações estratégicas para as doze regiões de planejamento do Estado (discutidas no Capítulo 1). O plano fornece diretrizes de políticas para atuação do Governo Estadual em todas as regiões de planejamento por um período de vinte anos. Contudo as diretrizes estabelecidas, mesmo que originadas das discussões por processo participativo, ainda foram elaboradas com elevado grau de agregação e ainda carecem de reflexões em níveis locais para maior detalhamento das reais prioridades de cada região.

A tentativa de associar o desenvolvimento ao território consta também no plano plurianual, documento onde está contemplada a programação das ações do Estado em médio prazo (quatro anos). Esses planos foram elaborados com a participação da sociedade através da realização de fóruns regionais onde foram estabelecidas prioridades regionais. Porém, quando se analisa o conjunto de programas contidos no plano, é possível perceber que as políticas setoriais sobressaem às políticas regionais.

Ainda na tentativa de avançar na idéia de atuação sobre as necessidades locais, o Governo elabora o programa de desenvolvimento regional denominado MT Regional. Este programa passou a ser um dos instrumentos da política de desenvolvimento regional, implantado pelo Governo visando alcançar o objetivo estratégico de promover o desenvolvimento sustentável da economia mato-grossense, fortalecendo a competitividade, a diversificação e a participação nos mercados nacional e internacional, com base nas potencialidades regionais.

Em geral, a regionalização estadual não se articula com programas das demais esferas de Governo e nem com programas dos próprios órgãos estaduais, pois a forma como o planejamento das ações regionais é elaborado aumenta as desigualdades intra-regionais, ou seja, os programas contidos no PPA, quando regionalizados, não apresentam com clareza que territórios serão contemplados, somente indicam a região a ser beneficiada pelos projetos. Com isso, acabam promovendo a desigualdade intra-regional, uma vez que a execução das políticas promove uma concentração nos municípios-pólos, por exercerem maiores forças políticas e econômicas locais.

Considera-se que uma política regional de desenvolvimento é parte de uma política pública que tem como objetivo reduzir as desigualdades inter e intra-regionais, cujo foco são os desequilíbrios espaciais. Nesta pesquisa foi possível observar a ausência do caráter local/territorial nas ações implementadas pelo Estado de Mato Grosso para os municípios da Região do Rio Cuiabá.

¹³ Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso denominado MT+20.

Além disso, tais iniciativas têm pouca efetividade, pois os planos e as prioridades orçamentárias não têm garantia de execução, conforme mostra o Relatório da Avaliação Governamental – RAG. Este relatório fornece a avaliação dos programas e das ações governamentais aprovadas no PPA 2003-07, por meio de dois indicadores: o índice de planejamento e programação da despesa – PPD; e o índice de capacidade operacional financeira da despesa – COFD. O primeiro permite avaliar a eficiência das previsões iniciais e finais dos órgãos ou entidades do Governo, e o segundo permite avaliar a capacidade de execução dos recursos, ou seja, avalia a eficiência da gestão de cada órgão ou entidade de Governo (MATO GROSSO, 2006).

Esses indicadores não fornecem informações quanto à qualidade dos gastos públicos, porém o RAG contém essas informações oferecidas pelo órgão beneficiado, quando fazem a avaliação de suas ações. Assim, neste estudo, diante do conjunto de itens compreendidos pelos moradores pesquisados como essenciais para viver bem (Tabela 22), centrou-se a atenção nas políticas voltadas para o atendimento dessas necessidades (saúde, educação, emprego e renda).

A despeito disso, o RAG possibilitou a análise das ações voltadas para a resolução dos problemas da Região em estudo. Todos os programas e ações determinados no PPA 2003-07 de interesse desta pesquisa, relacionados aos setores da saúde, educação e geração de emprego e renda e avaliados pelos indicadores PPD e COFD, permitiram concluir objetivamente que o desempenho dos órgãos ou entidades governamentais foi altamente deficiente tanto para a capacidade de fazer as previsões dos gastos quanto para a execução dos recursos destinados ao atendimento das expectativas dos mato-grossenses que vivem na Região do Rio Cuiabá, conforme aprovados no PPA.

Esses programas e ações obtiveram melhores resultados apenas no índice que mede a capacidade de execução dos recursos (COFD). Esse indicador mostra que o órgão responsável pela política de educação atingiu ótimo desempenho em apenas uma ação direcionada para os municípios da Região do Rio Cuiabá, em outras alcançou um desempenho regular e deficiente. O setor de saúde obteve bom desempenho em apenas uma ação. Quanto à política de emprego e renda, considerada muito acanhada diante das expectativas dos moradores entrevistados, sua execução financeira foi avaliada como deficiente por parte do gestor responsável.

Como já foi abordado acima, estes indicadores não permitem avaliar a qualidade do gasto público, porém o RAG fornece, em outros campos, informações dos órgãos quanto à qualidade dos gastos. Com base nas informações dos órgãos, foi possível concluir que nenhuma das ações que visavam à construção e conservação dos estabelecimentos de saúde foi realizada nos quatro

municípios pesquisados. Para esta região, apenas os estabelecimentos da Capital foram atendidos com obras de conservação.

Outro ponto observado foi o contingenciamento dos recursos para o programa de investimentos na saúde, o qual afetou principalmente as obras de construção e conservação dos estabelecimentos. Como exemplo, as obras de médio porte previstas ficaram comprometidas, podendo ser realizadas somente as de pequeno porte, como a manutenção de telhados, a adequação da rede elétrica e pintura, entre outras. A construção de novos estabelecimentos, de acordo com o relatório de 2006, não foi realizada na Região do Rio Cuiabá.

Na análise da execução das ações para a área da educação, percebeu-se que, além do contingenciamento dos recursos, houve também anulação de parte das dotações orçamentárias previstas para a realização das ações de expansão e melhoria nas unidades escolares existentes. A continuidade desse procedimento foi o remanejamento para outras regiões do Estado devido às redefinições das prioridades anteriormente estabelecidas. Assim somente uma unidade em Cuiabá e outra em Rosário Oeste foram financiadas.

Quantos às unidades escolares do Ensino Médio, foram beneficiados dois municípios pesquisados (Barão de Melgaço e Jangada) com obras de reforma e ampliação. A maior parte dos recursos destinados à construção de novas unidades escolares foi remanejada para atendimento de outras regiões, executando-se apenas as obras iniciadas no interior do município de Jangada.

Diante da análise feita com base nas informações contidas no RAG, pode se perceber que os recursos previstos para as ações nesta Região são contingenciados ou anulados em suas dotações orçamentárias iniciais para serem alocados (remanejados) em ações destinadas para outras regiões do Estado. Como consequência disso, tem-se a baixa capacidade do Governo em transformar a estrutura dos municípios pesquisados.

Tal fato decorre, segundo O'Connor (1977), da natureza contraditória do Estado capitalista que, ao desempenhar suas funções básicas como promover a acumulação lucrativa do capital e criar e manter a harmonia social, não pode beneficiar apenas um grupo social, senão não se legitima enquanto Estado. Nesse sentido, as despesas estatais estão carregadas de diferentes propósitos. Assim, ao construir uma estrada, está criando uma estrutura para a acumulação de capital e realizando também uma obra social, atendendo, portanto, a mais de um propósito.

Conseqüentemente, ao executar uma ação para manutenção da harmonia social, como um projeto na área de educação e saúde, entre outros, também está realizando uma despesa social e, assim, legitimando seu papel. Então, no caso, a construção de uma estrada que vai ser utilizada para escoamento da produção do Estado e também para melhorar as condições de mobilidade dos

moradores de uma determinada região explica uma despesa social. Esta despesa se justifica nos orçamentos estatais como de caráter social, quando se usa este argumento para, além de promover melhores condições de competitividade do capital, criar oportunidades de emprego e renda bem como promover a mobilidade de trabalhadores da Região.

Todas as ações para a Região do Rio Cuiabá são desviadas. Seja exemplo a construção de uma escola. A ação, que era para construir uma escola nesta Região, é anulada e a dotação orçamentária é remanejada para outra região. Por que é possível fazer isso? Devido ao propósito dual das ações. Se o órgão pedir para construir uma escola aqui, esse gasto com educação ou com infra-estrutura (de transportes), que retrata bem essa dualidade, pode criar condições para a acumulação de capital como justificativa de promoção da estabilidade da paz social.

Portanto essa ambigüidade permite a realização de despesa social com educação ou com estrada ou saúde numa região que visa à acumulação de capital e não a legitimação do Estado, porém ela não perde sua função social. Com isso fica fácil para o Governo mudar a destinação de suas ações. Assim pode-se compreender por que o município de Barão de Melgaço não tem estrada pavimentada até hoje; talvez a explicação esteja no poder de acumulação daquela região que é menor do que de outras regiões do Estado.

Diante disso, o estabelecimento de prioridades para outras regiões que têm mais capacidade de acumulação do que os municípios pesquisados (como, por exemplo, a região Médio Norte do Estado) é justificado pela realização de um gasto social, mesmo com o objetivo de criar condições para a acumulação lucrativa do capital, porque quando se constrói uma estrada diminuem-se os custos e se aumenta a competitividade.

Esse caráter dual do Estado capitalista o leva a criar medidas para a defesa do capital, como afirma O'Connor (1977). Mas, quando se envolve no processo de acumulação, mistifica as ações da política, ou seja, estabelece como medidas aquilo que não pretende fazer. Isto é, todas as ações prevêm inclusão social e melhoria da qualidade de vida das pessoas, quando o objetivo de fato é o crescimento econômico. Apesar de tudo isso, o Estado não tem como não se envolver nesse processo, mas também não pode deixar de legitimar seu papel.

Nas análises da política para esta região, percebe-se que há mudanças espaciais das prioridades, ou seja, num primeiro momento não se muda a natureza do gasto, e sim destina-o para outra região do Estado. Dessa maneira, cabe frisar que muitas vezes as prioridades são redirecionadas para as regiões onde o processo de acumulação de capital é mais dinâmico do que aquele que ocorre na maioria dos municípios da Região do Rio Cuiabá. A título de exemplo tem-se o remanejamento das ações de educação previstas para a Região em estudo para atender às

demandas em outras regiões. Porém, quando observadas as execuções nas outras regiões, é possível constatar que também não foram beneficiadas, o que permite considerar que houve mudança também na natureza do gasto.

Outra questão a ser considerada e que contribui para a facilitação nas alterações de objetivos diz respeito à regionalização das ações. Não se tem uma definição clara de regionalização das ações contidas nos instrumentos de planejamento (PPA, LDO, LOA). Neles, a regionalização está expressa da seguinte forma: propõe-se construir escolas na Região do Rio Cuiabá, mas não se esclarece em quais municípios serão construídas essas unidades escolares.

Diante disso, a criação de condições para remanejamentos necessários para a associação de forças políticas regionais, quando se utilizam esses mecanismos para modificar o que foi proposto inicialmente, explicita uma dissimulação da política, o que significa que o Governo prioriza algo que não será tratado como prioridade.

Quando isso ocorre, grupos sociais ou regionais ficam sem ação de políticas públicas, considerando que essa mudança não é compensada por outras medidas. Assim, como pode o Estado buscar legitimidade diante dessa situação? Cria-se um paradoxo: sem a presença do Estado, como é possível legitimar a Região do Rio Cuiabá que não foi atendida, em função dos remanejamentos dos recursos? Pode-se dizer que o Estado não está presente nesta região, deixando aos grupos políticos um discurso de presença ou abandono.

Assim a política do Governo cria disparidades regionais. Mas o atual Governo, ao trazer para o poder estatal a ideologia da iniciativa privada, traz também um forte viés para destinação de ações voltadas a criar e manter a acumulação de riqueza. Assim se legitima junto às classes menos favorecidas com ações dúbias criando como prioridade de Governo melhorar a infraestrutura de transportes. Por outro lado, constrói estradas que visam atender tanto aos aspectos relativos ao capital social quanto aos aspectos relativos às despesas sociais¹⁴.

¹⁴ Isto pode ser constatado nos seguintes documentos: no discurso proferido pelo Governador Blairo Borges Maggi, no ato de sua posse, em 1º/01/2003: [...] as pessoas me perguntavam: como é que o senhor se sente sendo governador do Estado? Eu me sinto da mesma forma que me sentia ontem e anteontem. E me sentirei amanhã da mesma forma. Uma pessoa simples, a exemplo da mobilidade social que este país apresenta ainda a seus cidadãos. Porque, há mais de meio século, meu pai e minha mãe começaram suas vidas como bóias-frias, duas pessoas que não tinham onde morar, não tinham o que fazer. Mas com a audácia, com a coragem, com a determinação, buscaram seu espaço, conseguiram construir um patrimônio.[...] E, hoje, estou aqui, assumindo o cargo de governador do Estado, vindo de uma família humilde e pobre, mas que soube aproveitar as oportunidades que a vida deu. E mais, fez acontecer, procurar e sempre andar na frente do seu tempo. É este pensamento que quero levar para o governo do Estado. Portanto vocês verão, nesses próximos quatro anos, um governador que, como eu, tenho o costume de dizer não gosta de rodear o toco. As decisões têm que ser rápidas, têm que ser eficientes para que todo o povo de Mato Grosso se beneficie do novo modelo que queremos fazer na política do Estado (MATO GROSSO, 2003).

- Na mensagem encaminhada aos deputados, para a abertura da sessão solene de instalação da 15ª. Legislatura da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, no dia 17/02/2003, o governador destaca: “Governar é, talvez, o mais difícil

Este estudo propõe uma reflexão sobre a política de desenvolvimento para a Região do Rio Cuiabá, sem a pretensão de elaborar uma política para ela, e sim contribuir em linhas gerais com sugestões para a intervenção regional. As políticas regionais na atualidade são discutidas dentro da Nova Geografia Econômica. A NGE é uma “[...] abordagem da economia regional que privilegia a utilização de modelos de escolha racional aplicados ao espaço” e tem como principais expoentes Krugman, Fujita e Venables (RUIZ, 2006). Do ponto de vista destes autores, as teorias tradicionais que balizam a economia regional e urbana apresentam limitações sérias. Sejam exemplo as teorias sobre hierarquias urbanas de Christaller e Losch que não apresentam explicação plausível sobre as forças que levam à aglomeração espacial, e o modelo de Thunen que explica a concentração da produção industrial em um único centro urbano, mas não esclarece as relações entre este centro e outras da rede urbana (RUIZ, 2006, p. 143).

Para Fujita, Krugman, e Venables (2002), nenhum dos modelos tradicionais da economia regional e suas recentes interpretações são totalmente completos para explicar como as empresas, trabalhadores e consumidores se dispersam e se organizam no espaço. Assim, visando preencher a lacuna deixada pelos modelo acima, a NGE propõe apresentar um modelo geral da economia no espaço.

Diante desse propósito, os principais teóricos da NGE reelaboram a economia regional. Para isto, tomam como referência o modelo de Dixit-Stiglitz de concorrência monopolista, o qual “[...] permite tratar dos problemas da estrutura de mercado proposto pela suposição de que existem retornos crescentes, ao nível da empresa individual”. A partir desse modelo, Fujita, Krugman e Venables (2002) desenvolve o modelo centro-periferia, seu primeiro modelo de geografia econômica. O propósito deste ultimo é mostrar “[...] como a interação entre o retorno crescente no nível da empresa, os custos de transportes e a mobilidade de fatores podem fazer

exercício. A experiência adquirida no setor privado não desconhece a consciência das especificidades e complexidades próprias do Estado. Ao contrário, torna claro que a racionalidade do setor público tem por finalidade promover o bem-estar e a felicidade das pessoas, de forma difusa, subjetiva muitas vezes. A racionalidade do setor privado é mais objetiva e direta: o lucro. E, portanto, guarda em si menos variáveis [...]. Todo crescimento econômico, que tem apresentado com os investimentos do setor privado no incremento e ampliação do agronegócios, aponta para a necessidade de consolidar um Estado mais eficiente e melhorar as condições de apoiar o produtor, o pequeno, o médio e o grande empresário, ao mesmo tempo em que cria condições de reverter o bônus econômico em favor de políticas que alterem a situação de abandono em que se encontram várias regiões do Estado, caracterizando um quadro de extrema desigualdade regional, além da pobreza a que grande parcela da população está submetida [...].”

E na matéria da Secom publicada em 20/01/2003 (MATO GROSSO, 2003), confirma o otimismo da época quanto às mudanças no modelo de política do Governo: “[...] os produtores rurais da região de Nova Mutum (250 km ao Norte de Cuiabá) apostam na valorização do segmento tanto por parte do governo do Estado como do Federal.[...] Principalmente porque no governo do Estado assumiu Blairo Maggi (PPS), o maior produtor individual de soja do mundo, e a Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários tem como titular o produtor rural Homero Pereira, que também é vice-presidente da Famato (Federação da Agricultura de Mato Grosso) [...]”.

uma estrutura espacial econômica surgir e modificar” (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002, p. 77).

Desse modo, procura-se apresentar diretrizes para diminuição das desigualdades regionais, melhorias nos serviços públicos de educação, saúde e geração de emprego, com o objetivo de enfrentar os principais problemas apresentados pelos moradores nos municípios pesquisados visando à promoção do desenvolvimento da região em estudo.

Ao propor uma discussão sobre políticas de desenvolvimento regional, a maioria das propostas tem como peça-chave o sistema de transportes, tema apontado como relevante também para a população dos municípios da Região do Rio Cuiabá, principalmente para os moradores de Barão de Melgaço que é o único entre os municípios pesquisados que não tem via de acesso pavimentada. Na opinião de uma melgacense:

Pras pessoas causaria satisfação, porque trazeria mais produto que pra cá chega, a gente tem muito dificuldade com verdura [...]. Então com o asfalto, tudo é mais rápido, tudo é mais fácil, e teve muito problema de estrada estragada aí, as pessoa sempre reclama que gasta muito na estrada, com frete, então acho que asfaltamento ajudaria (Entrevistado 7, 14 dez. 2007).

Para esse moradores, a falta de via asfaltada eleva os custos de transporte e encarece o preço dos produtos comercializados na cidade. Para os pequenos produtos rurais inviabiliza a comercialização fora do município isolando-os dos demais mercados. De fato, para a NGE, um sistema de transporte mais eficiente ajuda a integração regional, mas não necessariamente estimula o desenvolvimento. De acordo com esse argumento, a redução nos custos de transportes pode aumentar as disparidades regionais e levar as regiões a retrocessos econômicos (RUIZ, 2006, p. 152).

Para a NGE, o efeito custo de transporte é dúbio. Esse argumento é similar ao da proteção da indústria nascente, ou seja, para quem defende a idéia de que para uma indústria se desenvolver há necessidade de proteção por um certo período de tempo até que ela adquira a capacidade competitiva¹⁵. Ao levar esse argumento para o sistema de transportes, tem-se o entendimento de que, na fase de maturação da indústria, a integração poderia simplesmente inviabilizar o desenvolvimento local. Devido ao efeito ambíguo dos custos de transportes, a integração de uma região semi-industrializada a um centro industrializado, por meio de uma redução nos custos de transporte, pode ter efeitos positivos e negativos. Ressaltando que a estrada é uma via de mão dupla, a redução nos custos provocaria um aumento da competitividade das

¹⁵ Cf. LIST, 1988.

firmas locais com os mercados centrais, o que estimularia o desenvolvimento regional. Por outro lado, o efeito negativo estaria relacionado ao aumento da competitividade das firmas do centro industrial no mercado local.

De acordo com Ruiz (2006), esses efeitos, quando somados, raramente se anulam. O autor explica que, se a região periférica tem uma indústria local ofertando produtos diferenciados, o acesso a mercados centrais pode significar um estímulo ao crescimento regional. Porém, se a produção local for similar ao centro, é possível que a integração leve a uma desindustrialização com perda de emprego e renda. Assim, sugere como proposta de política regional um sistema de transportes que integre inicialmente regiões onde os processos produtivos sejam complementares e não substitutos, ou promover a integração depois do período de maturação das indústrias nascentes locais, quando elas já tiverem condições de concorrer com as indústrias em pólos mais avançados.

Para ilustrar essas conseqüências, existem estudos como os de Pereira (2007)¹⁶ afirmando que a ocorrência do grau de integração devido à construção das BRs 163, 262, 267, 070 e 364 aumentou significativamente. E constata ainda que :

[...] enquanto a porção Sul mantinha acentuada complementaridade com a economia paulista, na região Norte, a intensidade dessa relação era menos significativa, mais pulverizada e, em alguns casos, indireta, dado que outros pólos menos dinâmicos e complementares à economia de São Paulo, como, por exemplo, Goiânia, afetavam nitidamente as economias situadas no Centro-Leste do Estado (Barra do Garças). Ademais, por intermédio do Triângulo Mineiro, que absorve, ainda que indiretamente, o dinamismo do epicentro da economia brasileira, a economia paulista exerceu forte influência sobre os demais Municípios da porção Norte, definindo-os como economias; em especial, recorda-se, a de Rondonópolis (PEREIRA, 2007, p. 21).

Sobre esse aspecto, cabe frisar a importância de se considerar a formulação de políticas para a região em estudo, uma vez que nela se concentra o pólo industrial do Estado. Todavia, intra-regionalmente, o setor industrial é pouco diversificado, pois as poucas indústrias instaladas tendem mais para a produção de produtos similares, em geral, alimentos.

A Nova Geografia Econômica estabelece interessantes conexões entre diferentes sistemas de transportes e seu efeitos sobre o crescimento econômico e desigualdades regionais. Para Martin (1999) e Martin e Rogers (1995 *apud* RUIZ, 2006), “[...] existem dois sistemas de

¹⁶ O autor considerou como resultado dos eixos viários as transformações econômicas ocorridas nos núcleos urbanos que experimentaram maior dinamismo econômico no final da década de 60. Portanto como nessa época o Estado ainda não havia sido dividido, estavam definidos como pólos da porção Norte os núcleos urbanos de Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres e, na porção Sul, as cidades de Campo Grande, Dourados e Corumbá.

transportes: um sistema intra-regional (conectado a mercados de uma determinada região) e outro inter-regional (conectado a várias regiões)”.

Assim, se a política regional valorizar o sistema de transportes intra-regional, vai poder avaliar se haveria concentração de firmas nos centros intra-regionais que usufruiriam dos acessos aos mercados intra-regionais. Caso contrário, se priorizar o sistema inter-regional, também estimularia a concentração inter-regional e, neste caso, as diferenças regionais se ampliariam. Em visita disso, os autores concluem que as políticas intra-regionais estimulariam o surgimento de economias mais simétricas, mas poderiam reduzir as taxas de crescimento econômico em escala nacional. Por outro lado, voltar as políticas para o sistema inter-regional promoveria o aumento das taxas de crescimento da economia e criaria estruturas regionais mais assimétricas. A escolha entre os dois sistemas dependerá das decisões dos Governos sobre que objetivos quer atingir, se o do crescimento econômico com desigualdades regionais ou equidades regionais e diminuição do crescimento econômico nacional.

Os *trade-offs* (o ponto de escolha) entre os dois tipos de sistemas de transportes e o crescimento agregado, para Puga (2002) e Martin (1977; 2002 *apud* RUIZ, 2006), só existem se os “[...] transbordamentos tecnológicos forem locais e/ou se existirem elevadas barreiras à difusão regional de tecnologia”. Diante dos efeitos dos conflitos gerados por essa ponderação, os autores remetem a atenção para as questões da educação como política regional.

Entendem que esse conflitos podem ser minimizados com a ampliação dos mecanismos nacionais de difusão tecnológica. Com isso as políticas regionais teriam como finalidade estimular a descentralização de núcleos de pesquisa e desenvolvimento, por meio da criação de parques tecnológicos e universidades e implementação de políticas de qualificação de mão-de-obra. Sugerem ainda que tais medidas venham acompanhadas por uma seleção de centros intra-regionais onde se concentrariam os núcleos tecnológicos, garantindo assim um ambiente econômico minimamente diversificado.

Mesmo colocando a educação como política regional, numa escala nacional, as propostas poderiam ser adequadas para a região em estudo, diante das observações empíricas e da análise das ações contidas nos instrumentos de planejamento e gestão do Estados – RAG que apontaram as necessidades da população quanto à oferta dos ensinamentos tecnológicos e de nível superior nos municípios pesquisados. Segundo Puga (2002) e Martin (2002 *apud* RUIZ, 2006, p. 156), “[...] políticas que promovem uma convergência de capacitação tecnológica local são mais apropriadas que as de transportes e tenderiam a ser uma inquestionável força descentralizadora”.

Outro problema evidenciado, de acordo com a pesquisa, foi a necessidade de criar oportunidades de emprego e renda nos municípios vizinhos à Capital. Sobre políticas de emprego regionais, Overman e Puga (2002 *apud* RUIZ, 2006, p. 156), ao analisarem os bolsões de desemprego regional na Europa, apresentaram três políticas regionais que podem ser aplicadas no Brasil. A primeira política relaciona-se à capacitação técnica e à qualificação da mão-de-obra nos bolsões de desemprego. Nestes casos, sugere-se que políticas de capacitação especiais, com ênfase na educação básica, devem ser direcionadas para as regiões mais carentes de educação.

Situação parecida estava bastante presente nos municípios pesquisados, onde foi possível observar *in loco* a pouca capacidade técnica nos processos produtivos, quando ainda produzem bens utilizando técnicas de produção bastante rudimentares (por exemplo, a utilização de fogões feitos no meio do quintal a céu aberto para fabricação de rapaduras nas propriedades da região, além da baixa produtividade da terra) e baixa qualificação da mão-de-obra local, uma vez que, como alguns relatos indicavam, há dificuldade de encontrar trabalhadores qualificados para desempenharem atividades básicas no comércio local. Outro exemplo está na atividade garimpeira do município de Poconé, que passou a utilizar melhores técnicas de exploração do ouro, excluindo muitos trabalhadores locais por não possuírem qualificação adequada.

A segunda proposta apresentada pelo autores diz respeito à coordenação e escala dessas políticas regionais. Essas políticas têm que ter escala regional, ou seja, não podem ter limites estaduais ou municipais. Tais políticas estadualizadas ou municipalizadas, como ocorre hoje no Brasil e, conseqüentemente, em Mato Grosso e na região pesquisada, levam à dispersão espacial dos recursos, além de possíveis falhas na gestão, fato que também foi apontado no RAG.

Além disso, afirmam que pode ocorrer o efeito de “exportar custos de treinamento”. Isso ocorreria no momento em que os municípios optassem por não implementar políticas de qualificação próprias utilizando estruturas de municípios vizinhos. O “efeito carona”, como denominaram os autores, pode ser sentido por meio dos relatos dos moradores desta região sobre as políticas de saúde, por exemplo.

A terceira proposta refere-se à questão do emprego regional, para a qual os autores relacionam as definições de políticas salariais regionais. Esta proposta leva em consideração as disparidades nos mercados de trabalho regionais, uma realidade desta Região, comparando os municípios do entorno com os do aglomerado urbano de Cuiabá e Várzea Grande. Assim a proposta de políticas salariais regionais são tidas como mais atrativas a investimentos. Entretanto sofre fortes restrições políticas, o que pode levar os governos locais a aplicarem políticas de subsídios ou isenção de impostos e contribuições sociais.

No tocante ao emprego, os moradores enfatizam a necessidade do município atrair indústrias. Quanto a isso, Fujita, Krugman, e Venables (2002) esclarecem que, do ponto de vista da economia regional, a principal questão é saber que indústrias são mais propensas a migrar dos centros industriais para as regiões periféricas. Para eles, isso depende da combinação de vários fatores, tais como o grau de diferenciação de produtos, custos de transportes, custos fixos, grau de integração vertical e tamanho do mercado local.

Assim políticas de desenvolvimento regional teriam que levar em consideração que existem indústrias mais sensíveis à realocação e aquelas pouco sensíveis. As do primeiro tipo seriam aquelas que combinam os seguintes fatores: produtos homogêneos; custos de transportes elevados; baixos custos fixos; demanda de poucos insumos (baixo grau de integração industrial. É característica dessas indústrias atender ao mercado regional, exportando pouco e se instalando em pequenos mercados locais. Nestes casos seriam sensíveis às políticas de desenvolvimento regional.

Para as indústrias pouco sensíveis à realocação, ou seja, aquelas que produzem bens diferenciados, teriam baixos custos de transporte, elevadas economias de escala, demandariam grande variedade de insumos e teriam como preferência os mercados nacional e internacional. Essas indústrias não dependeriam da escala dos mercados locais e requereriam uma eficiente e complexa infra-estrutura de transporte, comunicação e abastecimento, além de uma rede de empresas ofertando insumos intermediários e serviços de apoio. Caso o objetivo da política regional fosse a atração desse tipo de indústria, tornar-se-ia dispendiosa para a região não-industrializada.

Sobre esse aspecto, considerando que usualmente nas regiões periféricas há elevadas restrições financeiras, a política de desenvolvimento regional deveria ter como foco as “indústrias leves” e, paulatinamente, promover a migração para “indústrias pesadas”. Essa política é denominada por Fujita, Krugman e Venables (2002) como “industrialização regional progressiva”. Esse é um ponto relevante para se pensar uma política de desenvolvimento para a Região do Rio Cuiabá.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que nortearam este estudo mostraram que a economia do Estado vem apresentando crescimento significativo nos últimos anos com taxas de crescimento do PIB bem acima da média do país. Das doze regiões do Estado, nove registraram crescimento econômico acima da média estadual (7,95%), e apenas as regiões Leste (6,55%), Norte (5,94%) e Sul ou Região do Rio Cuiabá (4,38%) estiveram abaixo do crescimento médio do Estado.

A taxa média de crescimento registrada pela Região em estudo, considerando inclusive o produto da Capital e Várzea Grande, foi a menor entre as registradas no Estado. Se se considerar a Região sem os municípios de Cuiabá e Várzea Grande, a taxa média de crescimento do PIB regional cai para 3,31%.

A evolução dos índices de pobreza e indigência, o índice de Gini, e a taxa média de crescimento da renda per capita mostraram também a distribuição desigual da riqueza gerada no Estado. Essa desigualdade econômica é evidente entre os municípios da Região objeto deste estudo. Enquanto os municípios de Cuiabá e Várzea Grande têm respectivamente o primeiro e o segundo maior PIB do Estado, os municípios pesquisados estão entre o 51º. e o 107º. lugar no ranking estadual. O VAB por setor econômico mostra a predominância da atividade rural para a maioria dos municípios da Região e uma maior concentração nos setores da indústria e de serviços para Cuiabá e Várzea Grande.

A variação do índice de Gini, entre os dois últimos censos, o qual indica o grau de concentração de renda, confirmou o crescimento da concentração de renda em todas as regiões do Estado. Isso levou ao agravamento das situações de indigência e pobreza em Mato Grosso, houve deslocamento entre municípios, concentrando-se naqueles onde se observavam os níveis mais elevados de pobreza. Cabe ressaltar que a Região em estudo é o espaço onde estão localizados os municípios mais pobres do Estado, razão pela qual ela foi escolhida como objeto desta pesquisa.

Tendo em vista esse contexto, buscou-se estudar o problema do desenvolvimento nos municípios situados à margem do Rio Cuiabá. A intenção foi investigar os contrastes desta Região por meio das percepções dos moradores em relação ao desenvolvimento. A idéia era de que o atraso vivenciado nos municípios desta região pudesse ser explicado pela provável divergência entre o conhecimento empírico e as teorias do desenvolvimento.

As evidências de que na Região do Rio Cuiabá está concentrada grande parte da riqueza gerada no Estado e, ao mesmo tempo, tem também os piores índices de desigualdade econômica e social fizeram despertar a imaginação daqueles que sempre sonharam em estudar as peculiaridades deste espaço social.

Desde o início deste estudo, procurou-se conhecer a percepção dos moradores sobre o desenvolvimento tido sempre como objetivo a ser alcançado, uma vez que se partiu da idéia de que uma explicação para o mau desenvolvimento ou subdesenvolvimento da região estaria exposta nas possíveis contradições entre as teorias de desenvolvimento e as percepções dos moradores acerca do desenvolvimento.

O resultado da pesquisa, quanto ao perfil socioeconômico dos moradores, confirmou os dados censitários. Esses dados indicaram que, na maioria dos municípios, havia níveis muito baixos de escolaridade e renda. Neles, alguns entrevistados disseram saber apenas escrever o nome e ter como fonte principal de renda as aposentadorias.

A maioria dos domicílios visitados nos quatro municípios pesquisados apresentou resultados bem semelhantes. Grande parcela das pessoas entrevistadas está constituída por pessoas naturais da região que não conhecem qualquer lugar além da sua vila. Tem uma renda mínima adquirida no seu ambiente rural – agricultura familiar, ou urbano – pequena venda, ou vivem da aposentadoria. No ambiente urbano é comum ver pessoas reunidas em grupos nas praças, ruas e nos quintais das casas, procedimento bastante comum em todas as cidades visitadas, motivado talvez pelas festas de final de ano ou devido à falta de emprego, conforme relatado anteriormente.

Ao comparar os municípios de Barão de Melgaço e de Poconé, ambos situados na planície pantaneira, foi possível perceber que em Barão de Melgaço os moradores residem em pequenas propriedades ao longo das margens do Rio Cuiabá e têm como atividade principal a pesca. Em Poconé ocorre um maior número de grandes fazendas de gado.

Jangada e Acorizal, dois municípios situados rio acima, não apresentam dependência do Rio, como os outros dois municípios. Em Jangada, os moradores da cidade dependem das atividades do comércio (especialmente da venda de pastéis na beira da BR 163) e do curtume instalado no município. Na zona rural também se constatou a presença de muitas propriedades de pequeno porte. No município de Acorizal, as comunidades rurais estão constituídas por pequenas propriedades, porém em loteamentos com “características urbanas”.

A hipótese de contradição entre as percepções dos moradores nos municípios situados na margens do Rio Cuiabá e as concepções teóricas sobre o desenvolvimento remete à convergência.

No entanto as principais idéias sobre desenvolvimento que nortearam este estudo, mostradas através de autores consagrados, procuram estabelecer seus marcos com a melhoria das condições de vida que as pessoas levam. A partir disso, ficou claro que o desenvolvimento deve ser compreendido num sentido amplo, no qual se possa entender suas dimensões política, econômica, social e ambiental.

Assim a compreensão de desenvolvimento, quando da formulação das questões, indicava que havia a necessidade de investigar entre os pesquisados o que era “viver bem”. Este termo foi usado levando-se em conta que os entrevistados seriam escolhidos aleatoriamente, havendo possibilidade de estar entre eles pessoas com pouco conhecimento intelectual, o que foi confirmado diante do perfil dos moradores discutidos no item anterior.

Desse modo, a preocupação foi tornar mais acessível e passível de entendimento a linguagem adotada. Isso possibilitou um melhor entendimento dos moradores quanto à sua percepção sobre desenvolvimento. Conforme os princípios teóricos e os depoimentos evidenciaram, existem grandes necessidades econômicas e demandas sociais básicas que podem ser consideradas condições essenciais para a promoção de melhores condições de vida daquela população.

A resposta dada pelos moradores pesquisados sobre “o que é viver bem” apresentou aspectos objetivos e subjetivos em todos os municípios pesquisados. Os aspectos objetivos dizem respeito às condições básicas para o atendimento de suas necessidades elementares. Nos quatro municípios os entrevistados entenderam que “viver bem” está condicionado ao “estar com saúde”, uma vez que “tendo saúde” o indivíduo pode conquistar aquilo que necessita para o seu bem-estar: um lugar para abrigar a família. A moradia foi considerada tão importante que, para alguns, bastaria “a casa sem nenhum conforto”, para outros, todavia, o bem-estar só seria alcançado “se a casa fosse confortável”.

Encontraram-se, entre as pessoas pesquisadas, aquelas que se contentariam com o atendimento de necessidades elementares como comer, beber e vestir-se bem. Algumas associaram a condição de bem-estar à necessidade de se ter um trabalho ou emprego, ter um salário digno ou ganhar dinheiro para sustentar a família.

Aspectos subjetivos também podem ser observados nas respostas dos entrevistados quando declararam que para viver bem era preciso ter paz, amor, harmonia, amizade, união com a família e com a comunidade, comodidade, descanso, tranquilidade, educação de qualidade, ter liberdade completa, ter fé em Deus, governar melhor, segurança, ter lazer, saneamento básico. Entende-se que alguns elementos foram apontados devido ao fato de a pesquisa ter sido realizada

no período natalino, momento que desperta nas pessoas os sentimentos de caridade, união, harmonia, entre outros.

Assim o estudo revelou que os entraves ao desenvolvimento dessa Região não estão nas contradições entre as percepções dos moradores e as concepções teóricas, uma vez que, na simplicidade do discurso dos moradores, constatou-se a presença de elementos básicos para a promoção da melhoria da condição de vida da população, elementos estes considerados essenciais pelos mais renomados autores que deram suporte teórico ao estudo.

A região metropolitana de Cuiabá - Várzea Grande exerce uma forte polarização em relação aos serviços urbanos, conforme foi identificado em algumas falas dos entrevistados. Em decorrência disso, acontece a dependência dos municípios em relação à Capital e seus vizinhos. Os principais serviços urbanos ao qual se está referindo são principalmente a educação, nos seus níveis mais elevados; a saúde, nos tratamentos de maiores complexidades; o emprego, em função da crescente industrialização daqueles pólos.

A questão derradeira refere-se aos aspectos políticos que envolvem a aplicação de recursos nas Políticas Públicas. Entende-se que o sistema vigente exige posições que contemplem ações executivas que visem atender a objetivos ambíguos. Todavia esse entendimento não é perceptível pela população residente que considera paradoxal tal comportamento. Assim cria-se um anacronismo entre as demandas da população e as políticas voltadas para a região, só rompido quando o grande capital necessita de apoio apresentado como o ciclo vicioso da pobreza.

O rompimento desse processo cíclico só é possível quando houver planejamento regional conseqüente, com planos de longo prazo, voltados para o atendimento dos anseios e vocações naturais da região. Essa sociedade, como um todo, não está contemplada com os benefícios gerados pela acumulação histórica ou pela riqueza criada recentemente. Só lhes resta o Estado criar políticas públicas, cujas ações possam propiciar crescimento econômico com desenvolvimento, como aquele que foi discutido ao longo deste estudo.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, n. 14, dez. 1996.

ANDRADE, Manoel Correia. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 4. ed. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BEDUSCHI FILHO, Luiz C.; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. *In*: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41., 2003, Juiz de Fora, **Anais...** Juiz de Fora: SOBER, 2003.

BENTHAM, Jeremy. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção os Pensadores).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINHO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: UnB, 1998. vol.1.

BOISIER, Sérgio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. *In*: HADDAD, Paulo R. (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

BORGES, Fernando Tadeu de M. **Do extrativismo à pecuária**: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930). Cuiabá: Genus, 1991.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Estudo Propositivo – Território da Baixada Cuiabana**. Brasília, 2005. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. ACESSO em 27 mai. 2008

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CAMARGO, Lígia. **Caracterização e mapeamento dos ambientes e aspectos cênicos naturais da região de planejamento VI do Estado de Mato Grosso**: uma contribuição para o turismo regional. 2007. 312. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

CHOLLEY, A. **La géographie guide de l'étudiant**. *In*: ANDRADE, Manoel Correia. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**. 4. ed.. São Paulo: Grijalbo, 1977

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL. **Estudo econômico da América Latina**. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COCHRAN, Willian G. **Técnicas de muestreo**. México: Continental, 1977.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

DINIZ, Célio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR; FACE; UFMG, 2001. (Texto para discussão n. 159).

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

FERREIRA, Carlos Mauricio de C. Espaço, regiões e economia regional. *In*: HADDAD, Paulo R. (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

FERREIRA, Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Buriti, 2001.

FUJITA, Masahisa.; KRUGMAN, Paul.; VENABLES, Anthony J. **Economia Espacial: Urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. São Paulo: Futura, 2002.

FURTADO Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HIRSCHMAN, Albert O. Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento reconsiderada. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, abr. 1983.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Pecuária Municipal 1997-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal 1997-2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem da população, 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em<<http://www.ipea.gov.br/>>. ACESSO em 21 abr. 2008.

KAYSER, B. **Tipologia dos espaços geográficos no mundo subdesenvolvido**. In: ANDRADE, Manoel Correia. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**. 4. ed.. São Paulo: Grijalbo, 1977.

LISBOA, Josefa B. O discurso do desenvolvimento do/no capitalismo: a propósito da tese marxista. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 6, n. 10, jul. 2004.

LIST, Georg Friederich. Sistema Nacional de Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTA, José M. C. Alguns comentários à margem de um artigo relativo à distribuição espacial do Centro-Oeste na questão do milho e do arroz. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, ano 7, v. 12, n. 1 e 2, 2005.

MARTIN, P. **Public policies, regional inequalities, and growth**. *Journal of Public Economics*.73, 1999a. Disponível em<<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp/>>. ACESSO em 07 jun. 2008.

MARTIN, P; ROGERS, C.A. **Industrial location and public infrastructure**. *Journal of International Economics*, 39, 1995. In: RUIZ, Ricardo Machado. **Políticas regionais na geografia econômica**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MARTIN, P. **Can regional policies affect growth and geography in Europe?**. Texto para discussão. Graduate Institute of International Studies, Genebra e CERAS; Paris e CEPR; Londres, 1997. In: RUIZ, Ricardo Machado. **Políticas regionais na geografia econômica**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MARTIN, P. **Public policies and economic geography**. Université Paris -1 Panthéon Sorbone. CERAS-UNPC & CEPR, set. 2002. In: RUIZ, Ricardo Machado. **Políticas regionais na geografia econômica**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MATO GROSSO. Seplan/MT – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso. **Diagnóstico Socioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso**: hierarquização do espaço regional do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, MT: Ed. SEPLAN/MT, 1997. v. 1, DSEE-HR-RT.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MATO GROSSO. SECOM/MT- Secretaria de Estado de Comunicação. **Discurso de posse do governador Blairo Maggi, na Assembléia Legislativa**. Cuiabá, 01 jan. 2003. Disponível em: <http://www.secom.mt.gov.br>. ACESSO em 13 jun. 2008.

MATO GROSSO. SECOM/MT- Secretaria de Estado de Comunicação. **Produtores estão otimistas com o governo Maggi.** Cuiabá, 20 jan. 2003. Disponível em: <http://www.secom.mt.gov.br>. ACESSO em 13 jun. 2008.

MATO GROSSO. SECOM/MT- Secretaria de Estado de Comunicação. **Governador encaminha mensagem à Assembléia.** Cuiabá, 17 jan. 2003. Disponível em: <http://www.secom.mt.gov.br>. ACESSO em 13 jun. 2008.

MATO GROSSO. Seplan/MT. **Anuário Estatístico de Mato Grosso** 1995. Cuiabá: SEPLAN/MT, 1995.

MATO GROSSO. Seplan/MT. **Anuário Estatístico de Mato Grosso** 1996. Cuiabá: SEPLAN/MT, 1996.

MATO GROSSO. Seplan/MT. **Anuário Estatístico** 2005. Cuiabá: SEPLAN/MT, 2005.

MATO GROSSO. Seplan/MT. **Anuário Estatístico de Mato Grosso** 2006. Cuiabá: SEPLAN/MT, 2006.

MATO GROSSO. Seplan/MT. **Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso - MT+20.** Cuiabá: SEPLAN/MT, 2006.

MATO GROSSO. Seplan/MT. **Relatório da Ação Governamental - RAG,** Cuiabá: SEPLAN/MT, 2006.

MATO GROSSO. Seplan/MT- Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso. **Diagnóstico Sócio-Econômico Ecológico do Estado de Mato Grosso: Hierarquização do espaço regional do estado de Mato Grosso – Vol. I – DSEE-HR-RT.** Cuiabá, MT: ed. SEPLAN/MT, 1997a.

MATO GROSSO. Seplan/MT- Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso. DSEE-HR-RT. **Hierarquização do espaço regional do estado de Mato Grosso.** Parte I. Cuiabá, 1997a.

MATO GROSSO. Seplan/MT- Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso. CNEC. **Relatório Técnico II.** Consolidação das Unidades Sócio-Econômica Ecológica das USEEs, 2002, v. I.

MILL. John Stuart. **Princípios de Economia Política:** Com algumas de suas aplicações à filosofia política. São Paulo: Nova Cultural, v. II, 1996. (Coleção os Economistas).

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza C. Souza (Org.). **Geografia de Mato Grosso.** Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

NURKSE, Ragnar. As dimensões do mercado e o incentivo à inversão. **Memória do desenvolvimento.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun.2007.

- O'CONNOR, James. **USA: A Crise do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- OVERMAN, H.G; PUGA, D. **Unemployment clusters across Europe's regions and countries**. CEPR, CES, MSH – Economic Policy, April 2002. Great Britain, London School of Economics, 2002. In: RUIZ, Ricardo Machado. **Políticas regionais na geografia econômica**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- PEREIRA, Benedito Dias. **Mato Grosso: principais eixos viários e a modernização da agricultura**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.
- PERROUX, F. **L'Économie du XXème siècle**. In: ANDRADE, Manoel Correia. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**. 4. ed.. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- PIAIA, Ivane I. **Geografia de Mato Grosso**. 3. ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003.
- PINTO, Aníbal. Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PNUD- Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Atlas do desenvolvimento humano, 2000.
- PRADO JR, Caio. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PUGA, D. **European regional policies in light of recent location theories**. *Journal of Economics Geography*. 2, 2002. Disponível em <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. ACESSO em: 07 jun. 2008.
- RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os Economistas).
- RIVERA, Márcia S. P. **Cuiabá: um nó na rede**, 2006. 159. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- RUIZ, Ricardo Machado. **Políticas regionais na geografia econômica**. In: DINIZ, Célio C.; CROCCO, Marco (org.). **Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo F. (org.). **Rumo à Ecosocioeconomia**. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAFFORD, Thomas G. **A bacia do Rio Cuiabá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul**. Brasília, 2001. Disponível em <http://www.marcadagua.org.br> . ACESSO em: 23 jul. 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção os Economistas).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção os Economistas).

SUNKEL, Osvaldo. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WOLFE, Marshall. O “desenvolvimento” em dificuldade: a possibilidade de uma opção nacional entre estilos diferentes. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO

Parte I – Identificação

Município:.....Bairro:.....

Data da entrevista: / /

Parte II – Características do morador

1. Qual o nome do entrevistado?

2. Idade:.....

3. Sexo: masculino feminino

4. Qual seu grau de escolaridade?

Ensino Fundamental ou 1º. grau incompleto

Superior completo

Ensino Fundamental ou 1º. grau completo

Superior incompleto

Ensino Médio ou 2º. grau incompleto

Especialização

Ensino Médio ou 2º. grau completo

Mestrado/Doutorado

5. Quantas pessoas moram neste domicílio?.....

6. Qual a renda familiar?

Até 1 salário mínimo

Mais de 5 a 10 salários mínimos

Mais de 1 a 2 salários mínimos

Mais de 10 a 20 salários mínimos

Mais de 2 a 3 salários mínimos

Mais de 20 salários mínimos

Mais de 3 a 5 salários mínimos

Sem rendimentos

7. Para você o que é viver bem/com conforto?

.....

8. O que significa para você viver com conforto?

.....

9. O que deve ser feito para que você atinja essa condição de viver bem?

.....

10. Em sua opinião o município apresenta elementos que proporcionam o seu bem-estar/a sua vida boa/o seu conforto? Quais?

.....

11. Do seu ponto de vista, a qualidade de vida/o bem-estar/o conforto/a vida boa podem ser definidos como:

(a) estabilidade familiar (b) preservação do meio ambiente (c) ter muito dinheiro (c) ter saúde (d) ter moradia (e) ter trabalho (f) ter lazer (g) outros:

12. Você tem:

(a) um carro próprio (b) casa própria (c) ambos

(a) um trabalho (b) duas fontes de renda (c) mais de duas fontes de rendas

Você...

(a) Fica com a família à noite (b) Fica com a família à tarde e à noite (c) fica o dia todo com a família.

13. Quais destes elementos proporcionam maior conforto/satisfação:

Pessoal

(a) ter um carro próprio (b) ter casa própria (c) ambos

(a) ter um trabalho (b) ter duas fontes de renda (c) ter mais de dois f.r

(a) Ficar com a família à noite (b) Ficar com a família à tarde e à noite (c) ficar o dia todo com a família.

Coletiva

(a) ter iluminação pública (b) ter ruas asfaltadas (c) ter sua cidade com rede de esgoto

(a) ter praças (b) ter parques (c) ter segurança pública

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)